ISALTINO COSTA

OS ERROS DA VALORISAÇÃO

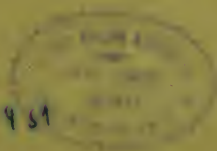
SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DA DEFEZA DO CAFÉ

Não ha sciencia mais ávida de factos do que a economia politica e a arte de colhel-os, coordenal-os e julgal-os é o que a constitue quasi que inteiramente.

TAYLLERAND.

O café não é uma questão regional, é uma questão brasileira.

EPITACIO PESSOA.

1925
SECÇÃO DE OBRAS D' "O ESTADO DE S. PAULO"
SÃO PAULO

DO MESMO AUTOR

HYGIENE DOS ESCRIPTORIOS — Obra editada e vulgarisada pelo Gremio dos Guarda-Livros de S. Paulo. São Paulo, 1900.

.MEDICINA HERMETICA — A proposito do tratamento psychico na loucura ideopathica. S. Paulo, 1904.

ESPIRITO E MATERIA — Refutações á medicina materialista. S. Paulo, 1905.

PROTECCIONISMO OU LIVRE CAMBIO? — S. Paulo, 1917. Segunda edição. São Paulo, 1918.

A INDUSTRIA TEXTIL BRASILEIRA E OS MERCADOS SUL-AMERICANOS — Trabalho editado e divulgado peló alto commercio de São Paulo. São Paulo, 1920.

AS NOSSAS EXPORTAÇÕES — Um inquerito na Europa. São Paulo, 1922.

A' PUBLICAR PROXIMAMENTE:

O INSTITUTO DE ARMAZENS GERAES NO BRASIL E NO EXTERIOR.

EM PREPARO:

A ROTINA INDUSTRIAL E OS CUSTOS DE FABRICAÇÃO.

CONTABILIDADE E ORGANISAÇÃO DE SERVIÇOS.

AO LEITOR

ACHAVA-ME em Paris, em Abril de 1921 na "Clinique Chirurgique de Neuilly", onde dias antes soffrera uma intervenção cirurgica, quando dois amigos, commissarios da praça de Santos, alli foram em visita saber de minha saude e levar-me, como mensageiros amaveis, a grata noticia de que o presidente Epitacio resolvera iniciar a obra da defeza do café intervindo logo no mercado e promettendo fazer essa defeza de fórma efficiente por meio de um instituto que o governo já tinha em estudo.

Ao receber das mãos daquelles amigos os exemplares d'"O Estado de S. Paulo" que noticiavam tão feliz acontecimento, não occultei o meu jubilo, manifestando um optimismo cheio de enthusiasmo pelo futuro que nos aguardaria se fosse levada a effeito tal promessa.

Fui, portanto, desde o primeiro momento, pela valorisação, e posso invocar o testemunho daquelles amigos que são os snrs. dr. Aphrodisio de Sampaio Coelho e Brenno de Camargo.

Mais tarde, de volta da Europa, no circulo dos meus amigos, continuei a emprestar o concurso da

minha contribuição em pról do pensamento do governo e quando na imprensa de S. Paulo surgiram figuras de prestigio nacional como a do conselheiro Antonio Prado e do saudoso Pereira Barreto hostilisando o projecto em perspectiva, não receei sahir á arena para defender, nas suas linhas geraes, os propositos do governo, que eu reputava acertados e patrioticos.

Fazendo uma exposição do phenomeno economico, enunciada com clareza e simplicidade, sem digressões sociologicas e citações de economistas, sem velleidades de erudição, tive a fortuna de vêr que as minhas palavras encontravam echo na opinião publica. O acolhimento que ellas tiveram nos circulos commerciaes e nos centros agricolas foi altamente significativo: de uma fórma inconfundivel evidenciava apoio as idéas pelas quaes propugnava.

De innumeros commerciantes e lavradores recebi applausos pela ajuda, ainda que modesta de minha collaboração em pról do projecto, que então se achava em fóco. Fui felicitado por figuras proeminentes da lavoura paulista e da repercussão que tiveram nas praças commerciaes as opiniões que emitti, dá idéa a carta que em seguida transcrevo, que me foi dirigida pelo dr. Frederico Junqueira, pessôa bastante conhecida no Estado, e figura de relevo na praça de Santos:

"Santos, 4 de Janeiro de 1922.

Illustre amigo Snr. Isaltino Costa.
São Paulo

Saudações e votos de muito bôa saude.

Ao concluir a leitura do seu excellente artigo sob o titulo "O Café e a Valorisação" fiquei devéras satisfeito por ver a vantagem do espirito pratico sobre o theorico, quando em debate sobre materia economica e financeira, e então não pude resistir ao prazer de apresentar-lhe as minhas modestas felicitações.

Bato palmas igualmente ao protesto contra a subserviencia á que nos querem sujeitar eternamente, de só fazermos aquillo que outros póvos já fizeram, confessando nós proprios désta arte, a nossa inferioridade em confronto com elles. Não obstante o valôr d'aquelles aos quaes responde o seu artigo, a sua argumentação felicissima anniquila-os por completo.

Ainda uma vez meus parabens."

Taes demonstrações de apoio e applauso que então recebi e de que não dei conhecimento, na época, nem mesmo á propria redacção do jornal que acolhera as minhas idéas (1) são hoje aqui invocadas, após tanto tempo, apenas com o intuito de accentuar

(1) "O Estado de S. Paulo".

que a minha contribuição, ainda que obscura, em pról da valorisação, não era despresivel, sobretudo naquella occasião em que começava a tomar vulto uma corrente que a hostilisava.

Fui pela valorisação e sou pela valorisação, mas, na obra encetada, ha pontos dos quaes divirjo e são as razões de minha divergencia que pretendo justificar no presente trabalho.

*

* *

Não é tentamen deste livro fazer obra demolidora. O seu autor não é politico, não tem dependencias e nem interesses politicos e não está filiado a partido algum. E' simplesmente um estudioso que tendo acompanhado a evolução economica do paiz e estando em actividade commercial a mais de um quarto de seculo, pela experiencia adquirida no manejo dos negocios e pela attenção que tem dado aos nossos problemas economicos, se julga com o direito de emittir o seu modo de pensar sobre a obra do governo em defeza da nossa producção.

Um architecto, mesmo um architecto de renome, ao projectar uma obra cuja fórma e dimensões escapem dos moldes communs, preoccupado com as proporções do edificio e com o trabalho de conjun-

to, póde errar ou esquecer detalhes que só apparentemente não são de valôr, lacunas ou erros que tornariam a obra concluida defeituosa, prejudicando-a, dados os fins para que ella foi concebida. Entretanto, póde acontecer, como tem succedido, que o que escapou ou foi olvidado pelo artista, seja em tempo lobrigado pela retina de um obscuro mestre de obras.

Por mais doutos que sejam os estadistas, por mais esforçados que sejam no estudo, na observação e na pesquiza das leis que regem a circulação da riqueza, ha, no phenomeno economico aspectos que lhes escapam, que não pódem ser aprehendidos em toda a sua plenitude senão pelo commerciante em actividade, pelo homem da officina ou da fabrica. Esta idéa — sobre a qual não ha controversia — domina a politica européa e norte-americana, onde os estadistas para se esclarecerem sobre a vida economica do paiz recorrem continuamente ás camaras consultivas compostas exclusivamente de commerciantes e industriaes ou escolhem entre os seus amigos um commerciante, na qualidade de conselheiro privado.

Apontar os pontos frageis e imperfeitos na obra emprehendida e iniciada pelo governo, mas, não concluida, não é, pois, tarefa demolidora; poderá ser

reconstructora, porque a critica ainda chega a tempo de ser examinada e meditada.

Uma tal critica só visa pôr em fóco os lados da obra que pareceram defeituosos ao juizo de um espirito affeito ao estudo e meditação de taes problemas, afim de provocar debates, nos pontos controversos, que venham esclarecer a questão.

As medidas governamentaes póstas em pratica para a defeza do café reunidas a outras ainda em projecto, deveriam constituir, em conjuncto, o que se convencionou chamar Apparelho Permanente da Defeza do Café; mas, entre as que se acham em vigor existem erros de gravidade que estão sendo funestos á nossa economia, ás nossas organisações, á bôa fama do nome paulista e aos nossos costumes severos; erros que ferem profundamente o direito e a liberdade de commercio, mas, erros que podiam e podem ser sanados, que podem e devem ser corrigidos.

*
* *

O actual governo sob o ponto de vista de politica financeira foi recebido pelas classes conservadoras do paiz sob uma impressão de confiança e optimismo.

O Presidente Bernardes vinha precedido da fama de um administrador diligente grangeada na presidencia do seu Estado. Era portador de credenciaes das que mais confiança inspiram: as da experiencia. Administrou um Estado que, como São Paulo, tambem é uma nação, nelle deixando os traços de um zeloso cuidado pelos dinheiros publicos.

Como Campos Salles tinha a nitida visão da nossa situação financeira e um forte desejo de restaural-a. Tinha de Prudente de Moraes, a probidade, de Affonso Penna, a reserva cautelosa e nas horas de perigo mostrou ser um homem intrepido Um psychologo não exigiria mais para um chefe de Estado nas circumstancias especialissimas do momento em que tomara as redeas do poder.

Como seus principaes auxiliares na obra destinada a compôr as nossas finanças e a restaurar o nosso credito chamara dois paulistas que já a opinião publica apontava como dois obreiros capazes de levarem a cabo a magna tarefa.

Um delles, o dr. Sampaio Vidal, deixou assignalada a sua passagem pela Secretaria da Agricultura do Estado, como a de um espirito operoso, dedicado á causa publica e animado de um forte desejo de acertar. Não é um espirito combativo, porque a sua sagacidade o leva algumas vezes a transigir,

mesmo a contra-gôsto, certo daquelle conceito que corre nas regiões politicas, de que transigir ás vezes é vencer. Entretanto, é dotado de uma poderosa força de vontade, que em serviço de sua mentalidade sagaz, é e será sempre fecunda. Innovador em processos de administrar, elle leva aos departamentos publicos por onde passa, esse espirito de organisação commum nos homens do grande commercio, mas que nem sempre se encontra nos estadistas. Nas repartições subordinadas ao seu ministério elle introduziu notaveis melhoramentos remodelando a organisação de serviços segundo os adeantados processos usados nas grandes emprezas commerciaes, de fórma a facilitar a tarefa e tornal-a mais productiva.

Entre os valiosos serviços que lhe devemos, merecem menção especial: o levantamento do patrimonio nacional e a substituição da escripturação rotineira da nação pela contabilidade aperfeiçoada, a creação do Tribunal de Contas, a nomeação da Commissão dos Doze e a instituição do Conselho Consultivo de Commercio.

O outro é o dr. Cincinato Braga, o grande estudioso das nossas riquezas latentes e o mais laborioso congressista que até então tivemos. E' um economista de idéas sans e tambem de idéas arrojadas, mas, que por ser um pouco sonhador e demasiada-

mente optimista, deixa-se levar, ás vezes, por enthusiasmos excessivos.

Lidimo expositor de doutrinas e habil manejador de algarismos, a elle devemos esse bello trabalho que são "Os magnos problemas de S. Paulo", onde se canta a grandeza de S. Paulo e onde se defende o nosso Estado da hostilidade com que nestes ultimos tempos nos ferem outras unidades da Federação.

A ambos — ora a um, ora a outro — prestei o culto de minha admiração (2) *; ao esforçado labôr dispendido pelo primeiro em defeza da lavoura, fiz justiça na imprensa e no livro* (3) *; e, á mocidade estudiosa os apontei como patriotas de visão esclarecida nos quaes podiamos depositar as nossas esperanças* (4).

Lamento, por tudo isso, ter hoje de divergir dos dois eminentes brasileiros na actuação que elles têm tido na obra da defeza do café. A critica é no entanto collocada no terreno elevado das idéas. São os principios e não as pessôas que serão visados nestas paginas.

---

(2) *"Proteccionismo ou livre cambio," S. Paulo, 1918; pags. 17 e 18.*

(3) *"Estado de S. Paulo" de 4 de Janeiro de 1922; artigo "O café e a valorisação."*

"As nossas exportações", S. Paulo, 1922; pag. 98.

(4) *"Discurso de paranympho aos bacharelandos do Mackenzie College", São Paulo, 1922; pags. 17 e 19.*

A obra do governo realisada em defeza do café comprehende:

a) *a intervenção no mercado, para manutenção do preço minimo;*

b) *a limitação de entradas nas praças de Santos e Rio de Janeiro;*

c) *a creação dos armazens reguladores;*

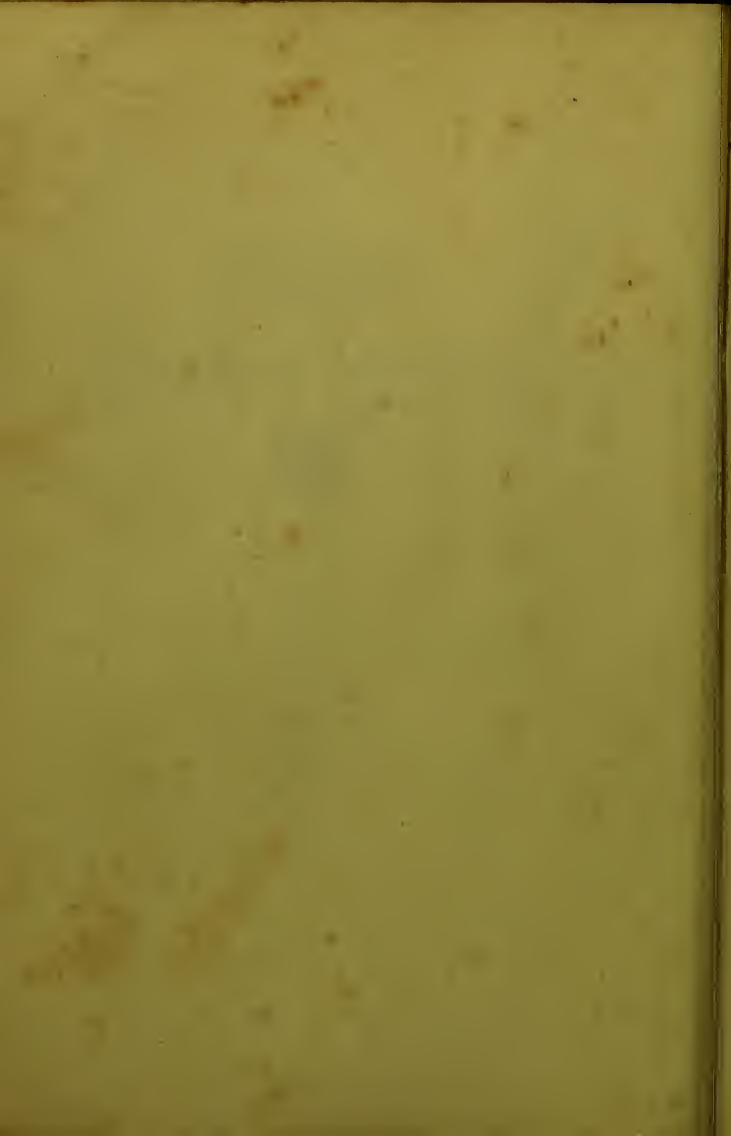
d) *a assistencia financeira á lavoura e ao commercio de café.*

Em capitulos especiaes consagrados a cada uma dessas theses expuz o meu modo de pensar, mas, não me limitei apenas a isso, e abordei outros assumptos, que se acham ligados ao problema da valorisação.

S. Paulo, 12 de Dezembro de 1924.

ISALTINO COSTA.

CAPITULO I

A INTERVENÇÃO NOS MERCADOS E OS GRANDES ERROS INICIAES

Iniciadas no governo do presidente Epitacio Pessôa, as medidas para a valorisação, ellas, que vinham ao encontro da opinião paulista, resentiram-se entretanto, de graves erros.

O primeiro desses erros foi o de dar a incumbencia de effectuar as compras de café para o governo ao finado conde Alexandre Siciliano, um commerciante intelligente, gozando de consideração nos circulos sociaes, altamente entendido em machinas agricolas, mas que desconhecia completamente o commercio de café, que nunca negociou com esse producto, e que, até então, nunca operara em bolsas e ignorava completamente o mercado de termo. O erro era crasso; está ao alacnce de qualquer intelligencia e não exige demonstrações.

E' certo que em tempo aquelle commerciante escrevera sobre valorisação de café, mas essa circumstancia não justificava pára que fosse elle investido de tão difficil missão.

Des'arte, desconhecendo as manobras de mercado e ignorando as subtilezas, os artificios contra os quaes se devia defender e delles se aproveitar, succedeu que a sua acção não se desenvolveu como devia. Um espirito que desconhecesse o mecanismo das bolsas poderia allegar que confórme elle ia agindo, as cotações iam subindo, mas a circumstancia de um agente qualquer do governo, apresentar-se no mercado de café effectuando compras, determinaria, fatalmente, a alta das cotações. A logica, neste caso é clarividente. Agora o que é possivel, o que naturalmente teria acontecido se o agente do governo fosse um commerciante sagaz com tirocinio de bolsas e conhecedor

dos trucs do mercado, era conseguir as mesmas cotações effectuando compras de menor quantidade de café.

Seria altamente vantajoso para a nossa economia que o governo comprasse a menor quantidade possivel, apenas o restrictamente necessario para impedir a queda das cotações abaixo do preço minimo então estabelecido

A' primeira vista, ás pessôas leigas em sciencia economica parecerá que para o mercado é indifferente que as compras sejam feitas por este ou por aquelle comprador uma vez que as cotações sejam sustentadas. Apparentemente assim é, mas. no phenomeno economico é mistér que se ajustem entre si as engrenagens que impulsionam a circulação da riqueza e aquellas das quaes esta depende. As compras feitas pelo governo não influem no cambio e representam capitaes que durante algum tempo permanecem inactivos e pesam, ainda que interinamente, ao Thesouro Nacional, ao passo que as que são effectuadas pelo exportador se reflectem. desde logo, nas taxas cambiaes pela entrada de ouro na economia nacional, dando á nossa moeda um maior valor acquisitivo, que determina, por sua vez. o barateamento da vida. ficando dessa fórma attendidos os interesses geraes do paiz.

Outra feição do mercado que escapou á penetração daquelle commerciante, foi a conveniencia de attender a interesses da praça de Santos, comprando cafés de todas as qualidades.

Comprar cafés sómente de typos certos e determinados. abandonando á sorte outras qualidades nas circumstancias especialissimas em que então se encontrava aquella praça, era um erro de tal extensão que deveria produzir, como de facto produziu, grave perturbação no mercado, descontentamento geral e quasi panico.

A próva do que affirmo — e de passagem direi que todas as minhas asserções neste trabalho serão demonstradas com raciocinios evidentes e insophismaveis ou com provas positivas — é que em 4 de Junho de 1921, "O Estado de S. Paulo" publicava um communicado do seu correspondente naquella ci-

dade louvando a intervenção do governo, mas transmittindo a opinião da praça e fazendo sentir os erros na fórma pelo qual o seu agente effectuava as compras. Entre outras cousas dizia o communicado:

> . . . .
>
> "E' verdade que essas compras officiaes constituindo transacções de caracter interno, não produzem letras que são a força impulsiva do cambio, mas, o café comprado não fica estagnado nos depositos e quando o consumo o solicitar elle será paulatinamente vendido dando o resultado compensador que se espera da intervenção federal".
>
> . . . .
>
> "A hora presente seria para desejar — e a intervenção de que se trata seria assim, completa — que o beneficio resultante das compras officiaes se estendesse aos cafés dos typos 6, 7 e 8, QUE AVULTAM EM NOSSO STOCK, CONSTITUINDO, TALVEZ, MAIS DE METADE DESSA EXISTENCIA LOCAL."

A fórma irreflectida, quasi bisonha, pela qual foram iniciadas as compras por conta do governo teve sua repercussão na capital da Republica e foram criticadas no Senado. Della disse o senador Azeredo:

> . . . .
>
> "Assim se pronunciando, não posso ser considerado pessimista, porque sempre fui pela valorização do café, desde o primeiro dia em que foi ella trazida ao Senado, defendendo-a perante a commissão de Finanças da qual fazia parte, mesmo quando della discordava o chefe do meu partido, e o Presidente da Republica de então, chegando o meu enthusiasmo por essa medida, principalmente depois dos resultados obtidos pelo Estado de S. Paulo, com proveito igualmente para os cofres da União, ao ponto de aconselhar o monopolio desses productos para o Estado, mas, dirigindo o serviço por interessados immediatos e conhecedores do assumpto.

Neste sentido, expuz succintamente as minhas idéas em um dos meus discursos, demonstrando a conveniencia de se fazer a valorização por gente experimentada e que sem ganancia pudesse prestar um serviço inestimavel á nação e á lavoura; o Governo federal, porém, chamando a si a valorização directamente, apesar do auxilio que lhe deram alguns Estados, ao invés de entregal-a aos interessados immediatos e á capacidade comprovada do Estado de S. Paulo, preferio confial-a a outros agentes, um dos quaes parecia conhecer o assumpto, mas que interviera no mercado sem as cautelas reclamadas pela delicadeza do negocio.

No primeiro momento, a Caixa Registradora que dominava o mercado de café, divulgada a noticia da valorização que seria um motivo para a alta, fez baixar os preços até que os agentes do governo puderam se apparelhar convenientemente para intervir no mercado, comprando desabaladamente a termo ou em deposito todo o café que apparecia á venda, conseguindo assim elevar os preços vertiginosamente de pouco mais de 8$000 até..... 34$500, sem comprehenderem o perigo de semelhante imprudencia.

Si a valorização actual fosse, por exemplo, entregue ao Estado de São Paulo, que já tinha experiencia desse serviço e conhece as necessidades dos lavradores, as compras do mercado não teriam sido feitas, como foram, desordenadamente, adquirindo os agentes do governo quanto café apparecia e sempre por preço maior ao da vespera, de modo que não havia um limite dentro do qual pudesse haver concorrencia legitima, capaz de fixar o preço da mercadoria em uma media compensadora.

Se os agentes do governo, quando o café attingio a um preço razoavel, e que poderia recompensar o sacrificio dos lavradores, declarassem abertamente que não comprariam acima dessa taxa, porém, que não deixariam vender por menos tudo que excedesse dessa quantia, redundaria certamente em beneficio do productor, entregando-se então o mercado normalizado aos compradores legitimos, que procurariam collocar a sua mercadoria de accôrdo com a offerta e a procura, sem haver mais dahi por deante a responsabilidade do governo.

> Foi assim que procedeu o Estado de S. Paulo sem os recursos de que sempre dispuzeram os agentes da União, contando com a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e, mais tarde, com os $ 9.000.000, tomados para esse fim.
>
> O café estava então pelo preço infimo, com tendencia ainda para baixa, quando o governo começou a operar. Ao contrario do que aqui fizeram, S. Paulo declarou que compraria todo o café que apparecesse no mercado por aquelle preço e pouco acima, estacando assim a baixa e adquirindo cerca de 4.000.000 de saccas, que ficaram armazenadas. O café foi subindo gradativamente e o governo pôde aguardar opportunidade para desfazer-se do seu stock, resultando dahi um lucro real para os Thesouros da União e de S. Paulo da vultuosa somma de 120.000 contos de réis. E assim se fez a valorização em 1918."

Transferida para a Brazilian Warrant Company, a funcção de agente comprador do governo, o erro continuou a subsistir e com aggravantes, porque aquella empreza, tambem extrangeira, sem vinculos moraes que a ligassem aos interesses da nacionalidade, era, como é, uma grande commerciante e uma grande especuladora em café. Grande compradora de disponivel e operando na Bolsa em vultuosas proporções, pela sua situação no mercado e por lhe pertencer a Caixa Registradora, era justamente ella a unica empreza contra-indicada para um encargo daquella especie.

Perante a moral e o bom senso, era, de todas as firmas e emprezas de Santos, a unica que estava impossibilitada de ser investida d'essa missão.

O registro dos contractos de compra e venda effectuados na Bolsa de Café, em Santos, podem ser feitos na Caixa de Liquidação ou na Caixa Registradora, sendo facultado aos operadores optarem por qualquer dellas para integrar a legalidade das operações.

Ora, a Brazilian Warrant Company, como detentora que era e é de todas as acções da Caixa Registradora, ficava, como ficou durante algum tempo, senhora da situação dos operado-

res e soberana e absoluta dominadora do mercado. A ella se lhe entregava uma posição privilegiada por intermedio da qual podia fazer manobras no mercado que lhe proporcionassem lucros colossaes, em prejuizo dos outros operadores e do commercio legitimo, ferindo fundo os interesses da collectividade e prejudicando os propositos da valorisação.

Compradora e vendedora de café em conta propria e por conta do governo e tendo á mão á Caixa Registradora, aquella empreza podia manejar o mercado á sua vontade, fazendo altas e baixas, das quaes sómente ella tiraria proveitos não pequenos. Passados os negocios a termo a serem registrados na Registradora e posta á margem a Caixa de Liquidação, a poderosa empreza britannica ficava perante todos os concorrentes na posição privilegiada de "hors-concours".

Pensando desta fórma, não estou sósinho, estou em bôa companhia. A praça de Santos não comprehendia de outra maneira o absurdo daquella nomeação e o senador Antonio Azeredo da tribuna do Senado, por mais de uma vez demonstrou a inconveniencia que ella representava [1].

Na praça de Santos houve queixas e appareceram allegações contra a fórma porque a referida empreza actuava na qualidade de agente do governo. Affirmou-se mesmo, que, alem das manobras habituaes feitas com o concurso da Caixa Registradora, a referida empreza, telegraphando para o exterior e fazendo offertas muito abaixo das cotações normaes da Bolsa de Santos, tentara um grande lance de bolsa, prejudicial aos interesses da valorisação e só favoravel a ella, que não se consumou em virtude da intervenção inesperada de outros factores. Chegou-se mesmo a dizer que os telegrammas de tal delicto, se é que elle existiu, foram vistos na Europa por um dos nossos banqueiros. Esses commentarios todos são aqui consignados como dever que tem todo historiador ou sociologo, por mais obscuro que elle seja e por mais desvaliosa que seja a sua obra,

---

(1) "O Estado de S. Paulo" de 8 de Maio de 1923.

de nella consignar todos os subsidios por mais insignificantes que pareçam, para conhecimento completo do ambiente onde decorrem os factos visados pelo seu estudo.

O governo, descontente com aquelle seu agente comprador não podia, entretanto, dispensal-o de improviso, pois, a elle estava visceralmente preso em virtude de condições expressas do contracto do ultimo emprestimo contrahido pelo governo passado. Em taes condições o governo não o dispensou logo, mas, entrou no mercado effectuando compras por outros intermediarios. Os amigos do governo allegavam que essas compras eram destinadas subsidiariamente a manter o mercado, e que os intermediarios dellas encarregados exerciam vigilancia no mercado e estavam aptos para fazerem abortar qualquer tentativa de fraude á valorisação. A acção do governo, nesse caso, de qualquer forma que se a encare permanece obscura e não dá margem para que a critica — a critica serena e justa — possa della dizer o que estava direito e o que estava tortuoso. Entretanto, não era visto com bons olhos o agente official, mas a praça censurava a fórma clandestina com que agiam os agentes officiosos, alli julgados, algumas vezes, como favoritos do governo.

O governo errou, pois, na forma de escolher os seus agentes.

Como deveria fazel-o?

A resposta é simples: nomeando uma commissão composta de 5 ou 7 membros indicados pela lavoura e pela Associação Commercial de Santos, para dirigir os trabalhos da defeza do café, e que delegaria poderes a um commerciante daquella praça para actuar no mercado, quando fosse occasião.

Alimentamos a convicção de que não será necessario que o governo volte ao mercado, mas se tiver de voltar por qualquer contingencia até agora não prevista, é o que elle deveria fazer para bem acertar.

Neste ponto, não estou em discordancia com o illustre dr.

Sampaio Vidal, que, em Setembro de 1921, propugnando pela creação do Conselho Superior do Café [2] assim se manifestava:

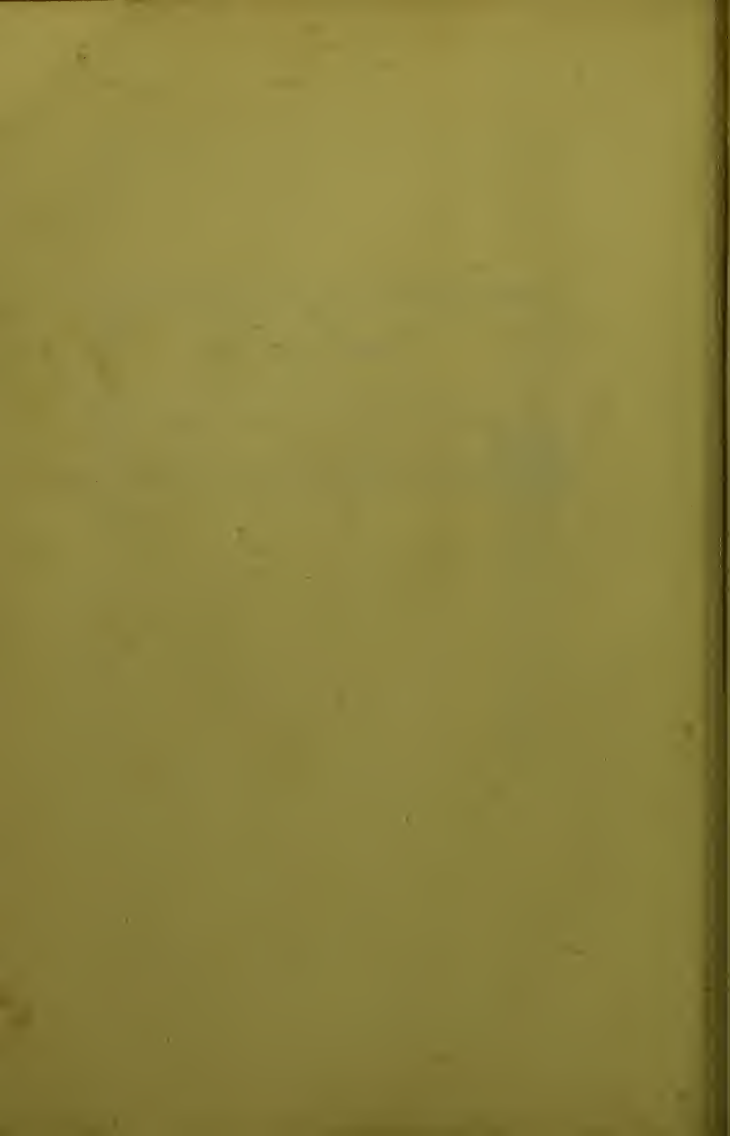
. . . .

"Mas, a execução seria confiada a uma pessôa de notoria competencia e probidade illibada. Temos felizmente no paiz alguns homens com essas virtudes respeitaveis e portanto capazes de dar o mais completo desempenho a missão dessa ordem."

---

(2) "O Estado de S. Paulo" de 1 de Setembro de 1921.

CAPITULO II

A RESTRICÇÃO DE EMBARQUES

A limitação para Santos

A limitação de entradas para Santos e Rio é uma medida imprescindivel para a defeza do café. Ella se baseia na conveniencia de não ser proporcionado ao mercado exportador um excesso de offertas sobre a procura e tem por fim evitar que se formem nos mercados exteriores "stocks" elevados que nas mãos dos importadores americanos e europeus se tornariam— como sempre aconteceu — arma perigosa contra os interesses dos nossos productores, do nosso commercio e da economia nacional.

E', portanto, uma medida justificada e contra a qual pessôa alguma se rebellou, porque com o ensino eloquente dos factos todos se compenetraram da sua necessidade. Entretanto, a fórma dessa limitação tem sido defeituosa, porque não devia ser fixa e rigida, como foi até a epoca da revolta. Ella devia e deve ser movel, porem, dentro de um limite, que, para exemplificar, poderia ser de 20 a 50 mil saccas. Esta elasticidade teria por fim attender ás conveniencias da praça de Santos de accôrdo com a situação do mercado e a evolução dos negocios.

Até a revolta de Julho o criterio do governo foi o de manter aquelle limite e o manteve erradamente em periodos que a praça de Santos podia comportar uma entrada maior, sem prejuizo para as cotações. Após a revolta e em virtude de ter-se exgottado o "stock" de Santos durante os dias da revolução, pois não havia entradas com a interrupção do trafego ferroviario, mas as exportações se fizeram normalmente, o governo

acquiesceu em augmentar as entradas , e augmentadas, os preços não só se mantiveram como melhoraram em mercados ascendentes e firmes.

Em 26 de Setembro, porem o governo de S. Paulo fazendo publico que o decreto n.º 3694 referente ao arbitramento das classificações da praça de Santos entraria em execução no dia 27 de Setembro, determinou n'aquella praça um retrahimento da parte dos compradores, retrahimento que se justificava por razões que serão analysadas em outro capitulo, onde melhor se enquadra o assumpto. Ora, tendo-se em vista os antecedentes da praça e a lucta renhida que nella se travara por causa das classificações, determinando a formação de duas correntes de opiniões, antagonicas, uma desejando e outra combatendo as arbitragens; tendo-se em vista a disparidade entre as cotações do termo e do disponivel originada ainda pela irregularidade das classificações, era de se prever, para os primeiros momentos, a queda das cotações com o consequente nervosismo do mercado. Foi o que succedeu. Entretanto, o governo tinha em suas mãos uma fórmula simples e efficaz para instituir a arbitragem sem occasionar a baixa brusca das cotações e o consequente panico verificado nos dias 29 e 30 de Setembro: era pôr em execução o referido decreto, restringindo de novo, ao mesmo tempo, as entradas na praça. O caso era aqui da applicação de uma lei que não é só physiologica, mas tambem economica: a lei das compensações. Ora, o governo fez justamente o contrario, permittindo a entrada de maiores quantidades.

Errou, portanto, o governo duas vezes, da primeira mantendo inflexivelmente a limitação e da segunda deixando entrar tudo que a S. P. Railway podesse transportar. Alguns dias depois, emendando á mão, o governo restringiu de novo as entradas em Santos de accôrdo com as suggestões sensatas da Associação Commercial daquella praça; o panico que alli houve, cessou desde logo, mas, os prejuizos soffridos pelo commercio amedrontado com aquella situação, foram bastante elevados. E' o que sempre acontece com posições dubias, com resoluções

bruscas, com avanços e recuos em casos de regulamentação, com decisões em summa tardias ou que não consultam os interesses geraes.

Sómente ganharam — commentava-se naquelles dias — certos favoritos que têm na gaveta as informações estatisticas das existencias no interior, nos armazens reguladores e nas estradas de ferro, copias das que são recebidas pelo governo e que o povo em sua ingenuidade presumia que só o governo possuia. Sempre muito bem informados de todas as resoluções do governo, esses favoritos gozam das primicias do conhecimento antecipado de todas as noticias que podem influir no mercado. E' um verdadeiro privilegio medieval...

Os despachos para S. Paulo

Limitadas as entradas para Santos, no inicio da safra de 1921-22, começaram a avultar os armazenamentos em S. Paulo, para onde eram despachados os cafés, ora pelos lavradores para armazenarem em seu proprio nome, ora pelos clientes das casas commissarias de Santos em cumprimento ás instrucções destas. Desses cafés que entravam em S. Paulo eram diariamente redespachadas para Santos 3.600 saccas, proporcionalmente aos "stocks" de cada interessado. Essa fórma consultava os interesses geraes, e permittia como permittiu, que, lavradores e firmas commissarias de Santos, por meio de operações sobre garantias desses "stocks", contrahissem emprestimos ou obtivessem dos bancos maior amplitude de creditos em conta-corrente.

Por essa fórma os negocios correram perfeitamente com satisfacção para todos os intreessados.

Tempos depois declarou-me o chefe de uma grande firma de Santos que se não fôra o armazenamento dos cafés de sua casa, em São Paulo, com as vantagens dahi decorrentes para as suas operações de credito, ella teria fallido. Uma confissão desta natureza pode servir de indice quanto ás conveniencias do ar-

mazenamento de mercadorias em São Paulo, aspecto este de uma questão ainda não bem aprehendida pelo governo e que, entretanto, é de mais alta conveniencia pela cooperação que ella em si encerra para a defeza da producção nacional.

E' certo que o desejo alimentado por algumas casas commissarias de Santos de alli receberem o café rapidamente deu lugar a que se creasse em S. Paulo um commercio sobre praças de embarque. Isso occorreu emquanto o controle esteve a cargo da S. P. Railway mas, cessou incontinenti, logo que esse serviço passou a ser feito pela Associação Commercial de S. Paulo. Acceitando essa tarefa, aquella prestigiosa agremiação, que não é directamente interessada nos negocios de café, quiz, por isso mesmo, dar aos serviços, como deu, uma admiravel organisação dirigida e fiscalisada pelos seus proprios directores que faziam timbre em lhe dar um cunho modelar e perfeito. Em serviços dessa natureza, não houve ainda entre nós, antes ou depois, nem mais perfeitos nem mais honestamente executados. O alto commercio de S. Paulo e um avultado numero de commerciantes da praça de Santos podem ser invocados em testemunho desta affirmativa.

Algumas queixas houve, é certo, mas justamente dos que tentaram e não conseguiram embarques irregulares para Santos. Vem, por isso, a proposito, a transcripção de uma carta publicada pel"O Estado" [1] naquella época. Dizia o missivista:

> "A Associação Commercial está prestando "gratuitamente", com sacrificios de seus membros, um serviço aos commerciantes legitimos e ao proprio governo federal. Com toda a lisura e toda a dedicação está fazendo o que póde para auxiliar o plano da valorisação do café, sem aggravar a situação dos negociantes dessa mercadoria. E' justo que o seu procedimento desagrade a todos quantos, indifferentes ás necessidades collectivas, só procuram levar partido pessoal das situações difficeis que se apre-

---

(1) "O Estado de S. Paulo" de 17 de Dezembro de 1921.

sentam. Posso asseverar-lhe que a interferencia da Associação Commercial de S. Paulo nessa materia só tem provocado louvores dos verdadeiros interessados."

Por motivos que lhe dizem respeito, a Associação não quiz mais desempenhar aquellas funcções que passaram na safra 1922-23 a ser exercidas pela S. P. Railway.

*
* *

Quando se iniciava a safra 1922-23 o governo, abruptamente, com espanto geral, limitou as entradas para S. Paulo ao maximo de 3.000 saccas por dia. Para essa medida absurda não se encontrou até hoje nenhuma justificativa. A limitação para Santos é imprescindivel, pois, visa impedir naquelle porto a formação de um grande "stock" disponivel, que, em consequencia das leis da offerta e procura, deprimiria o mercado. A limitação nos mercados exportadores é o pino sobre o qual se equilibra a obra da valorisação e por isso é necessaria que seja mantida. Mas, limitar São Paulo porque e para que? Que vantagens haveria para que se limitasse a entrada de café em S. Paulo, se S. Paulo não é mercado exportador?!

Essa questão de limitação para São Paulo, bem collocada, não podia encontrar apoio algum em qualquer espirito, uma vez que se esclarecesse e se provasse que ella é um mal que attingiria ao commercio e á lavoura do Estado e não traria proveito, mas, contrariava os propositos da valorisação.

Para essa demonstração foram enunciados os argumentos adequados mas, todos os que quebraram lanças para a limitação se fizeram surdos e cegos á boa razão e aos bons principios e permaneceram irreductiveis e intransigentes. Esse facto, entretanto, não era para admirar, pois os adversarios da liberdade de embarques para S. Paulo, eram justamente os que não

tinham cafés armazenados nessa praça. Elles não advogavam nenhum principio baseado em interesses da communhão social. Entretanto, o que era de admirar, o que era de pasmar, era vêr-se, como vi, patrocinar-se o anniquilamento do commercio de café na capital de S. Paulo, sob o pretexto de que "café só podia ser negociado em Santos, que sempre foi a praça do café"

Não ha no mundo, em paiz policiado, cidade que tenha o monopolio commercial de um qualquer producto. Essa sandice economica não surgiu ainda em parte alguma. Havre, a grande praça importadora de café é por excellencia, na França, a praça de café, com os seus apparelhos reguladores, mas, nunca legislador algum pretendeu prohibir o commercio de café em outras cidades francezas. O mesmo succede com Hamburgo, na Allemanha, com Antuerpia na Belgica e assim por diante. Na Allemanha é em Bremen o grande mercado de algodão, entretanto, em Hamburgo se fazem avultadissimos negocios de algodão e commerciante algum da primeira cidade pensou em fazer protesto contra isso. Em Santos, só porque, a limitação de entradas para aquella cidade determinaria uma maior entrada de cafés em S. Paulo, começou a formar-se uma corrente hostil a S. Paulo, impellida por quatro ou cinco commerciantes, com os propositos de suffocar o commercio de café desta praça. Felizmente essa insensatez foi passageira mas, antes que o bom senso triumphasse, innumeras foram as idéas estravagantes emittidas sobre o caso. Um jurista, sustentou que se devia, a todo transe, custasse o que custasse, impedir que se desenvolvesse na praça de S. Paulo o commercio de café. Depois disto tudo se poderia esperar...

Entretanto, os poucos commerciantes da praça de Santos que assim hostilisavam S. Paulo, o faziam encarando o facto debaixo de um ponto de vista profundamente falso. S. Paulo em caso nenhum faria concorrencia a Santos. Nem pretendeu e nem pretende. A porta de sahida dos cafés do Estado é Santos; é alli que a mercadoria é manipulada e posta em condições de ser exportada. Se esses cafés passam sempre pelas mãos dos

commissarios antes de serem entregues ao exportador, qual o prejuizo dahi decorrente para a praça de Santos?

Por certo que nenhum. Pelo contrario, S. Paulo em virtude da limitação para Santos, só póde prestar, como tem prestado, os melhores serviços e a mais preciosa coadjuvação á praça santista.

Com cafés espalhados pelo interior ou empilhados nos armazens reguladores, nenhum commerciante pode obter ampliação de credito em suas operações com os bancos, emquanto que com cafés depositados em armazens geraes, elle o consegue, com a maior facilidade, obtendo assim recursos mais amplos para attender aos saques dos seus committentes.

Entretanto, alguem em Santos, tentou crear um ambiente com tendencias para separar o commercio de café do commercio em geral, allegando "que só a Santos compete resolver sobre café, sem ouvir mais ninguem e sem attender a outras considerações quaesquer que ellas fossem". Ora, ha evidentemente um erro nessa concepção.

O café está vinculado de tal fórma á nossa economia que se póde dizer, sem exaggero, que está para o nosso organismo economico como o sangue na physiologia humana. E' elle que, circulando, dá vitalidade aos outros orgãos: todos dependem delle. Por isso mesmo não se póde segregar o commercio de café do commercio nacional; fazer isso seria amputar, criminosamente, em duas partes, com prejuizo para ambas, um organismo são e em seu integral funccionamento. Foi, entretanto, o que se pretendeu com a limitação do café para S. Paulo.

E' sabido como se opera o mecanismo do credito em São Paulo. As acquisições feitas pelos lavradores quer nesta capital (machinas agricolas, instrumentos ruraes, motores, engenhos, accessorios de machinas, oleados para terreiros, saccos etc.) quer no interior, nos municipios onde estão situadas as fazendas (supprimentos de viveres, objectos de uso domestico, tecidos e

roupas) são pagas nas épocas combinadas por meio de cheques sobre os bancos de São Paulo ou saques sobre commissarios da praça de Santos. O commercio de Santos tem naturalmente um numero certo de freguezes aos quaes concede credito para os supprimentos, mas, elle não póde ultrapassar certos limites. Os lavradores restantes, costumam enviar o seu café para Santos para ser vendido e assim apurarem o dinheiro para as suas necessidades e os seus compromissos de safra á safra. Ora, como se arranjariam estes lavradores, se impossibilitados de despacharem para Santos os seus cafés, em virtude das medidas da limitação, ficassem tambem impedidos de os armazenarem em S. Paulo, para por meio delles conseguirem adeantamentos emquanto o producto não podia ser vendido em Santos?

O que teria acontecido então, é claro como a luz meredianа, ou o lavrador sacrificaria o producto, vendendo-o a um preço irrisorio ou não o venderia e nesse caso não poderia pagar nem ao seu fornecedor de machinas agricolas de S. Paulo e nem aos negociantes do seu municipio, onde adquire viveres e vestuario, resultando dahi, que o commercio do interior que se suppre nesta capital, ficaria por sua vez impossibilitado de entrar com numerario para amortisar os seus compromissos para com as grandes casas atacadistas e importadoras. Seria um colapso que então se daria em nosso organismo economico; seria uma perigosa crise na circulação de nossa riqueza com consequencias funestissimas, pois, poria em perigo imminente a vitalidade economica do Estado, attingindo-a, com violencia, em toda a sua estructura.

Era esse o mal que nos ameaçava se o governo se obstinasse em manter a limitação para a praça de S. Paulo, uma medida que não trazia proveito á valorisação, mas, pelo contrario, já começava a embaraçal-a.

Essa situação, sob todos os aspectos prejudicial á lavoura e ao commercio em geral, estudada pela Associação Commercial de São Paulo, inspirou a seguinte representação por ella

dirigida naquella época ao ministro da Viação e que transcrevo como documento historico (²) :

> " A " Associação Commercial de S. Paulo", tendo tomado conhecimento na ultima reunião de sua directoria, da conferencia realizada entre V. Ex.ª e seu Presidente, a proposito dos embarques de café do interior do Estado para esta Capital e não podendo acceitar o alvitre ou suggestão de V. Exa. no sentido de ser debatido o caso sómente sob o ponto de vista da quota fixada, ou a fixar-se definitivamente para os referidos embarques, com a devida venia volta a exercer o seu direito de representação, adduzindo as razões ou fundamentos que tem a favor de sua primitiva, intransigente attitude.
>
> Assim procedendo, isto é, propugnando pela liberdade de embarque de café para S. Paulo, "a medida que consubstancia o mais legitimo interesse da praça, a que mais vantagens traz para a lavoura e a que melhor se ajusta aos principios geraes da grande obra da valorização do café", parece á Associação Commercial achar-se na defesa de boa causa, dos reaes interesses do commercio desta praça e de todo o Estado, tão vinculados aos dos productores da fonte principal de nossa riqueza; e, mantidas as idéas já expostas anteriormente, na representação que teve a honra de enviar a V. Ex. em 26 de Junho passado, ella espera de V. Ex. benevola attenção para as novas ponderações sobre o mesmo assumpto, de tamanha magnitude, convencida de que o seu alto espirito de justiça não se negará, afinal, em reconsiderar a resolução denegatoria da até aqui existente, liberdade de embarques para a Capital.
>
> O fim da limitação em Santos é impedir a formação, naquelle porto, de um volumoso "stock" disponivel, que fatalmente determinaria o augmento da offerta sobre a procura; e o Governo, por essa fórma, estabeleceu o equilibrio das entradas, alli, com as necessidades presumiveis nos mercados compradores. Mas, a limitação, embora reconhecida essencial á obra da valorisação de café, creou para a lavoura innumeras difficuldades, entre outras a im-

(2) *"O Estado de S. Paulo"*, de 23 de Agosto de 1922.

possibilidade dos fazendeiros aguardarem os embarques parcellados do seu producto, sem os recursos que, com relativa facilidade, esta praça lhes poderia proporcionar. A conservação de S. Paulo como praça "stockista" ou entreposto de café assegurará a normalidade tranquillizadora da vida economica do Estado, sobre a qual actuaram sempre as condições, boas ou más, dos nossos productores.

No memorial de 26 de Junho ficou largamente evidenciado, de maneira irrefutavel, a situação actual da praça de S. Paulo como centro perfeitamente apparelhado, capaz de prestar todos os serviços de armazenamento, warrantagem e credito, imprescindiveis á lavoura no regimen da limitação.

Affirmar o contrario equivale a articular uma inverdade. Hoje em dia, a nossa capacidade normal de armazenamento, conforme esta Associação já teve ensejo de o dizer a V. Ex., excede a 700.000 saccas de café. Basta enumerar, além de outros, as grandes emprezas de Armazens Geraes, entre nós: Companhia Paulista de Armazens Geraes, Companhia Armazens Geraes de S. Paulo, Companhia Nacional de Armazens Geraes, Armazens Geraes Matarazzo, Companhia de Armazens Geraes e Immunizadora Franco-Brasileira; e os muitos armazens dos commissarios de São Paulo, localisados no Braz-Moóca, Barra Funda, São Caetano, etc.

Devem entrar na conta, ainda, os amplos armazens das grandes firmas importadoras, muitos dos quaes actualmente offerecidos a sublocação, em virtude da deficiencia da importação de algum tempo a esta parte. Não são de esquecer mais os vastos armazens dos operadores de algodão, quasi desoccupados, por causa das derradeiras safras diminutas.

Improcede, pois, o argumento colhido da affirmativa de que não ha em S. Paulo armazenamento para o café, capaz e apropriado; e do mesmo modo improcedem os demais, óra suscitados contra a continuação da liberdade de embarque para São Paulo.

Antes de tudo, convém salientar os inconvenientes da permanencia, do armazenamento no interior do Estado, impraticavel, sobre outros motivos, pelos seguintes: a) falta de capacidade nas fazendas para grandes depositos; b) difficil, senão impossivel, feitura de estatistica para a or-

ganisação das quotas de embarques: c) difficuldade local e maiores despezas na salvaguarda do café contra os riscos de fogo, porque as companhias de seguro, em geral, receiam segurar a mercadoria onde o ser[illegible] da extincção de incendio ainda é o primitivo e os riscos são imminentes, achando-se as tulhas ao lado das machinas. E' de notar, neste particular, a difficuldade do transito das fazendas para as estações na época das chuvas, acarretando muitas vezes a perda de embarque para o lavrador.

Contra o armazenamento do café nesta capital, a argumentação adversa extremou-se até ao exaggero de asseverar a V. Exa., sem nenhuma base, que o mesmo acarretou para a lavoura paulista, o gravame ou prejuizo material de 12.500:000$000!

Segundo os calculos fidedignos desta Associação, o producto armazenado em São Paulo o reembarcado para Santos, durante esse periodo, attingio a 1.100.000 saccas.

As unicas despezas, que oneraram esse café, quando depositado em armazens geraes, foram a descarga, empilhação e carga, no total de 280 réis por sacca, e mais a do carreto para o depositado em armazens particulares, não sendo de computar todas as demais taxas de armazenagens e seguros, porque estes dispendios sobrecarregaram a mercadoria sempre, onde quer que esteja, e, se não fossem pagos em São Paulo, sel-o-iam em Santos, e com igualdade, visto como, até então, emparelhavam as tarifas das emprezas de armazens geraes de ambas as praças.

E' notorio que, por occasião da ultima safra, não podendo remetter café para Santos, os lavradores remetteram-no livremente para São Paulo, assim tambem o fazendo, com identica largueza, commissarios da primeira praça. Esta Associação possue dados sufficientes para affirmar que mais de metade do café, aqui depositado, pertencia a commissarios de Santos.

Apesar de grandemente armazenado em S. Paulo, no decurso da alludida safra, não se registou perturbação no mercado de café, a estabilidade deste sempre se manteve na praça vizinha, com as pequenas oscillações habituaes, decorrentes da lei natural da offerta e procura, e que os mercados exteriores e praças de embarque determinam.

Imparcialmente, portanto, ninguem recusará a São Paulo as qualidades e vantagens que a collocam em posição de favorecer, nunca de prejudicar a lavoura, e que em synthese, no officio de 26 de Junho, foram submettidas á apreciação de V. Ex.: impedido de remetter o seu café para Santos, sujeito ao regimen da limitação, o lavrador não se vê constrangido a sacrifical-o no interior, liberta-se dos compradores gananciosos, e procura nesta capital todos os meios e recursos, de começo delineados: consignação, depositos seguros nas emprezas de armazens geraes: warrantagem, facilidades economicas sob caução dos titulos emittidos; vendas commodas do producto, no momento opportuno, vantajoso, do mercado, etc.

Aqui, em plena liberdade de embarque, todas as vantagens para a lavoura. Mas, contra isto, investem ainda os adversarios de São Paulo como ponto de parada apto, economico e seguro, argumentando, ou melhor sophismando, que é uma iniquidade limitar Santos e não limitar São Paulo. Posta a asserção em letra, resalta logo o absurdo, considerando-se, primordialmente, a noção comesinha de que não somos nós aqui que apreçamos o café, e sim o mercado extrangeiro, pela abundancia ou não com que o encontra no porto ou porta aberta para a exportação; considerando-se, em seguida, que Santos, sendo o nosso porto, não pode accumular um grande "stock" disponivel, sob pena de fracassar o plano da valorisação, pois acarretaria um augmento da offerta sobre a procura; e considerando-se finalmente que, não se achando São Paulo nas condições geographicas e economicas de Santos quanto á exportação do café, deve continuar a recebel-o em quaesquer quantidades, por maiores que sejam, não só porque está apparelhado para o fazer, com vantagem para a lavoura, como tambem porque o café aqui não prejudica o fim da valorisação: é "visivel" apenas, não disponivel. Os antagonistas da idéa, ora justiceiramente pleiteada, chegaram ao desproposito de allegar que o "stock", constituido em São Paulo, pesa no mercado de Santos!

Preciso é que não se confunda "visibilidade" com disponibilidade do producto, cousas differentes como apparencia e realidade. Pouco faz ao criterio sob o qual deve ser encarada a questão, que o café "visivel" esteja armazenado na capital ou no interior; desde que tanto aqui, como

lá fóra não possa descer para Santos, senão nas exiguas parcellas fixadas pelo Governo, para o objectivo da valorização, e assim, detido, embarcado com a restricção indispensavel, não vá perturbar o unico mercado perturbavel entre nós e alterar damnosamente a cotação a manter que importa a visibilidade? O risco seria, exclusivamente, a disponibilidade, vale a dizer a quantidade excessiva, além do limite, desembarcado em Santos, influindo alli, desastradamente, no accrescimo das offertas, e consequente desvalorização.

Visivel, que importa? si o café armazenado em São Paulo não se transforma em disponivel, não vai concorrer com o existente já descarregado em Santos, em o nosso maior mercado exportador. A avaliação das safras de café, cuja exactidão é reconhecida torna visivel o "stock" do interior; nem por isso essa massa de producto pesa no referido mercado, porque, só pelo facto da respectiva existencia — sem a possibilidade de completo embarque e escoamento em Santos — não é disponivel. A acceitar-se a proposição de que o café armazenado em São Paulo pesa no mercado de Santos, apesar de todos os impecilhos oppostos pela limitação do embarque para la, ter-se-ia de concluir que o "stock", adquirido pelo Governo para o effeito da valorização, orçando nalguns milhões de saccas, igualmente pesa naquelle mercado porque é visivel, conhecido no seu volume!

Dahi a differença absoluta entre a visibilidade e a disponibilidade constituindo esta o unico perigo para o mercado de café. Não ha discutir doutra maneira, a não ser que, com a logica, se queira subverter um pequenino compendio de noções ácerca do producto e do mecanismo da valorização empregado pelo Governo.

Cumpre attender ainda a uma circumstancia relevante: anteriormente no actual regimen, aqui em São Paulo, parallelo ao de Santos, houve o commercio de café, embora em reduzidas proporções, mas sempre exercitado por firmas idoneas e respeitaveis.

Exmo. Sr. Ministro: Os fundamentos que alli ficam certamente calarão no seu animo o espirito de justiça, evocando os supplementos do saber de V. Exa.

Limitar os embarques para São Paulo, na base de 3.000 saccas como está sendo praticado, equivale a prohi-

bir as entradas de café nesta praça. Si, na distribuição pelas estações do interior das 30.000 saccas de embarque diario para Santos sérias difficuldades têm havido para tornar essa distribuição equitativa de fórma que sejam respeitados os interesses de todos os lavradores como se conseguirá resolver o problema de repartir por todo o interior do Estado o insignificante embarque das 3.000 saccas, ou seja a decima parte do concedido á Santos?

Mantido o actual limite para São Paulo, parcellas minimas, quasi irrisorias, tocarão ás numerosas estações do Estado e assim, desapparecerá qualquer interesse na remessa ou commercio de lotes tão pequenos.

Limitar os embarques para S. Paulo, virá a redundar finalmente, neste resultado: collocar toda a lavoura paulista numa injustificavel, exclusiva dependencia de algumas grandes firmas commissarias, quer dizer que o café será comprado no interior pelo preço que convenha a taes firmas e não pelo preço justo, razoavel, como o seria se fosse permittido pelo Governo a concorrencia ora defendida.

Os interesses da praça santista não periclitam como não periclitaram no anno passado, com a liberdade aqui reivindicada: os de São Paulo e os da lavoura do Estado, sim, é que são feridos funda e immerecidamente pela limitação em questão. Mas, esta Associação, diante do exposto com verdade, tem confiança na alta intelligencia, no tino administrativo e na consciencia de V. Exa., afim de que, bem ponderado o assumpto se reconsidere o acto injustificavelmente pleiteado, restabelecendo-se a liberdade de que gozou São Paulo, sem gravame nem para a valorização nem para o mercado exportador de Santos.

Digne-se V. Exa., Exmo. Sr. Ministro, receber os protestos da nossa alta consideração e mui distincto apreço.

Ao Exmo. Sr. Dr. J. Pires do Rio — M. D. Ministro de Estado dos Negocios da Viação e Obras Publicas. (aa) *Horacio Rodrigues*, Presidente: *F. Machado de Campos*, Secretario."

Não obstante os criteriosos fundamentos dessa representação, o ministro não quiz suspender a limitação allegando que estava prestes a deixar a pasta e que o seu substituto poderia melhor estudar a questão.

Soube-se depois que um pequeno grupo de commissarios de Santos, — dos que não tinham cafés armazenados em S. Paulo, — aproveitando-se da boa fé do ministro, bisonho em materia commercial, o persuadira de ser perigoso franquear a entrada de cafés em S. Paulo, porque, com isso, o mercado de café passaria para S. Paulo, onde os typos seriam alterados (sic) e dessa forma prejudicados os creditos do paiz em materia de café...

A pilheria, quando divulgada em Santos, narrada e repetida em rodas de commissarios, corretores e homens de negocios deu margem ás mais espirituosas satyras e epigrammas. E, nem podia ser de outra fórma. A praça de S. Paulo não tem bolsa de café. A porta de sahida para a exportação é Santos e é alli que o café tem de ser manipulado para a exportação. Todo o mundo, em S. Paulo, commerciante ou não, sabe disso. Ora, os cafés armazenados em S. Paulo não têm outros compradores senão os proprios commissarios de Santos. O certo, no emtanto, é que o ministro enguliu a pilula, e acreditou.

Era todavia tão absurda, tão sem fundamento e tão anti-economica tal medida, que o governo não a manteve, revogando-a, depois, expontaneamente, certo, como estava, de que assim agindo, agia inspirado em bons principios economicos e moraes e favorecia os interesses da lavoura.

E' certo que muito contribuiu para esse resultado a agitação que a medida iniqua provocou em S. Paulo, formando uma caudal de indignação a que seria difficil oppôr resistencia. Já não se tratava somente de interesses materiaes prejudicados, mas de susceptibilidades moraes feridas, de direitos violados.

A questão tomara um aspecto serio. Não ficou adstricta ao commercio de café, irradiou-se attingindo outras classes sociaes. A Associação Commercial de S. Paulo, onde ella fôra discutida com notavel elevação de vistas, pelos seus directores de mais prestigio, procurou acalmar os animos exaltados. Apparentemente conseguira-se calma mas o descontentamento sub-

sistia prestes a manifestar-se de forma violenta na primeira opportunidade.

Dos meios commerciaes a questão passara a ser debatida nos circulos juridicos e naturalmente foi sob a influencia de um tal ambiente que "O Estado de S. Paulo", dias depois, publicava a seguinte nota que teve forte repercussão na opinião publica e nas espheras politicas:

> Merece attenção o officio em que a Associação Commercial da São Paulo pediu ao snr. ministro da Viação que não fixasse quota de embarques de café para a praça desta capital. Defende a agremiação do commercio de São Paulo o principio da liberdade de embarque de café para esta cidade entendendo que a limitação, indispensavel para a execução do plano de valorisação, só se deve referir á praça de Santos. Depois de mostrar que a praça de São Paulo está perfeitamente apparelhada para receber todo o café do interior, facto que ninguem será capaz de contestar, enumera a Associação os inconvenientes da permanencia do café nos logares de producção.
>
> São estes:. falta de capacidade nas fazendas para grandes depositos; difficuldade, senão impossibilidade de organisação de estatisticas para as quotas de embarque; despesas avultadas para salvaguarda da mercadoria contra riscos de fogo; embaraço nos contractos de seguros porque no interior não ha serviço de extincção de incendios; entraves no transporte nas épocas de chuva; e obstaculos para o fazendeiro realisar operações de credito com a sua mercadoria armazenada longe dos centros de negocio.
>
> O unico argumento que se levanta contra os desejos da Associação é o de que ir-se-á, com essa medida benebeneficiar a praça de São Paulo em detrimento da de Santos . O argumento terá quando muito um valor sentimental, exactamente o valor mais fragil entre todos que circulam na vida commercial... Para resolver a questão não se tem que indagar se a praça A. ou a praça B. vae ganhar com a providencia a deliberar-se. Tem-se apenas que indagar qual das praças deverá soffrer restricção com menos prejuizo para a collectividade. Ora, posta nestes termos a questão e consideradas as consequencias damnosas que traria a limitação de embarque para São Paulo, o

argumento favoravel a Santos desapparece. Entre os interesses daquella praça e os da lavoura do Estado, que a abastece, ninguem hesitará um minuto: os da lavoura têm que prevalecer. Limitar os embarques do interior para São Paulo é, como bem demonstra a Associação Commercial, entregar a lavoura de mãos atadas aos commissarios de Santos os quaes acabarão por lhe impôr os preços que entenderem. Movimentado como se acha o mercado de café em São Paulo, encontrarão os lavradores nesta praça facilidades de credito que em vão procurarão em outras partes, inclusivé em Santos, se o limite de embarques for estendido a todas as estações do interior.

Não ha inconveniente algum em que se transforme São Paulo em um immenso deposito de café. Não ha siquer o perigo de se perturbar o mercado de Santos e provocar a baixa porque segundo bem assignalou a Associação Commercial, crescerá o "stock" "visivel" mas não crescerá o "disponivel". Armazenado na capital ou no interior a visibilidade do "stock" será a mesma. O que é importante é a disponibilidade e essa só se verifica com o café existente em Santos. Ora, como os embarques para aquella praça são limitados, nunca poderá São Paulo despejar sobre ella uma sacca siquer além do limite fixado pelo governo, seja qual fôr o "stock" de café que conserve encerrado nos seus armazens.

Ninguem contesta os serviços que a praça de Santos presta a lavoura. Mas é preciso tambem que não se esqueça que a lavoura presta ainda maiores áquella praça. Da lavoura é, afinal, que todos vivemos e não só seria justo que para favorecer uma praça que della tira o melhor da sua substancia, fossemos prejudical-a nos seus interesses mais vitaes.

De que a razão está neste caso com a Associação Commercial de São Paulo prova-o mais do que quaesquer outras considerações o apoio que lhe prestam, nesta emergencia, as grandes sociedades agricolas do Estado, além da Bolsa de Marcadorias: a Sociedade Paulista de Agricultura, a Liga Agricola e a Sociedade Rural Brasileira...

Tem ainda a seu favor a Associação Commercial a lição da experiencia: o anno passado o café do interior veiu quasi todo para São Paulo e nem por isso se desencadeou qualquer terremoto baixista...

O sr. ministro da Viação, que é um homem sensato, saberá pesar os argumentos da Associação Commercial e, pesando-os, como merecem, ha de, naturalmente, attender ás suggestões que ella lhe faz. Sabe elle, melhor do que ninguem, que o desejo unico da Associação é bem servir o Estado. Ainda o anno passado foi ella o melhor auxiliar que teve aqui o governo para o serviço de regularisação de embarques de café para a praça de Santos. Além disso, é um dever de prudencia por parte do governo não tomar decisões dessa natureza, que podem abalar profundamente a vida economica do Estado, sem prestar ouvido ás ponderações das classes interessadas.

*

* *

Nada como a experiencia. Ella demonstrou de uma fórma insophismavel e eloquente que entre o regimen estabelecido na safra 1920-21 da entrada sem limitação para S. Paulo com uma quota diaria de redespacho para Santos de 3600 saccas e o da safra de 1921-22 com a limitação de entradas para São Paulo, era, como é, preferivel o primeiro.

Elle attendia, como attende melhor os interesses não só dos lavradores, como, tambem dos commissarios. Uns e outros se utilisaram das vantagens do armazenamento na referida praça. Redespachado parcelladamente para Santos, o café soffria a sua parada e rotação em S. Paulo, mas em quanto não era embarcado para a praça exportadora servia de lastro para garantia de operações financeiras. Dessa fórma o lavrador podia esperar a venda sem mais difficuldades e os commissarios em virtude da ampliação de credito com a caução dos warrants ou com os cafés postos a ordem dos bancos, não ficavam impossibilitados de continuarem a supprir os seus committentes.

Adoptado o regimen preferido da não limitação para São Paulo para a safra 1923-24 a experiencia veiu demonstrar, mais uma vez, as vantagens que elle trouxe aos lavradores de São

Paulo e Minas e aos commissarios de Santos. Sobre as vantagens do armazenamento em S. Paulo já não ha mais controversias; hoje são todos accórdes em reconhecel-as e proclamal-as.

No começo dessa safra deu-se, entretanto, um incidente entre as praças de Santos e S. Paulo que convém aqui rememorar.

Na subdivisão das 35.000 saccas que deveriam dar entrada diariamente em Santos, foi dada a S. Paulo a quota diaria de redespacho de 867 saccas. Era uma quota irrisoria. Era uma fórma indirecta de limitar as entradas de café em S. Paulo, pois, dessa fórma o café que nelle entrasse ficaria eternamente ahi. Seria o facto proposital ou deu-se elle por inadvertencia da commissão que se encontrava á tésta desse trabalho? Não se soube ao certo. O commercio de café de S. Paulo protestou, pois, dessa fórma elle ficava amarrado e seria obrigado a fechar. Houve indignação, pois, o facto constituia realmente um ultraje á liberdade de commercio. As emprezas de armazens geraes por sua vez representaram ao ministro da Fazenda em officio que aqui se transcreve para elucidação historica, concebido nos seguintes termos:

Exmo. Snr. Dr. Raphael A. Sampaio Vidal
M. D. Ministro da Fazenda
RIO DE JANEIRO

O officio com que V. Ex. se houve por bem distinguir este CONVENIO, em 15 de Maio proximo passado, em resposta á representação das emprezas de armazens geraes de S. Paulo com relação a limitação das entradas de café em Santos, teve um acolhimento francamente cordial.

Pela sua fórma, pela contribuição dos esclarecimentos que contém e pela firme promessa de que se fez mensageira, a sua resposta veiu tranquillisar os animos das pessôas que têm sobre seus hombros responsabilidades na direcção de emprezas, nas quaes foram applicados capitaes de vulto, emprezas essas que se constituiram, con-

fiantes em nossas leis, com o fim de exercerem o seu commercio, cooperando, ao mesmo tempo, para a defeza da producção nacional.

Entretanto, as signatarias, respeitosamente, de novo voltam a presença de V. Ex. para dar-lhe conhecimento de que, pela fórma porque foram distribuidos os embarques correspondentes ás 35.000 saccas de entrada em Santos, a quota de 867 saccas, que cabe a S. Paulo, para redespacho, pela sua insignificancia, é como se não existisse, e seria um sacrificio injustificavel imposto á praça de S. Paulo, que representa hoje um conjuncto valioso de interesses aos quaes é mistér attender.

Se fosse dada a S. Paulo uma quota de 5.000 saccas, pensam as signatarias, ficariam conciliados e harmonisados todos os interesses em fóco, pois, esse facto animaria os lavradores para enviarem uma parte dos seus cafés para aqui, pois, se é certo que uma fracção seria redespachada para Santos, a outra que aqui ficasse serviria de lastro para vantajosas operações perante os bancos da praça.

Esta idéa, parece ás signatarias, representa não só uma fórma harmonica que concorreria para auxiliar e prestigiar a VALORISAÇÃO, como tambem envolve um largo pensamento liberal vindo facultar aos lavradores, até um certo ponto, a liberdade de optarem entre os armazens reguladores e os armazens geraes de S. Paulo, como ponto de espera para o redespacho opportuno para Santos.

O CONVENIO DAS COMPANHIAS DE ARMAZENS GERAES DE SÃO PAULO aproveita a opportunidade para renovar a V. Ex. os protestos de sua estima e elevado apreço ".

O ministro vendo a justiça do appello, attendeu incontinenti, ao pedido, mas, tendo a Associação Commercial de Santos telegraphado discordando do ponto de vista da praça de S. Paulo, elle, não obstante ter juizo favoravel ás pretenções justificadas da segunda praça, transigiu, reduzindo a quota de 5.700 para 3.000 saccas.

A praça de Santos errou. Se tivesse sido mantida a quota de 5.700 saccas para o redespacho, os cafés entrariam em Santos, mais ou menos nas mesmas épocas dos cafés despachados do interior, sem prejuizo para ninguem, ao passo que a quota apenas de 3.000 saccas para um stock que se avolumára, e que pelos despachos regulares não poderia ser transportado para Santos senão no fim de dois annos ou mais, determinou que alguns dos depositantes desses cafés, em avultadas quantidades os despachassem para o Rio de Janeiro, onde foram vendidos. Quer isto dizer que por causa daquella reluctancia em conceder uma maior quota para S. Paulo, a praça de Santos ficou prejudicada em sua economia, deixando de receber o ouro correspondente ás milhares de saccas de café desviadas para o Rio.

CAPITULO III

A ASSISTENCIA FINANCEIRA

Solicitado por pessôa de responsabilidades na politica nacional, por occasião das refórmas porque passou o Banco do Brasil, para emittir a minha opinião sobre as novas orientações financeiras do governo, após a leitura dos regulamentos que remodelaram aquelle instituto de credito, enunciei, naquella occasião, o meu modo de pensar nos seguintes termos:

A POLITICA FINANCEIRA DO GOVERNO

A remodelação do Banco do Brasil

I

Os choques da grande guerra alteraram profundamente o ambiente financeiro do mundo. O mal não feriu sómente as nações que estiveram directamente envolvidas na lucta, exteriorisou-se, attingindo a todos os continentes e todos os paizes. Na Europa os financistas se exgottam em procurar formulas que proporcionem aos Estados um equilibrio financeiro que facilite a acção dos governos e ao mesmo tempo suavise a situação dos governados, com protecção e assistencia á producção e ao trabalho. A preoccupação de todos os governos é a consecução

de um cambio firme e de uma taxa que levante a moeda onde ella se desvalorisou. Entretanto, se em alguns paizes, o mal estar é determinado pela escassez do ouro, em outros é pela abundancia, pela moeda super-valorisada. As crises financeiras têm pontos de semelhança com as pathologicas. Ha paizes anemicos assim como plethoricos. Requer-se para cada um, ás vezes, como na medicina para cada caso, uma therapeutica especial, pois, as nações têm o seu mal aggravado por causas subsidiarias, que não são iguaes em todas ellas.

As reformas porque passou o Banco do Brasil têm por fim dirimir a nossa crise. E, desta vez, para honra dos therapeutas a cura não é tentada com palliativos, mas com uma medicação, que se nos afigura acertada porque se baseia na persistencia do medicamento e no augmento da dosagem de accôrdo com a resistencia do organismo combalido. A convalescença será demorada, sem duvida, mas, a esperança da cura anima todos os corações.

Os principios basicos em que repousam as remodelações do nosso principal banco são:

a) — Dar maior assistencia ás classes productoras;
b) — Alterar a fórma das emissões de papel e só fazel-as mediante lastro;
c) — Resgatar o papel-moeda do Thesouro;
d) — Procurar a ascenção cambial, sem violencias bruscas, por etapas, até uma taxa estavel, que corresponda melhor aos interesses da nação.

Os propositos visados pela refórma constituem um novo programma de politica financeira, de visa-

da mais ampla, sem demasiado apêgo a doutrinas, mas baseada no bom senso, determinada pelas necessidades nacionaes e justificada pela experiencia em outros paizes. No conjunto, a reforma do banco só póde merecer applausos de todos os que desejam a restauração financeira e o desenvolvimento economico da nação. Entretanto, analysemos, por minucias a essencia dessa refórma.

O governo tinha que optar pela unidade das emissões dando privilegio a um banco, ou pela pluralidade. A primeira fórma, da qual é exemplo typico o Banco de França é a que melhor se enquadra ao nosso ambiente. O systema da pluralidade de emissões segundo os modelos da Italia e Estados Unidos não é adaptavel entre nós. As tentativas feitas logo após a proclamação da Republica, para implantação do systema, foi desastrosa para o paiz. Acertou, pois, o governo preferindo a politica de centralisação. E' o caminho mais curto e mais certo. A pluralidade das emissões, ainda dominante nos Estados Unidos, soffre combate desde a crise de 1907. Desde então se formou naquelle paiz uma corrente de opinião cada vez mais volumosa que advoga a substituição do actual systema pelo do monopolio, com a creação de um banco central.

De accôrdo com o contracto celebrado entre o Banco e o Thesouro Nacional, ficou o primeiro com a faculdade de emittir papel-moeda nas seguintes condições:

a) — A emissão será quanto á um terço do seu valor papel, sobre lastro equivalente em ouro á taxa de 12;

b) — Para os outros dois terços, a emissão se fará sobre a base de titulos commerciaes, com prazo a decorrer nunca maior de 120 dias, e warrants emittidos pelas emprezas de armazens geraes com o prazo maximo de 6 mezes.

E' uma positiva, inequivoca assistencia á producção nacional e ao commercio o que se contém na fórma e nas condições dessa emissão. Os bancos nacionaes e extrangeiros e as grandes organisações privadas ficam, pelo effeito dessa refórma, habilitados a darem aos seus clientes, lavradores e commerciantes, uma mais ampla assistencia. A insufficiencia de numerario que privava os nossos bancos de operações mais amplas, nullifica-se de vez, com tal medida, pois, quando tenham fracas as suas caixas e demasiado pejadas as suas carteiras, poderão recorrer ao Banco do Brasil que redescontará os seus titulos commerciaes, estabelecendo-se assim uma fonte perenne de recursos, sempre renovada. Sob o ponto de assistencia agricola e commercial, de prazo curto, não se poderia exigir mais. O governo fez o maximo que poderia fazer. Dahi não póde e nem poderia passar.

O redesconto de titulos commerciaes, com assignatura de duas firmas idoneas, a exemplo do que fazem outros grandes apparelhos bancarios, é a forma mais fecunda para os beneficiados e de menor risco para a nação, que até hoje se encontrou, para não deixar desamparados os emprehendimentos da lavoura e do commercio.

Mas, voltando a encarar em sua essencia, a emissão é de relevo notar que para certas pessôas a fórma escolhida pelo governo, não satisfaz, por-

que fere a escola, tida como classica, de que emissões só não são prejudiciaes para o paiz quando feitas sobre lastro equivalente em ouro. A guerra que impelliu quasi todos os paizes á anormalidade economica e alguns á anarchia financeira, tambem preparou a derrocada de certas doutrinas, antes da conflagração tidas como intangiveis e infalliveis. Não vemos em que uma emissão feita sobre lastro de effeitos commerciaes, com a responsabilidade pelo menos — de duas firmas de notoria solvencia, possa influir perniciosamente em nossa situação financeira. "Café vale ouro". Este aphorismo financeiro, já consagrado e de curso entre os proprios economistas europeus, encerra em sua simplicidade, o mais forte argumento para nullificar a intransigencia dos metallistas. Dos titulos redescontaveis que forem levados ao Banco do Brasil, principalmente, pelos bancos do Rio, S. Paulo e Minas, uma grande parte, será "warrants" de café, isto é, titulos emittidos sob lastro de café "que ouro vale" na opinião dos banqueiros dos dois mundos. Portanto, o Banco do Brasil — além das garantias decorrentes da responsabilidade, pelo menos, de duas firmas de grande credito, emittindo papel-moeda sob base de taes titulos está emittindo sobre lastro. Ha, entretanto, doutrinas tão solidamente arraigadas que dellas difficilmente se libertam os espiritos conservadores. Foram escrupulos doutrinarios, por certo, que levaram o governo a instituir um terço da emissão sobre lastro de ouro, quando poderia ser toda lastrada, sómente com effeitos commerciaes e warrants.

Emittir sobre lastro de effeitos commerciaes de solidez provada e de mercadorias que quanto mais velhas mais se valorisam, já é, em nossa curta historia financeira, attingir a triumphos immarceciveis.

O Banco de França até a pouco tempo exigia para o redesconto de effeitos commerciaes de prazo curto, sómente os que tivessem a responsabilidade, pelo menos, de tres firmas notoriamente solvaveis porém, para os warrants, isto é, para os titulos emittidos pelas emprezas de armazens geraes, o banco não exigia senão a responsabilidade de duas firmas. Esse mesmo criterio foi adoptado pelo Banco da Belgica. Os grandes financistas que inspiraram os regulamentos desses dois notaveis bancos, assim agindo, consagraram da fórma mais eloquente que se poderia fazer, o instituto de armazens geraes, considerando-o digno de um tal privilegio, merecedor da mais ampla e illimitada confiança. Foi com magoa que notamos na nova regulamentação do banco, em parte inspirada nos moldes do Banco de França, que não fosse adoptado o mesmo criterio e por isso o warrant ficou equiparado para o redesconto, a qualquer outro effeito commercial. Essa equiparação é uma flagrante injustiça. Negar superioridade do warrant sobre os outros effeitos commerciaes, sob o ponto de vista de garantia, é uma injuria ao instituto, é desconhecer o papel preponderante que elle desempenha nos grandes centros da Europa e America, onde mobilisa, em avalanches, capitaes avultados, favorecendo á producção e impulsionando o commercio.

Não desvirtuar mas homenagear o warrant é um acto de patriotismo. A lei brasileira que rege a emissão de titulos por armazens geraes só nos póde encher de orgulho. Com ella podemos nos apresentar perante as mais cultas assembléas, como symbolo de elevada cultura juridica e como expressão de adeantamento commercial. Cotejada com as leis similares que vigoram nos paizes europeus onde

a sciencia do direito attingiu o mais alto renome e onde o commercio alcançou elevado grau de progresso, a nossa não ficaria depreciada. Não é inferior a nenhuma, mas, ao contrario, superior a algumas dellas, por se distanciar de formulas burocraticas e por uma concepção mais elevada de sua funcção na vida economica das nações. Sobre a emissão de titulos a nossa lei é superior ás da Inglaterra e da Allemanha, porque estabelece, sem reservas, a responsabilidade integral dos emissores, é superior a da França, porque não exige o registo dos endossos, o que, não só perturba e demora a circulação dos titulos como viola o sigillo commercial.

Si, pois, o warrant no Brasil é um titulo revestido de garantias tão excepcionaes, não seria demais que para elle fossem dispensados os mesmos beneficios com que a politica bancaria de outras nações o distinguiu. Bastaria, pois, que o Banco para o redesconto dos titulos emittidos pelas emprezas de armazens geraes exigisse apenas a responsabilidade de uma firma notoriamente solvavel. Um warrant nunca chegará, ao Banco, apenas com uma assignatura. O beneficiado com o titulo, lavrador ou commerciante, o descontará em um banco e será esse banco que o levará ao redesconto, portanto, se nos afigura, que dada a garantia da mercadoria, pela qual responde a todo o tempo o armazem geral, aquelle titulo, apenas com a responsabilidade do banco portador (na hypothese de que o lavrador ou o commerciante favorecido não seja considerado como firma notoriamente solvavel) offerece muito mais garantia que uma letra de cambio com duas firmas notoriamente solvaveis. Foi essa pelo menos, a concepção dos financistas que cooperaram na re-

gulamentação das carteiras de redesconto do Banco de França e do Banco da Belgica, e pena é que, nesse ponto, as reformas do Banco do Brasil não se inspirassem nos mesmos principios.

Outro ponto das remodelações levadas a effeito digno de relevo é o que prepara, aos poucos, a conversão da nossa moeda. Não emittir sem lastro e só emittir limitadamente já é caminho bem iniciado para sanear a moeda, mas, a acção do governo não pára ahi. Outros meios preparatorios foram instituidos para o advento definitivo da moeda san:

a) — As notas emittidas pelo Banco serão convertidas em ouro e á vista a taxa de 12, desde que essa ou outra taxa mais alta se haja mantido, sem interrupção, em periodo nunca inferior a tres annos e que o stock ouro do Banco corresponda a 60 % de sua emissão e que o governo declare permittirem as condições economicas do paiz tal regimen;

b) — Uma vez que o fundo de reserva do Banco attinja a cem mil contos, serão as reservas, dahi por deante, em cada semestre convertidas em ouro, se fôr possivel adquiril-o a taxa de 12 ou mais;

c) — Emquanto não se concluir o resgate e conversão do papel moeda emittido pelo Thesouro, os dividendos do Banco não poderão ser mais de 20 %.

Para o resgate e conversão gradual da moeda e nos termos do contracto, conta o Banco com os recursos de todos os dividendos das acções pertencentes ao Thesouro, prestações devidas ao Thesouro

pelo Banco e dos lucros "liquidos" do Banco, verificados em cada semestre. A lei considera lucros "liquidos" (e a denominação não foi feliz para tal effeito) as reservas extra numerarias de cada balanço, isto é, as "sobras" de lucros que se verificarem após a deducção dos dez por cento para o fundo de reserva e os vinte por cento (ou menos) para o dividendo.

O Banco fica armado de poderes para ser regularisador do nosso cambio nos limites em que seja isso possivel perante a situação financeira do paiz e os saldos da nossa balança mercantil. O cambio é hoje o mais importante factor na vida economica das nações; pela sua estabilidade se empenham todos os governos, porque ella traz beneficios para a communidade.

Entretanto, uma das mais difficeis e ingratas tarefas que póde caber a um governo é o da procura e conquista de um cambio que melhor convenha aos interesses do paiz. E' uma tarefa ardua porque ha a attender interesses quasi sempre antagonicos, como no caso actual. Para os interesses da nossa producção é quasi sempre vantajoso o cambio baixo, porque determina para as outras nações de melhor moeda uma capacidade acquisitiva muito maior em suas relações comnosco e ficámos collocados perante a concorrencia do commercio exterior em condições de superioridade. O preço do nosso café, alto para o indigena é considerado muito razoavel pelos paizes consumidores. Foi o cambio baixo que nos permittiu a exportação do nosso algodão ao preço de 80$000. E' o cambio baixo que nos põe em situação de concorrer com Cuba nos mercados exteriores, onde estamos collocando uma parte bem elevada da nossa grande producção de

assucar. E' ainda o cambio baixo que nos permitte as exportações de nossos tecidos de algodão, lan e juta para a Argentina e o Uruguay. Infelizmente existe o reverso da medalha. Se as taxas cambiaes baixas são convenientes para o trabalho nacional, são desvantajosas para a importação dos artigos que ainda não produzimos e de que temos necessidade (o que concorre para a elevação do custo da vida) e funestas para as finanças da nação, deixando o governo em situação difficil para dar desempenho aos nossos compromissos no exterior.

Comtudo, o governo, manifestou um grande tacto na fórma de solucionar o problema. O tentamen para obtenção de uma taxa de 12 para estes primeiros annos, constitue uma idéa feliz. Não só ella corresponde ao ambiente economico neste periodo de expansão de nossas forças productivas, como vem preparar terreno para uma ascenção gradativa, por etapas, e não abrupta que venha quebrar a harmonia do trabalho nacional. Os termos, primeiramente de 12 mais ou menos e depois até 15, correspondem a possibilidades que podemos acalentar sem perturbação para o desenvolvimento das nossas fontes de riqueza.

E' nossa presumpção que o governo ao preparar a ascenção cambial, o faz visando a taxa maxima possivel, para as épocas dos mais fortes compromissos no exterior. Se essa previsão acompanha realmente o pensamento do governo e se na realisação desse programma fôr conseguido tal desinderatum, sem prejuizos para a nossa producção, terá elle alcançado um triumpho, dos mais extraordinarios que se pódem obter em tão ingrata esphera de acção.

Deduz-se do exposto que as refórmas porque acaba de passar o Banco do Brasil, constituem um plano, a um tempo fecundo e grandioso, para a nossa regeneração financeira. Elle attende ás necessidades a tanto tempo reclamadas pelas classes productoras, que terão assistencia e attende igualmente ás conveniencias do commercio legitimo que aspira um cambio melhor e estavel.

Em seus varios aspectos, emissão para assistencia ás industrias, conversão gradual da moeda e regularisação do cambio, o plano da reforma foi bem delineado, merecendo que se o prestigie. Lamentamos apenas que o Banco não possa tambem ser a exemplo do Banco da Nação, na Argentina e do Banco de Inglaterra, o regularisador das taxas de desconto. Elle deveria, a exemplo dos dois referidos Bancos, exercer uma acção moderadora e estabilisadora sobre as taxas de desconto, porque então viria a ser de uma maneira mais completa, o regulador do mercado monetario. Os resultados vantajosos que de uma semelhante politica bancaria adviriam para a lavoura, para o commercio e para a industria não se fariam esperar. O exemplo, que temos bem perto, do banco argentino que vimos de citar é por demais frisante. Quem poderá contestar que tem sido o juro baixo um dos factores principaes senão o principal, do consideravel desenvolvimento das forças productivas da visinha nação?

E' justamente essa uma das principaes vantagens que visa a politica de concentração bancaria: conseguir diminuição, unificação e estabilidade das taxas de juros e descontos.

A regularisação das taxas de descontos dentro do paiz é um assumpto de mais alta relevancia para a nossa economia interna.

E' a taxa alta entre nós que tem sacrificado lavradores e industriaes. Na Argentina, o Banco da Nação, com os recursos que dispõe, póde determinar a taxa maxima de descontos e como desconta francamente, os bancos estrangeiros são obrigados a acompanhal-o, pois, de outra fórma não teriam clientes. Alli o desconto para effeitos commerciaes até seis mezes de prazo, vae de 5 ½ a 7 % ao anno e nunca a mais. Compare-se taes taxas com as que são cobradas dos nossos lavradores e commerciantes e se terá em synthese a historia das nossas crises.

O barateamento de juros dentro do paiz é um phenomeno de consequencias beneficas para a economia das emprezas nacionaes e viria dar um notavel impulso a novos emprehendimentos.

Poderia tambem ter sido dado ao Banco, — como succede com o Banco da Nação, na Argentina — o privilegio, de, como obrigação, serem alli depositados os fundos de reserva das sociedades anonymas. Este facto determinaria mais moralidade em certas emprezas, que, augmentam as reservas para diminuirem os dividendos e assim evitarem sobre os lucros a incidencia dos impostos correlatos e esses depositos, até certo ponto, se constituiriam em elemento de garantia em favor dos credores de taes emprezas, quando ellas fracassassem por dolo ou inepcia dos seus administradores.

Entretanto, nem sempre se póde obter tudo quanto se deseja. Já não é pouco o que o governo faz agora. Esperemos que a situação do paiz, permitta, em breves annos, que o Banco do Brasil fique em condições de poder tambem regularisar as taxas de juros em nivel com as da Argentina, de fórma que a lavoura fique beneficiada com taes differenças. O juro baixo é o maior incentivo para

os grandes emprehendimentos, encoraja os homens de iniciativa, ao passo que o juro elevado já tem contribuido para a ruina de muitas industrias quando lhes faltaram os grandes lucros que dão para tudo.

Essa unica lacuna que encontramos na remodelação do Banco do Brasil, não prejudica o todo. No momento o governo não poderia fazer mais. Alimentamos uma profunda convicção de que a refórma nos trará opportunos beneficios.

A POLITICA FINANCEIRA DO GOVERNO

O Banco Hypothecario Nacional

II

O crescimento extraordinario da nossa producção tem pôsto em fóco as lacunas da nossa organisação bancaria principalmente no que diz respeito á assistencia á lavoura, de credito a longo termo. As tentativas emprehendidas pelo Estado para sanar essa falta e as iniciativas particulares que surgiram com o mesmo fim, todas ellas fracassaram.

Em alguns Estados, como S. Paulo e Minas, conseguiu-se sempre alguma cousa em esforços conjugados entre o governo e particulares. Os bancos hypothecarios e agricolas dos dois referidos Estados têm por certo prestado valiosa ajuda á agricultura, mas, o augmento e intensificação das culturas e o crescimento accelerado da safras requerem, hoje, organisações mais vastas, que operem com mais

largueza e que mobilisem o credito hypothecario sob novas formas.

Não estando o nosso ambiente preparado para a creação do credito hypothecario pelo mutualismo, como na Allemanha, onde as caixas Raiffeisen, organisadas de forma cooperativa se tornaram modelares e são consideradas, na actualidade, como os mais perfeitos apparelhos de assistencia agricola, só nos restava a intervenção directa do Estado para a constituição de um banco, mais ou menos, sob os moldes do Crédit Foncier.

As cooperativas agricolas, que, sob os moldes das allemans se instituiram em varios paizes europeus, onde, como na Italia, prosperaram e contribuiram para impulsionar a agricultura, não são presentemente adaptaveis entre nós. O mutualismo no Brasil foi um desastre e tem uma historia triste porque levou a miseria a muitos lares. Seria uma tarefa ardua e improfiqua tentar-se, presentemente, a sua rehabilitação. Estão ainda na memoria de todos, as fallencias e fraudes das innumeras associações mutuas que aqui surgiram nestes ultimos vinte annos, para infelicidade de muitas viuvas e orphãos. A instituição de credito agricola pela cooperação foi igualmente uma derrocada. Ainda perduram na lembrança dos nossos lavradores os effeitos funestos dos chamados bancos de custeio rural. A inadaptabilidade, pois, das cooperativas pelo insuccesso dos referidos bancos que tornaram mais accentuada a nossa negação para associações dessa natureza, determinou a necessidade de optarmos pelo modelo francez.

Instituindo o Banco Hypothecario Nacional, teve em vista o governo, completar a obra de assistencia ás classes productoras. O novo Banco inte-

gralisa o pensamento de uma firme cooperação em pról das iniciativas privadas, dignas de encorajamento e estimulo. A carteira hypothecaria está habilitada a conceder emprestimos a largo prazo, por meio de cedulas hypothecarias, ouro ou papel, e transferiveis, sobre hypothecas constituidas em favor do Banco. E' um serviço inestimavel esse auxilio directo que a novel instituição vae prestar sobretudo á lavoura e á industria.

Para que os bancos hypothecarios, exerçam uma acção fecunda na economia de um paiz é necessario que o seu funccionamento se opere, sob a vigilancia severa de uma administração proba, que no desempenho de suas funcções não se deixe influenciar por circumstancias extranhas ao criterio bancario. E' junto de taes institutos, quando creados pelo governo, que triumpha uma certa politica sem escrupulos que costuma patrocinar os negocios de seus afilhados e que coage as administrações para que os acceitem ainda mesmo no caso em que sejam considerados como inacceitaveis. A' esta concepção no julgamento dos institutos de tal natureza não poderam fugir os proprios espiritos a quem o governo incumbiu da elaboração e organisação dos regulamentos do novo Banco. E tão fundo e nitido era o pensamento que os affligia que procuraram cercear, dentro das possibilidades dos estatutos, a autonomia das administrações com o fim de ficarem ellas defendidas contra os empenhos politicos, para possiveis negocios que devam ser recusados.

Foi prudente e feliz o criterio estabelecido para os emprestimos ás industrias novas de exito por demais incerto. Condições especiaes são exigidas para a concessão de credito ás emprezas industriaes, dependendo isso de varias circumstancias e

em particular dos fins a ser destinado ao capital solicitado. Assim, as fabricas em plena exploração industrial, desejosas de ampliarem as suas installações, destinadas a melhorar a producção em valor e quantidade, as vias-ferreas para prolongamento, refórma do leito e material rodante, as usinas de fundição, laminação de ferro e aço para applicação em machinismos encontrarão amparo no Banco para a realisação dos seus projectos. As restricções foram cautelosas e sabias, sobretudo as que vedam o Banco conceder emprestimos sobre minas e pedreiras, bens em estado de indivisibilidade, sobre os que não produzam renda liquida e certa e terrenos baldios. São dignas de louvor taes precauções.

Se em materia de credito agricola ensaiamos ainda os primeiros passos, porque mesmo o que existe em alguns Estados não póde ser encarado como organisação, o que dizer então com relação a credito industrial?

Nada temos sobre o assumpto. As nossas industrias para as suas necessidades até hoje não contaram senão com o credito commercial, isto é, com os emprestimos de prazo curto, obtidos contra letras e promissorias e a juros ou taxas de desconto elevados. E' certo que nesse ponto a rotina subsiste mesmo em paizes onde a industria attingiu uma grande preponderancia nos negocios. Entretanto as nossas tendencias industriaes, que, dia a dia se accentuam, nos impellem a rompermos com a rotina, e por isso, devemos ir a procura de meios que favoreçam os surtos do trabalho e os emprehendimentos industriaes. Em S. Paulo, principalmente, o credito dispensado a industria pelos bancos privados, em grande parte tem sido sob um criterio errado. Em alguns casos esse credito foi recusado, quando

poderia ser concedido sem prejuizo para o banco e com vantagens para o favorecido e para a communidade e em outros foi concedido quando deveria ser recusado. E' certo que a concessão de credito á industria exige não só um exame nas pessôas em causa, como tambem na especie da industria explorada, requer conhecimentos especialisados que não se podem sempre encontrar junto dos banqueiros. Por isso, as organisações privadas que naturalmente surgirão um dia para operarem com os estabelecimentos industriaes a exemplo do que succede na Allemanha e Inglaterra, deverão ter em sua administração profissionaes que possam vêr e estimar, o que só é dado conhecer pela experiencia ou por conhecimentos adquiridos em cursos technicos.

As emprezas industriaes sempre encontraram difficuldades em materia de credito. As industrias quando atravessam crises, necessitam de credito para não sacrificarem os productos manufacturados e se prosperam, ainda de maior credito necessitam, para que lhes seja assegurado um desenvolvimento sem perturbações. O capital circulante de que necessitam as industrias florescentes é sempre maior do que aquelle previsto pelos administradores. Quem acompanha a historia das nossas industrias, sua formação, seus embaraços e seu desenvolvimento, não desconhece o facto. Em S. Paulo e no Rio, nas ultimas crises verificadas na industria de tecidos, viram-se muitas fabricas sacrificarem os productos, vendendo-os com prejuizos, justamente por nos faltar uma organisação bancaria, capaz de attender, entre outras, ás necessidades das nossas manufacturas.

O credito a longo termo destinado a novas edificações, acquisição de machinas e ampliações das

installações, só tem sido obtido por meio das emissões de debentures mas, sempre de fórma onerosa, quando os tomadores não são os proprios associados. Ha casos tambem em que o valor do credito solicitado não é de molde apropriado a essa fórma de emprestimo. Além disso as nossas praças commerciaes não possuem ainda capacidade de absorpção para os emprestimos dessa natureza. Os nossos capitalistas nem sempre encaram a debenture industrial como titulo de primeira ordem e dão preferencia a outros effeitos. Por tudo isso uma sociedade industrial nunca póde estar segura de que encontrará tomadores para as suas debentures.

E' preciso não esquecer que foi a guerra que salvou a nossa industria de tecidos. Quando em Agosto de 1914, a França e a Belgica eram invadidas pelas forças allemans, as nossas fabricas, em sua maior parte, estavam paradas total ou parcialmente. A crise era de Norte a Sul. O phenomeno da super-producção occorrera em uma época de difficuldades que obrigava o consumidor a restringir as suas compras. Os "stocks" eram avultados e muitas vendas se effectuaram por menos do custo de fabricação. O credito se retrahira. A guerra, que, como todas as guerras, trazem em seu bojo surprezas para a vida economica dos póvos, veio reanimar a agonizante, que depressa convalesceu, fortalecendo-se de novo graças ao concurso inesperado que lhe chegou.

Sem uma organisação capaz de amparar a vida fabril nas épocas de crise, e assegurar o desenvolvimento normal nos periodos florescentes, a situação das nossas industrias estaria sempre a mercê da ruina, ruina que se reflectiria no commercio, que perturbaria a nossa evolução economica, attingindo o

proletariado e occasionando opportunidade para a explosão das revoltas populares que acompanham, como a sombra ao corpo, as desorganisações do trabalho. Os espiritos dados a meditação, e que sabem vêr através da floração actual da industria, a acção inexoravel de certas leis economicas e fataes as quaes não podemos fugir, com o concurso da cifras e com a ajuda sempre fecunda dos ensinamentos do passado, prevêm já, uma nova crise para um porvir não distante.

Um apparelhamento capaz de jugular essas crises periodicas, que se repetem como a propria historia, é reclamado desde muito tempo, não só em attenção a uma classe que trabalha e produz como tambem em defeza da economia nacional. Os economistas sempre encararam a industria, seja privada ou seja do Estado, como um patrimonio da nação. Ella dá vida ás cidades; as crêa, as povôa, as alimenta e as desenvolve. E' ella o principal factor para a valorisação das nossas riquezas naturaes. Os vinculos entre ella e a agricultura são de tal natureza que o estado morbido de uma, quasi sempre, se não sempre, se reflecte no organismo da outra. Se o café cae a preços aviltantes a industria logo sente as consequencias, da mesma fórma que se um colapso paralysa as fabricas, o mercado de algodão se abate levando o desanimo aos lavradores. D'ahi a necessidade de amparar ambas. Seria sempre lacunosa e inefficaz uma politica bancaria que désse assistencia a uma, negando a outra. A industria contribue ainda de uma outra forma na economia nacional. Ella concorre para diminuir as sahidas de ouro para o exterior e chegando a um tal gráu de desenvolvimento, poderá um dia contribuir para que do exterior se canalise para nós, o ouro correspon-

dente a possiveis exportações avultadas de productos por ella elaborados. E' pois, digna de applausos a fórma porque se houve o governo, incluindo a industria fabril entre as beneficiadas com a organisação do Banco Hypothecario Nacional.

Além da carteira hypothecaria destinada a emprestimos a longo prazo á lavoura e á industria, instituiu o Banco uma outra, especial, destinada a emprestimos em dinheiro para custeio mensal das propriedades agricolas, com o prazo maximo de um anno, ou seja de colheita a colheita. Nada mais justo. Esta fórma de credito agricola é a que melhor se ajusta ás necessidades da nossa lavoura e dadas as disposições contractuaes, em caso algum poderá ella prejudicar o Banco.

Os limites fixados para os supprimentos agricolas na proporção de 70 % sobre o valor da colheita e nunca excedentes de 36 contos annuaes, resolvem o problema de auxilio aos pequenos e medios lavradores. E' sabido que as grandes fazendas de que são detentores homens de fortuna, familias abastadas ou sociedades anonymas, não necessitam recorrer aos bancos de Estado ou onde o Estado tem preponderancia, porque gozam de facilidades junto aos bancos privados regionaes.

Quando em 1918 tivemos occasião de estudar a organisação bancaria argentina, que repousa em tres estabelecimentos modelares — o Banco da Nação, o Banco da Provincia e o Banco Hypothecario Argentino — e dos quaes nos occupámos pelas columnas do "O Estado de S. Paulo" a nossa attenção de preferencia, fixou-se neste ultimo, que soubera adaptar ao ambiente nacional, todas as conquistas do instituto hypothecario accrescendo-o de innovações fecundas. Foi justamente o seu consul-

tor juridico o Dr. Juan Ortelli que nos mostrou entre outras cousas, como a cedula hypothecaria argentina estava rodeada de garantias taes, que sómente poderia ter agio nas cotações, mas, nunca cahiria abaixo do valor nominal. Seria nosso desejo que a cedula hypothecaria brasileira, tivesse a mesma força.

E' certo que o novo Banco, acceita as cedulas (que correspondam a mesma série da respectiva obrigação) para amortisação parcial ou total da divida, pelo seu valor nominal, mas, isso não é bastante para evitar que os titulos venham soffrer uma depreciação, prejudicando o mutuante. Essa lacuna, será naturalmente preenchida pela acção do proprio banco que se propõe a comprar e vender as cedulas por conta propria e de terceiros. Desse modo o Banco está armado para impedir que os portadores dos titulos venham cahir nas garras dos usurarios.

Uma critica severa e justa, feita sob um criterio puramente economico mas, tendo em vista as circumstancias do momento, não poderia senão louvar as novas orientações financeiras que levaram o governo a remodelar o Banco do Brasil e a crêar o Banco Hypothecario. Ha um ponto em que se poderia discordar: não lobrigámos a que ordem de razões obedeceu o governo ao instituir o Banco Hypothecario, vinculando-o ao Banco do Brasil, quando poderiam ficar ambos autonomos e independentes. Na separação veriamos vantagens, cuja explanação seria ociosa fazer agora. Não divisamos nenhuma conveniencia na dependencia que se estabeleceu.

Na fórma de expôr o meu pensamento, comquanto houvesse de minha parte um firme desejo de cooperar em pról dos intuitos que animavam o governo preoccupado em defender a

producção nacional, não occultei as minhas divergencias, mas, as confessei com lealdade. Feri os pontos discordes, de leve e com brandura, por entender que seria preferivel aguardar a acção do banco, para só então emittir com segurança e com base uma opinião sobre as remodelações levadas a effeito.

Vivendo em um centro commercial de grande movimento e por certo o mais interessado pela defeza da nossa producção era de meu dever acolher com sympathia todos os projectos e medidas que tivessem por escopo tornar fecundo o trabalho nacional. Por estar animado desse sentimento não foi a critica mais severa; e, por principios, e em virtude dessa prudencia que faz o fundo dos homens praticos, resolvi esperar que a actuação do governo através daquelle instituto, viesse evidenciar como veiu, o que estava direito e o que estava defeituoso.

Nesta minha conducta nada ha a extranhar. Os eminentes brasileiros que receberam sobre os seus hombros a ardua tarefa de corrigir as falhas e as anomalias da nossa organisação financeira, como economistas de ampla visada e de maduro pensar, sabem que a sciencia pura ás vezes é infecunda e só os ensaios experimentaes é que podem pôr á prova o acerto ou a inefficacia de certos principios theoricos. Por isso é mais consentanea uma critica — trate-se de theorias ou de orientações — após o periodo experimental. Já agora decorridos dois annos do novo regimen bancario pode-se com mais precisão determinar o que foi util e fecundo e o que foi nefasto e prejudicial aos interesses nacionaes.

*
* *

O snr. Cincinato Braga recebeu o Banco do Brasil em condições que não poderiam ser melhores. As difficuldades de administração que poderia encontrar já tinham sido removidas

pela administração anterior, que a historia commercial registra como a mais fecunda que houve no paiz, até os nossos dias.

O caminho já estava desbastado e a nova administração podia por elle transitar sem receio de tropeços.

O caso aqui é semelhante ao do administrador agricola que põe abaixo as mattas, faz as queimadas, extrae os tócos, revolve a terra e a aduba, semeia, planta, constróe terreiros, faz tulhas, assenta machinas e faz bemfeitorias e terminada a tarefa e a fazenda formada a entrega, depois da ultima florada, ao seu substituto cuja tarefa será colher e beneficiar...

No entanto, para bem caracterisar a justeza da comparação, passemos em revista, a vôo de passaro, o que foi a administração precedente.

Remodelando os processos de trabalho, instituindo praxes commerciaes e restringindo, tanto quanto possivel, os processos burocraticos que emperram o trabalho, conseguiu o sr. dr. José Maria Whitaker dar ao Banco um cunho de efficiencia approximado á das grandes organisações americanas. Para essa transformação considerada audaz, — dado o ambiente de rotina e cheio de vicios onde ia actuar — teve elle de vencer duras resistencias.

A carteira de redescontos, com graves imperfeições de origem, e para cujo funccionamento era mistér desvendar o sigillo commercial, e que dependia de consulta, vista e exame de um conselho de fiscaes, dava idéa de uma machina emperrada, com funccionamento lento, defeituoso e cheio de interregnos, sem capacidade para uma producção segura e continua, feriu desde logo as vistas do banqueiro paulista. A refórma se impunha como necessidade inadiavel, como condição — "sine qua non" — do proprio desenvolvimento das operações, mas, não tivesse o snr. Whitaker carta branca do snr. Presidente da Republica para agir como entendesse e nada conseguiria, pois apresentado no Senado em 30 de Dezembro daquelle anno o projecto substitutivo que modificava o regulamento defeituoso, elle teve contra si o parecer da commissão de Finanças e só

foi convertido em lei por ter sido considerado de ordem governamental.

Escorraçada do Banco a advocacia administrativa e postos á margem os patrocinios politicos para negocios indesejaveis, alli só começaram a prevalecer os principios exclusivamente de ordem commercial e o criterio restrictamente bancario foi o que passou a regular as operações.

A praça do Rio de Janeiro com aquelle senso peculiar ao commercio, viu, desde logo, que o Banco tinha em sua direcção não só o banqueiro habil que já fizera renome na segunda praça do paiz, mas, tambem um homem de principios e de probidade commercial. A confiança se impoz e como consequencia os depositos affluiram em admiravel progressão constituindo o facto de maior relevo na historia financeira daquella praça.

Desde então crescem os clientes e começou o Banco a ser procurado por pequenos e grandes commerciantes e por todos aquelles que, antes, delle fugiam. Esse facto se explica perfeitamente e até se pode comparal-o, por lhe ser analoga, a uma lei economica. Quando em um banco começa predominar a má clientela, a boa se afasta; é a lei de Greshman, é o mesmo caso da má moeda, fazendo desapparecer da circulação a boa.

O commercio, em quasi todos os paizes sul-americanos tem uma profunda negação pela politica, nella não confia senão dentro de certos limites, e julga sempre perniciosa a sua intervenção na administração de empresas commerciaes e industriaes.

O Brasil não podia fugir á fatalidade continental e, como se comprovou, excluida a politica das dependencias do Banco, o facto logo se reflectiu na somma dos seus depositos, no augmento dos seus clientes e na formidavel expansão das suas operações.

O abuso que entre nós se tem feito de certos vocabulos desvalorisa as affirmativas da natureza das que venho de enunciar quando não são acompanhadas de provas; mas as provas aqui estão:

Os depositos que em 31 de Dezembro de 1920 eram apenas de Rs. 288.698:429$196, em 31 de Agosto de 1922 attingiam a Rs. 1.037.735:936$395; os descontos de Rs.......... 139.157:735$305 subiram a Rs. 655.580:738$646; os emprestimos de Rs. 138.374:584$783 passaram a Rs. .... 317.978:280$575; foram compensados os prejuizos que vinham das administrações anteriores em um total de Rs........... 48.737:412$973 e os dividendos distribuidos ascenderam a 18 % e a 20 %; os recursos do Banco que eram apenas de Rs. 26.000:000$000 passaram a ser de Rs. 145.358:433$869. Nesta demonstração de algarismos se reflecte o que foi aquella fecunda gestão.

Saneado o banco, liquidados os prejuizos anteriores, arredados os elementos indesejaveis, installadas e em normal funccionamento as carteiras de redesconto e agricola e creada a camara de compensação (1), tornou-se elle um instituto capaz de desempenhar na economia nacional uma funcção preponderante, util ao credito do paiz, benefica para o commercio e para a producção nacional.

A grande etapa fôra vencida. O difficil fôra feito; dahi por diante os trabalhos da administração, fosse ella a mesma, fosse outra, se restringiriam á tarefa normal da funcção bancaria.

*

* *

Transformado o banco em banco emissor, modificados os seus regulamentos com um alto proposito de mais favorecer o trabalho nacional, remodeladas as carteiras de redescontos e

---

(1) Só então se realizou a aspiração desde longos annos acalentada pela classe dos contadores brasileiros, sendo de justiça aqui consignar que a propaganda mais intensa que se fez no paiz para a adopção da "clearing-house" teve lugar em S. Paulo em 1900 e 1901 promovida na imprensa pelo Gremio dos Guarda-Livros de S. Paulo e á frente da qual se achava *Horacio Berlinck* tendo como collaboradores *Camara Senger* e o fallecido *J. da Costa Sampaio*.

dada á carteira hypothecaria uma maior amplitude, cresciam as possibilidades do instituto para uma acção mais vasta e fecunda na economia do paiz. Tem elle correspondido á espectativa?

Não. Não nas proporções que seria justo esperar.

Na administração anterior se comprehendiam os propositos tendentes á obtenção de elevados dividendos, mas, se com a transformação operada o banco assumia como — funcção principal a de orgão propulsor da nossa producção — de principal cooperador da lavoura e da industria, de machina subsidiaria e complementar do apparelho da defeza permanente do café, não se comprehendem e não se justificam dividendos superiores a 14 %. Detentor da maioria das acções, o governo não póde pensar em tirar proveito dessa situação; os outros accionistas com aquelles dividendos, conscientes de que os seus capitaes não correm risco, se dariam por satisfeitos.

E' uma illusão da administração do banco, suppor que uma gestão brilhante, nesta nova phase, seria a que proporcionasse grandes dividendos. Para conseguil-os não ha senão um meio: o juro elevado para os emprestimos e a taxa alta para os descontos. Mas, nesse caso, o banco falta á sua missão e não cumpre os fins para os quaes foi apparelhado; é entretanto, o que tem succedido. O Banco elevou as taxas a 12 e 13 %. para os negocios a prazo curto e as eleva igualmente para os de longo prazo. Ora isso não é auxiliar a lavoura. Não será com remedios a esse preço que dominaremos as nossas crises economicas.

Em 8 de Julho de 1921 na Camara Federal o snr. Cincinato Braga propugnava para a creação de um banco de credito hypothecario para emprestimos á lavoura a longo prazo com os juros de 8 1|2 por cento ao anno e em Agosto e Setembro do mesmo anno em uma série de interessantes artigos publicados n' "O Estado de S. Paulo" sobre a defeza permanente do café e o banco que deveria completar o apparelho, o sr. Sampaio Vidal advogou com calôr o juro baixo. Em um desses artigos S. Ex. suggeria uma organisação bancaria que proporcionasse

á producção juros baixos. A expressão "juros modicos" foi por S. Ex. empregada tres vezes em um só artigo. (2)

Mais tarde, em 22 de Dezembro do mesmo anno, no banquete offerecido aos ministros da Fazenda e Agricultura, S. Ex. ractificava as suas opiniões emittindo os seguintes conceitos:

> "O credito agricola não se organisa quando se quer e sim quando se póde. NÃO HA CREDITO AGRICOLA EFFICIENTE SEM JUROS MODICOS e isso só se consegue com a organisação central. Só o Banco de Emissão tem poder para abaixar taxas de juros. Os interesses da lavoura, da pecuaria, das industrias e do commercio estão, pois, dependentes da organisação do Banco Central"

Invocando a organisação bancaria argentina como modelo digno de imitação, disse ainda S. Ex. no memoravel banquete:

> "Em materia de credito hypothecario e agricola e pecuario, penso como sempre, que devemos aproveitar a experiencia comprovada dos outros povos.
>
> Temos na Republica Argentina a operosa nação amiga uma magnifica lição de coisas — sua organisação de credito hypothecario e agricola, tem 30 annos da mais concludente experiencia — é já uma demonstração perfeita.
>
> Trata-se de uma instituição sui-generis, não é uma sociedade anonyma, é um verdadeiro instituto de interesses publicos de fomento da economia nacional. Emitte letras hypothecarias que são collo-

---

(2) "O Estado de S. Paulo" de 4 de Setembro de 1921.

cadas pela propria instituição no paiz e no estrangeiro, recebendo o mutuario o emprestimo em especie.

O grande desenvolvimento da pecuaria e da lavoura da Argentina é obra da importante instituição".

Admirador, como S. Ex. da cultura argentina em seus variados aspectos e principalmente no que se refere á sua capacidade economica e potencialidade financeira, tive opportunidade, nas visitas demoradas que fiz áquelle paiz e durante a época em que nelle residi, de pôr-me em contacto com as suas grandes instituições e seus aperfeiçoados apparelhos commerciaes. Tambem, como S. Ex., tive occasião de estudar a sua organisação bancaria, tendo della dado as minhas impressões, em synthese, pela imprensa ([3]) e pelo livro ([4]).

Onde, pois, as promessas dos eminentes brasileiros? Ha ou não antagonismo entre as idéas que tão brilhantemente defendiam e a actuação que têm desenvolvido?

Elevar as taxas de redesconto do Banco não é asphixiar a vida agricola e commercial do paiz?

A circumstancia de não nos encontrarmos como a Argentina em situação de dominar por completo o mercado monetario, como ella o faz, por intermedio do Banco da Nação, instituindo, para os descontos o limite maximo de 7 % obrigando os bancos privados a acompanhal-o, não é razão para que não se empreguem tentativas para o abaixamento das taxas. Entretanto, a actuação do Banco tem sido contraria a taes propositos.

Transformado em emissor, o Banco em vez de instituir uma taxa de redesconto mais modica, fez o contrario, foi elevando a taxa de redescontos até 13 %, determinando com

---

(3) Serie de artigos n'"*O Estado de S. Paulo*" em outubro e dezembro de 1918.
(4) *A industria textil brasileira e os mercados sul-americanos*, S. Paulo, 1920.

isso que os bancos regionaes elevassem a sua tabella a 15 e 18 %, ou então restringissem as suas operações dentro da possibilidade de seus proprios recursos. Ou se faz mais uma extorção á lavoura cobrando essas taxas exhorbitantes ou se a difficulta recusando descontos; ou os supprimentos com juros de agiota ou o credito cerceado. Dahi não ha a fugir. Neste caso lavoura e commercio navegam entre Scylla e Charybdis. O perigo é certo de qualquer lado.

Indiscutivelmente o Banco prestou serviços, mas não os prestou nas proporções em que deveria fazel-o e em alguns casos a sua acção foi negativa.

Uma das funcções do Banco que é a de attender a todas as praças do paiz, com relativo equilibrio, foi negligenciada. Em Recife desaappareceu todo o numerario. Os bancos daquella praça negaram-se a descontar saques sobre o Rio e S. Paulo por não possuirem dinheiro em caixa. Bancos inglezes recusaram receber saques para cobrança no Rio, allegando que depois ficariam em difficuldades para darem o liquido em Pernambuco por não terem onde buscar dinheiro. Em outras praças do Norte occorreram factos identicos. O Banco encarando sómente o lucro preoccupou-se em servir as praças que pagavam taxas mais altas, olvidando um dever, o dever primordial de attender com equidade a todas ellas.

Em S. Paulo, em virtude da elevação da taxa de redescontos, difficultaram-se os negocios porque a varios bancos repugnava operar em taxas mais elevadas, pois nos casos de emergencia, elles não poderiam recorrer ao Banco do Brasil para redescontos.

Resultou dessa restricção de negocios uma situação geral de mau estar, creando-se, sem motivo e sem razão, um ambiente de desconfianças justamente em um periodo de prosperidade commercial e de inicio do fortalecimento da nossa producção.

Deduz-se de tudo isso, de fórma insophismavel, que sob taes aspectos, foi errada a actuação do Banco, e não foram cum-

pridas as promessas feitas á lavoura. Nem juros modicos e nem adeantamentos francos sobre conhecimentos ferroviarios. Em vez de ser attendida preferencialmente a lavoura, foram concedidos emprestimos a varias emprezas industriaes de quantias vultuosas contra disposições expressas do seu regulamento, que estabelecera limites para negocios desta natureza.

CAPITULO IV

OS ARMAZENS REGULADORES

"Ainda quando se dê a estes armazens a organisação dos armazens geraes, ficando elles fóra do centro onde se encontram os capitaes, difficultam-se as operações de credito em geral e se impossibilitam até as de menor vulto cujas vantagens não chegarão para cobrir os incommodos e despesas de viagens.

Não, meus senhores, com estes amazens não se fará a defeza do café. Elles deixarão uma porta aberta para o assalto á fileira dos lavradores mais fracos; atraz desta cahirá a dos menos fracos; atraz desta, outras, até ser attingida a dos mais fortes, isolada de qualquer apoio.

L. ZACHARIAS -DE LIMA. — "O problema do café e a sua solução". S. Paulo, 1923."

Dos armazens reguladores se têm dito todo o mal possivel e todo o bem que se possa imaginar. Elles têm tido os seus detractores e os seus apostolos. Fugindo das opiniões extremadas, direi, serenamente, o que penso a respeito delles.

Em principio, não ha homem de negocios que não seja contra os armazens-reguladores, porque elles constituem tudo quanto ha de mais irregular e inconveniente em materia de defeza de producção. São sobretudo anti-commerciaes. Mercadoria em taes armazens é capital môrto, não rende e não produz. [1] Até hoje não pudemos comprehender como o dr.

(1) O nosso povo creador dessa interessante philosophia cheia de verve, malicia e ironia, que constitue um dos aspectos interessantes da alma brasileira, já os consagrou. Empregado ferroviario, fazendeiro ou commissario, referindo-se a cafés que deram entrada nos armazens reguladores dizem invariavelmente "que cahiram no cemiterio!..."

Sampaio Vidal, chegou a imaginar a creação desses armazens como uma conquista definitiva com o formidavel valor economico que se lhes quer emprestar, a todo transe, contra todos os principios economicos, contra a pratica commercial e contra o bom senso.

Em Novembro do anno passado, varios lavradores que não tinham ainda recebido em Santos os seus cafés embarcados no interior em Janeiro, se queixaram amargamente dos bancos por não terem elles querido operar sobre os conhecimentos desses cafés. Ora essas queixas eram injustas. Para os bancos de descontos e adeantamentos a prazo curto, só são bons os negocios liquidaveis, no maximo dentro de 120 dias. Se os bancos tivessem operado sobre taes conhecimentos, elles estariam até Novembro em desembolso do capital e com isso se perturbaria a sua economia interna. Elles não podiam e nem podem operar mais sobre conhecimentos depois de creados taes armazens, emquanto elles funccionarem e até que os transportes ferroviarios de novo se normalisem.

Por aqui se vê que o sr. Sampaio Vidal errou, suppondo que esses conhecimentos serviriam facilmente para o lavrador, por meio delles, obter adeantamentos.

Ha "alguns bancos" que para "algumas" casas commissarias ampliam os creditos mediante caução de conhecimentos de café. Mas, trata-se aqui de casos especiaes, nos quaes se toma mais em consideração o credito pessoal do que o valôr do papel caucionado. Não é uma operação generalisada e commum. Essa fórma de operação, restringiu-se, e tende a restringir-se cada vez mais. E os bancos têm toda a razão em assim proceder. O sr. Sampaio Vidal, como bom jurista, que é, sabe o que vale e o que representa, no paiz, um conhecimento ferroviario de mercadoria.

Os jornaes de S. Paulo, inserem continuamente annuncios de bancos que adeantam sobre "warrants"; de adeantamentos sobre conhecimentos nunca se viu um unico annuncio.

Disse na introducção do presente trabalho que as minhas asserções seriam sempre fortalecidas com provas. Para a que acabo de fazer tenho abundancia dellas, mas, basta citar dois factos, um dos quaes, perfeitamente conhecido na praça de Santos, para se concluir com justiça da minha affirmativa.

Em Santos uma grande firma brasileira de respeitaveis tradições, possuindo capital e credito, gozando de invejavel conceito pela seriedade que sempre imprimiu ás suas operações tendo comprado café no interior em vultuosas proporções teve um momento em que sentiu lhe faltar o apoio do seu principal banqueiro. Em conhecimentos ferro-viarios, possuia essa honrada casa commercial cafés que não só cobriam todo o seu passivo como tambem apresentavam como "superavit", um lucro elevadissimo e que se reputava como o maior obtido em Santos durante a safra passada. A restricção das entradas em Santos, impedia áquella firma o recebimento dos cafés comprados, em proporções de poder attender, de prompto, ás exigencias do Banco em questão, que não quiz mais auxilial-a não obstante a demonstração feita da sua situação. Cafés em conhecimentos!...
Se estivessem depositados em armazens geraes de S. Paulo, onde pudessem ser vistos e com as garantias reaes do peso e qualidades, por certo que teria sido outra a conducta do Banco, que mediante accôrdo com a sua cliente passou a dirigir, elle proprio, a casa commercial. Resultado: essa casa que deveria apurar um elevado lucro liquido, na opinião unanime da praça, conseguiu apenas uma situação de desafogo.

Outro facto: Uma firma de S. Paulo tendo em mãos conhecimentos para dez mil saccos de cafés comprados em Dois Corregos, Jahú, Bica de Pedra, Bariry, Campos Salles, embarcados em Março, Abril e Maio do anno passado, e não os tendo recebido em Santos (quando, no entanto da mesma zona, nesse mesmo mez, estava recebendo cafés despachados em Outubro!...) foi bater a varios bancos para obter adeantamentos sobre esses conhecimentos e todos se recusaram a effectuar a

operação, tendo depois obtido no Banco Commercial do Estado de S. Paulo, adeantamento apenas sobre 7.000 saccos, isso como uma condescendencia especial do Banco para com um antigo cliente, que alem disso gosava de credito pessoal.

Entretanto, que o saiba, pelo menos, não houve, até hoje, banco algum que negasse adeantamento sobre "warrants" emittidos sobre cafés.

E' por isso que reputo os armazens reguladores como um remedio para o momento, um palliativo, mas sem a efficacia desejada para a defesa do café que só poderá ser obtida com o concurso dos armazens geraes.

Depois de taes factos só póde teimar em apresentar os armazens reguladores como uma obra-prima economica quem tiver perdido o discernimento.

O governo que acompanha, de bem perto, o ambiente da lavoura, sabe que os lavradores, uniformemente, salvo uma ou outra excepção, alimentam queixas contra os armazens reguladores, e se essas queixas não tomaram um caracter de clamôr publico se deve a varias circumstancias, uma das quaes, a alta do café em progressão constante, alta originada em parte pelas proprias medidas de restricção da entrada em Santos e no Rio e parte a outros factores do exterior. Se o mercado estivesse em uma situação de preços permanente ou se tivessem occorrido successivas e fortes oscillações para baixa a lavoura teria clamado em altos brados. O governo não deve alimentar outra opinião sobre o caso, se quizer ser cauteloso e prudente.

As reclamações contra os armazens reguladores se succedem, ora é pela grande demora da chegada da mercadoria em Santos, ora pela grande falta de peso e ora por cafés trocados. Nelles reina balburdia e anarchia. Narrou-me um lavrador em fins de Outubro do anno passado que da mesma procedencia, "da mesma estação", já tinham chegado a Santos, via armazem regulador. cafés despachados em Abril e Maio, mas não tinham chegado os que foram embarcados muito antes, em Fevereiro.

Em Santos conhecem-se innumeros factos dessa natureza, tendo sido dado de muitos delles conhecimento ao governo.

Em fins de Outubro ou inicio de Novembro os jornaes de S. Paulo mencionavam o encaminhamento para a Commissão Fiscalisadora, de 270 reclamações sómente da praça de Santos. Em 22 de Setembro recebi a visita de um fazendeiro de Itapira, que me communicou não terem ainda chegado a Santos cafés despachados em Janeiro emquanto que já tinham chegado os despachados em Março e Abril.

Mas, desta natureza ha centenas e centenas de reclamações; não é necessario enumeral-as pois, as casas commissarias de Santos desde que se lhes peça as fornecerão com abundancia de detalhes.

Com os armazens reguladores, por causa delles e para fugir delles, desenvolveu-se infelizmente neste Estado a gorgeta clandestina. Para conseguir embarques directos para Santos recorreu-se a gorgetas vultuosas que enriqueceram agentes e empregados ferro-viarios.

O paulista, outróra tão orgulhoso dos costumes severos de seu Estado, em seus varios aspectos, sente-se hoje acabrunhado e vencido no que se refere a funccionarios de estradas de ferro. Hoje para os embarques normaes, em certas zonas e em certas estações, nada se consegue sem a commissão clandestina.

E' sabido, commentou-se e escreveu-se, que certos grandes lavradores tiveram os seus cafés em Santos preferencialmente por ordens emanadas da direcção de certas estradas. Foram, indubitavelmente essas ordens dadas em desaccôrdo com as deliberações do governo, que deram coragem a empregados de categoria inferior a fazerem tambem o seu "pequeno commercio". Se o exemplo do desrespeito á lei não viesse de cima os outros não ousariam proceder nas condições que o fizeram.

Como medida *effectiva* de defeza da producção, os armazens reguladores não servem; e a lauvoura, pela vóz de um dos

seus expoentes, já os condemnou, como se viu da citação que fizemos no inicio deste capitulo.

*
* *

Apezar de todas as inconveniencias dos armazens reguladores, dos males que elles implantaram, dos prejuizos que causaram, das anomalias que crearam e dos vicios que á sua sombra proliferaram como os cogumelos na estação das aguas, não se póde deixar de reconhecer que, até certo ponto, *e em caracter provisorio,* a sua existencia presentemente se tornou uma necessidade. Elles constituem um mal necessario, no momento, para evitar um mal maior.

Fallida a capacidade de transportes das nossas vias ferreas por escassez de material rodante, não tinhamos outro remedio senão esse, mas só acreditamos em sua acção como palliativo, até que os transportes se normalisem. Normalisados os transportes e recuperada pelas estradas a sua capacidade de trafego de outr'ora, cumpre procurar outra fórma para resolver o problema de armazenamentos de café, uma fórma mais commercial, que não inactive os valores que a mercadoria representa, que a conserve, que a garanta no seu peso e na sua qualidade, que possa a qualquer hora ser vista, examinada e controlada pelo seu dono. Ora, essa fórma de armazenamento só se obtem por meio dos armazens geraes.

O governo passado errou não providenciando quanto ás difficuldades de transporte em varias zonas, que já se vinham sentindo desde cinco annos atraz, o que poderia ter feito mediante accôrdo especial com as estradas e estabelecendo uma tarifa provisoria supplementar durante um ou dois annos que suavisasse as despesas vultuosas que ellas teriam que fazer para renovar e augmentar o seu material rodante. Para os estudiosos

dos nossos problemas esse foi o grande, o maior, o mais funesto erro do governo passado.

Entretanto, o actual governo incidiu no mesmo erro, porque ao iniciar a sua administração, podia ainda com tempo providenciar naquelle sentido, e não o fez preferindo contractar a construcção dos armazens reguladores.

Se a limitação de cafés para Santos e para o Rio era uma medida de salvação publica, assente em bases estudadas pelo governo e que já estava vigorando, o que se deveria fazer nesse caso, — e se faria com a approvação da propria lavoura e do commercio — e com applausos de todos os espiritos praticos era o seguinte:

O governo entraria em entendimento com todas as emprezas de armazens geraes de S. Paulo e Santos para que ellas armazenassem toda a safra em S. Paulo. As emprezas de S. Paulo tomariam armazens supplementares e as de Santos estabeleceriam tambem seus armazens em S. Paulo, o que não era difficil, pois, com a diminuição de importação que havia na época, como ainda hoje ha, numerosos armazens disponiveis. A empreza que desejasse poderia mesmo construir novos armazens.

O armazenamento seria dado a todas de accôrdo com as preferencias do lavrador ou commissario dono do café. O governo não teria neste caso despesa alguma, nem com armazens nem com seguros (ao contrario do que acontece com os armazens reguladores); apenas entraria em entendimento especial com as referidas emprezas, para que, attendendo a enorme massa de café a armazenar fizessem uma taxa modica, que favorecesse os depositantes, no que ellas accordariam.

Essa é a idéa, em suas linhas geraes que reputava a mais acertada; entretanto, analysemos com criterio economico e com methodo o que teria a critica a dizer favoravelmente e a oppôr contra ella.

Vantagens do armazenamento em S. Paulo. — Essas vantagens são do lavrador, do commissario, da praça de Santos e da valorisação. Depositados os cafés em armazens geraes de S.

Paulo, o lavrador, com as amostras dos armazens fica habilitado a fazer a venda do seu producto aos commissarios de Santos, nas condições em que chega do interior ou após novo ensaque e nesse caso os compradores esperariam a data designada para os redespachos para Santos. ([2]) Não lhe convindo os preços e preferindo esperar a data do redespacho e necessitando de dinheiro, elle solicitaria da empreza armazenadora a emissão do "warrant" e mediante caução desse titulo obteria o adeantamento desejado, sem ficar privado de vender o café se preferisse fazel-o depois. Ora, o lavrador tendo dinheiro para o seu custeio não necessita sacrificar o café a preços vis; pode esperar e isso que elle não consegue com os armazens reguladores, consegue-o com os armazens geraes.

As vantagens para o commissario de Santos são igualmente relevantes. Elle pode warrantar ou mesmo apenas collocar a mercadoria que comprou ou que lhe foi consignada, á ordem de um banco, para ter ampliado o seu credito em conta corrente, podendo assim acolher com mais largueza os saques dos seus committentes e agentes. Os commissarios de Santos que têm armazenados cafés em S. Paulo, em quasi sua totalidade, se tem utilisado dessas vantagens.

Em qualquer das fórmas o capital que o café representa, em uma proporção de 70 a 80 por cento, mais ou menos, não ficaria inactivo (como acontece nos armazens reguladores), continuaria a se reproduzir e a impulsionar a vida commercial do paiz, beneficiando a todos.

Os beneficios para a praça de Santos do armazenamento em S. Paulo são de varias especies:

a) — No caso possivel de uma interrupção de trafego de uma das estradas paulistas, a praça exportadora nada teria a temer para os seus negocios, pois nos "stocks" de S. Paulo encontraria cafés sufficientes para a alimentação do mercado;

---

(2) Neste caso não haveria innovação alguma; trata-se de operações que se fazem normalmente.

b) — No caso, tambem possivel, de medidas de emergencia que determinassem ás estradas de ferro, preferencia de transporte para outros productos, durante duas ou tres semanas, pelas mesmas razões expostas, o facto não influenciaria a praça de Santos;

c) — Nos redespachos diarios de S. Paulo para aquella praça, seriam attendidos os pedidos preferenciaes da parte dos commissarios (como já tem succedido) para os cafés de qualidade mais procurada no mercado.

Suppostas desvantagens do armazenamento em S. Paulo. — O argumento maximo que se levantaria contra o armazenamento em S. Paulo seria a inconveniencia da ***visibilidade*** (?) do "stock" que assim seria conhecido dos mercados exteriores. Esse fantasma da visibilidade que tanto aterrorisa algumas pessôas, méro producto de imaginação, não é baseado em nenhum fundamento solido. Que influencia poderia ter nos mercados exteriores a circumstancia de estar uma parte da safra em S. Paulo e o resto no interior ou toda no interior? Porque o café em S. Paulo seria considerado visivel não o devendo ser nos armazens reguladores? Por ventura haverá alguem tão simples que possa crêr que os grandes interessados em café desconheçam os "stocks" nos armazens reguladores?!...

Os grandes commerciantes de café estão fartos de saber que as estatisticas levantadas entre nós pelos agentes dos norte-americanos foram quasi sempre as mais approximadas da realidade. Não é mais possivel nos tempos actuaes, pretender occultar "stocks" ou disvirtuar estatisticas, de mercadorias negociaveis em bolsa. Depois, se a segurança sobre a optima situação do café está arraigada no espirito de todos, porque temer, que por esse lado, lhe venha damno, uma vez que é a limitação das entradas nos portos de exportação que regularisa a offerta?

Suppondo-se no entanto — isto somente para argumentar — haver conveniencia em não dar publicidade aos "stocks", é muito mais facil e seguro manter essa conducta estando os

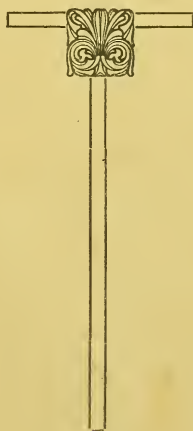
cafés armazenados em varias emprezas de armazens geraes, educadas no sigillo commercial, do que nos armazens reguladores onde os "stocks" são conhecidos e dados a qualquer pessôa que saiba onde, como e a quem interpellar nesse sentido.

Outro argumento que seria adduzido, naturalmente, contra o armazenamento em S. Paulo, o da falta de capacidade para o recebimento de uma grande safra, é destituido de valôr. No caso de insufficiencia dos actuaes se construiriam novos armazens. Construir-se-iam mais depressa e melhores do que os dos armazens reguladores.

Poderia tambem ser allegado que o armazenamento em S. Paulo poderia influir de alguma maneira na forma de se commerciar com o café. Tambem seria infundada essa allegação. Ha quatro annos que S. Paulo armazena cafés em quantidades apreciaveis e até agora esse facto não determinou alteração nenhuma nos negocios de café. Quasi todas as firmas commissarias de Santos têm comprado ou recebido em consignação cafés, postos em armazens geraes de S. Paulo. Tudo isso prova que o armazenamento em S. Paulo contribue para a expansão dos negocios na praça de Santos.

Ha ainda outro aspecto de notavel importancia no armazenamento dos cafés em S. Paulo que será tratado no capitulo seguinte.

CAPITULO V

OS ARMAZENS GERAES E A CIRCULAÇÃO MONETARIA

"Parece-nos excusado encarecer a funcção dos Armazens Geraes e os relevantes serviços que a instituição está destinada a prestar á nossa organisação economica-financeira, já para mobilisar a producção, DANDO-LHE QUASI O CURSO DA MOEDA CORRENTE, já como apparelho de resistencia, verdadeira comporta reguladora da corrente de exportação".

ADOLPHO PINTO, cit. por L. ZACHARIAS DE LIMA — *O problema do café e sua solução.* S. Paulo, 1923.

E' preciso que não percamos de vista que em toda a parte do mundo em que o commercio tem uma solida organisação o armazem geral constitue o centro, a praça forte da lucta commercial, o poderoso reducto onde se acastella o commerciante para regularisar a offerta, impedindo, dest'arte, a queda dos preços."

RAPHAEL A. SAMPAIO VIDAL — *"Organisação commercial da defesa do café,* São Paulo, 1906; pg. 38.

Pelo que foi esclarecido no capitulo anterior ficou clarividentemente provado que os nossos dirigentes não aproveitando as emprezas de armazens geraes de S. Paulo e Santos, nas condições expostas, como apparelhos complementares na obra da defeza do café incidiram em um grande erro de duplo aspecto: de visão commercial e de visão financeira.

O lavrador não põe duvida e não relucta em retardar a a venda da sua safra ou de uma parte, afim de facilitar ao governo a obra da defeza commum, mas elle necessita que se lhe dê a assistencia financeira. Ora, porque muitos fazendeiros medios e pequenos não a encontraram, foram obrigados a vender

os seus cafés a preços muito reduzidos a intermediarios. Esses intermediarios não podem ser, por sua vez, censurados por comprarem a preços muitissimos dispares das cotações diarias, porque, em justiça deve se reconhecer que elles tambem se arriscavam a essas compras, pois, não poderiam prevêr, por maior que fosse o optimismo com que se encara a situação do café, em que mercado e a que base iriam fazer a venda em Santos. O certo, no entanto, é que a lavoura, sob esse ponto de vista, soffreu em sua economia, prejuizos bem avultados. Se o governo tivesse se utilisado dos armazens geraes na fórma atraz suggerida, bôa parte da lavoura não teria sacrificado a sua producção por um preço, que, comquanto remunerador, estava todavia muito longe do valor real do producto, e não teriamos assistido ás scenas que narrei no capitulo anterior.

Foi realmente incomprehensivel, que tivessem sido postos á margem os armazens geraes, que como muito bem disse o sr. dr. Sampaio Vidal "EM TODA A PARTE DO MUNDO EM QUE O COMMERCIO TEM UMA SOLIDA ORGANISAÇÃO, CONSTITUEM O CENTRO, A PRAÇA FORTE DA LUCTA COMMERCIAL, O PODEROSO REDUCTO ONDE SE ACASTELLA O COMMERCIANTE PARA REGULARISAR A OFFERTA, IMPEDINDO, DEST'ARTE, A QUEDA DOS PREÇOS".

O illustre paulista que tem sobre os seus hombros a direcção suprema da politica financeira da nação, foi, em nosso Estado, o maior, o mais esforçado propagandista para a introducção dos armazens geraes; foi dos politicos brasileiros o que melhor teve a visão nitida do maravilhoso apparelho de resistencia. Desenvolveu toda a sua actividade e fez um verdadeiro apostolado para a sua adopção. Em discursos, escriptos e conferencias apregoou com enthusiasmo, na capital e nos grandes centros agricolas, todas as vantagens que adviriam para o commercio, para a producção e para a nossa economia a implantação no paiz da valiosa creação britannica.

Glorificador da obra de Carvalho de Mendonça, o dr. Sampaio Vidal terá sempre o seu nome citado em nossa historia economica pelo muito que fez em pról do instituto de armazens geraes.

Commentando o decreto n.º 1102 de 21 de Novembro de 1903, disse S. Excia:

> "A lei abrange admiravelmente todo o mecanismo da instituição. E' producto de estudo profundo das legislações européas e encerra o patrimonio da experiencia destas emprezas no velho mundo. A nossa lei representa, pois, uma verdadeira crystalisação de toda a sabedoria legislativa actual a respeito, alliada ás lições da experiencia — tudo isso magistralmente lapidado pelo espirito peregrino que elaborou o projecto". (1)

Expondo as formidaveis vantagens que o instituto encerra discorre ainda o illustre commentador:

> "Os poderes publicos dos Estados cafeeiros estão agora patrioticamente empenhados nessa campanha de defeza da producção nacional. Mas, toda a obra de defeza regularmente organisada reclama orgãos permanentes que representem as fortalezas e armaduras com que o productor e o commerciante possam contar praticamente nos momentos de lucta. O plano da valorisação do café representa sem duvida uma ideia altamente fecunda e benemerita. Mas, na vida diaria os Armazens Geraes, retendo a mercadoria e assegurando a regularisação da offerta, constituem o apparelho reforçado que funcciona,

---

(1) RAPHAEL A. SAMPAIO VIDAL — *Organisação Commercial da Defeza do Café*. São Paulo, 1906; pag. 11.

firme e suavemente, sustentando os embates da lucta commercial. E' essa a organisação permanente da defeza.

Nesse sentido nada precisamos inventar; os apparelhos já estão inventados e longamente experimentados pelo genio commercial do velho mundo, funccionando ha dezenas de annos com os mais satisfactorios e brilhantes resultados praticos. Ha muito que a Europa e a America do Norte comprehenderam que o alto commercio, o commercio por atacado, em grosso, não pode viver sem a mais poderosa organisação da defeza. As grandes massas de mercadorias, que são a caracteristica do alto commercio, trazem comsigo mesmo o perigo das depreciações do genero, compromettendo a offerta aos olhos do comprador. Quem se apresenta no mercado precisando fatalmente descarregar grandes stocks por certo não pode impor preços: isso é positivo e elementar na materia.

Eis ahi o problema que o genio occidental resolveu brilhantemente. Creou os chamados "Armazens Geraes", vastos e seguros depositos para guarda de mercadorias, habilitando assim o productor ou commerciante a vender a mercadoria, tranquillamente, por partidas, acompanhando a situação do mercado, regularisando assim a intensidade da offerta e portanto a corrente dos preços.

Mas, o simples armazenamento não resolvia o problema por completo, porque as grandes massas de mercadorias depositadas representavam consideraveis capitaes inertes e immobilisados a fazerem falta para as transacções do commerciante. D'ahi a ideia de crear os titulos representativos das mercadorias, titulos negociaveis, descontaveis nos bancos e que por essa fórma mobilisam o valor das

mercadorias armazenadas, fornecendo ao productor e ao commerciante o numerario preciso para as suas transacções.

Resumindo:

A fecunda ideia dos Armazens Geraes veiu resolver dois pontos capitaes do alto commercio:

I — A guarda segura da mercadoria — evitando que o commerciante se veja na contingencia de despejar grandes massas nos mercados.

II — A mobilisação do valor da mercadoria evitando a estagnação de capital em stocks improductivos, fornecendo pelo penhor (warrant) os recursos que armam o productor ou o commerciante para não precisar sacrificar a mercadoria a a qualquer preço".

Accentuando o valor dos titulos emittidos pelos Armazens Geraes e comparando-os á letra de cambio, doutrina S. Excia.:

" . . . .

Economica e juridicamente falando, são, portanto, titulos muito superiores á letra de cambio Esta conta apenas com o credito pessoal, ao passo que os titulos dos armazens geraes têm por si:

— A garantia real da mercadoria armazenada;

— A garantia pessoal dos endossantes" (3).

Depois dessa apologia cheia de enthusiasmo, é deveras para lamentar que o illustre commentador abjurasse o seu antigo credo para fazer o apostolado dos armazens reguladores, desses mesmos armazens chrismados pela satyra popular de *cemiterios* e que os proprios politicos paulistas declararam

---

(2) RAPHAEL A. SAMPAIO VIDAL, obra cit. pgs. 9 e 10.

(3) RAPHAEL A. SAMPAIO VIDAL, obra cit. pg. 21.

ser "um presente de gregos" quando surgiram os primeiros commentarios sobre a passagem da defeza do café da União para o Estado e nos quaes se dava como graciosa a transferencia delles para S. Paulo.

*
* *

Um problema que tem sido posto em fóco e para o qual até agora não se encontrou uma solução harmonica é o do nosso meio circulante.

Ha um ponto em que a questão é encarada com harmonia de vistas — o da necessidade de augmental-o, dividindo-se as opiniões sómente quanto á fórma de emittir. Só aqui é que surgem as discordias, opinando alguns espiritos para a emissão franca e ousada sem lastro, entendendo outros que a emissão sem lastro de ouro é prejudicial.

Cada uma dessas correntes têm a sua maneira de justificar o seu ponto de vista, entretanto, ha uma fórma simples pela qual o problema póde ser resolvido sem ferir os melindres doutrinarios: — por meio de uma emissão lastrada exclusivamente sobre café, da seguinte fórma:

Armazenados os cafés na praça de S. Paulo, pelas emprezas de armazens geraes de S. Paulo e Santos, os proprietarios desses cafés, lavradores e commissarios, solicitariam das emprezas a emissão dos respectivos *warrants* por cujo meio obteriam adeantamentos nos bancos das duas referidas praças. Os titulos seriam emittidos com o prazo de noventa ou cento e vinte dias sobre os cafés que não deveriam ser redespachados para Santos dentro desse termo. O Banco do Brasil, mediante a apresentação desses titulos pelos bancos de S. Paulo, Santos e Rio faria a emissão especial redescontando-os. No fim de cada mez em que se realizassem os resgates dos *warrants* pelos ultimos endossantes (que nesse caso seriam os bancos das tres

referidas praças) SERIAM INCINERADAS CEDULAS CORRESPONDENTES A TAES ADEANTAMENTOS. Novos *warrants* permittiriam novas emissões, obtendo-se dess' arte uma sequencia de emissões que beneficiariam as praças do paiz com assistencia á lavoura e facilidades ao commercio, sem que dahi adviesse mal algum, em virtude da applicação dellas ser para fins reproductivos e pela circumstancia de serem incineradas mensalmente as cedulas correspondentes ás quantias emittidas.

Este recurso mais simples no seu mecanismo pratico, do que na propria exposição da idéa, proporcionaria ao governo recursos amplos para attender ás necessidades da producção nacional, dahi se originando sómente beneficios para a communhão, isso tudo sem os perigos apontados com terror pelos espiritos adversos a novas emissões.

Para inspirar confiança poderia mesmo o governo determinar ao Banco do Brasil, para que désse, diaria ou semanalmente, publicidade ás quantias emittidas sobre *warrants* para que o publico acompanhasse, mez a mez, as emissões e as incinerações correspondentes.

Com o fim de obter que todos os depositantes de cafés solicitassem das respectivas emprezas a emissão de *warrants* seria apenas necessario que a taxa de redesconto do Banco do Brasil para estes titulos fosse mais modica e que os bancos portadores, concordassem em dar aos seus clientes essa differença de taxas. Para gozar desta bonificação não haveria um só dono de cafés, lavrador ou commissario, que deixasse de warrantal-os.

Eis uma fórmula simples, de facil execução, por meio da qual o governo poderá auxiliar os productores e o commercio, sem os perigos apregoados pelos anti-emissionistas.

Não se põe em duvida que as emissões quando não lastradas directamente offerecem inconvenientes se feitas em excesso moderadamente e com a devida fiscalisação ellas só

podem ser beneficas á nação se são para fins reproductivos, como na fórma enunciada.

A strychinina e o mercurio em alta dose matam, mas, nem por isso a medicina os proscreve da therapeutica, mas, pelo contrario, nos casos indicados como necessarios, uteis ou imprescindiveis são sempre prescriptos. O caso tem perfeita analogia com as emissões.

As emissões de papel moeda estão para um paiz assim como os emprestimos para os particulares. O facto, que se repete constantemente no mundo dos negocios, esclarece o phenomeno economico e o torna comprehensivel e simples, mesmo aos olhos dos leigos em assumptos financeiros.

Exemplifiquemos. Se um individuo possuidor de optima fazenda de café, mas sem recursos para a sua exploração obtem, apenas com o seu credito pessoal, que um banqueiro lhe faça os supprimentos necessarios para o custeio, augmento dos cafezaes, construcção de bons terrenos, installação de boa machina para beneficiar, no fim de certo tempo, elle terá pago a divida contrahida, verificando-se após a liquidação que o banqueiro ganhou, ficando tambem a propriedade valorisada pelo augmento das culturas e pelos melhoramentos nella introduzidos. Se, entretanto, em vez de applicar o dinheiro dessa fórma o proprietario abandona a fazenda e vae para a cidade e em vida faustosa, no jogo e em aventuras galantes, dispende não só o dinheiro recebido, como contrae novos compromissos superiores ao seu activo, claro é que acabará por perder tambem a fazenda, ou abandonada ella se desvalorisará. Nesse caso o banqueiro perderá.

O simile invocado esclarece o caso. Se as emissões fossem para pagamentos de dividas, para despesas faustosas ou applicações improductivas, claro é que determinariam consequencias funestas, mas, nas condições enunciadas, com as garantias apontadas e com os fins indicados, não só trariam beneficios geraes, desafogando as praças que lutam pela falta de nu-

merario, como facilitariam, sem risco, a defeza da producção e a expansão dos negocios.

Porque não tentar esta fórma de emissão? Que inconvenientes póde ella trazer?...

As emprezas autorisadas legalmente para emittirem *warrants* são fiscalisadas pelo governo ([4]), que poderia tornar mais activa, frequente e efficaz essa fiscalisação, se fosse necessario, apesar de que uma vez regulamentado que o Banco do Brasil só redescontasse os titulos com endosso bancario (de bancos que lhe inspirem confiança) seriam os proprios bancos regionaes os maiores interessados em só effectuarem o desconto em primeira mão, dos titulos das emprezas que lhes inspirassem a maxima confiança, e em virtude da propria lei que rege aquellas emprezas, tambem poderiam verificar a exactidão dos titulos conferindo-os com a mercadoria por elles representada e depositada nos armazens das emprezas emissoras ([5]).

Não será esse o unico caminho seguro para vencer a nossa crise interna? Meditem os nossos estadistas.

---

(4) Decreto 1102 de 21 de Novembro de 1903, art. 13.
(5) Decreto 1102 de 21 de Novembro de 1903, art. 9.

CAPITULO VI

A MISSÃO INGLEZA

Foi com os mais patrioticos intuitos que o governo resolveu convidar uma missão economico-financeira para visitar o nosso paiz e assim conhecer não só a nossa riqueza já creada, como tambem as infinitas possibilidades com que, nesse terreno, a providencia nos beneficiou.

Alimentava o governo a esperança de que um estudo minucioso das nossas riquezas effectivas e das nossas possiveis realisações, feito por uma missão extrangeira composta de nomes de relevo nos grandes centros financeiros, seria vantajoso para o credito do paiz, dada a repercussão mundial que teriam ou deveriam ter as opiniões por ella emittidas.

Louvaveis eram por certo taes intenções e seria injustiça não reconhecer os propositos elevados que envolviam a patriotica iniciativa.

Mas, a que paiz se deveria recorrer solicitando essa missão? A' Inglaterra ou á França?...

A sciencia economica muito deve á Inglaterra. Na relação das leis e dos principios que constituem o patrimonio accumulado dos conhecimentos economicos, figuram contribuições inestimaveis dos filhos da Gran-Bretanha. A' Adam Smith devemos a lei da subdivisão methodica do trabalho; á Malthus a lei da população; á Ricardo a lei do salario e da renda; a Stuart Mill a theoria do valor; e, em um plano mais modesto poder-se-iam mencionar ainda: os trabalhos de vulgarisação economica de Mac-Culloch, os estudos de Carey sobre

emissões bancarias, os de Senior sobre o custo da producção, os de Tooke e Tolentar sobre circulação bancaria, os de Walkifield sobre colonisação, os de Bagehot sobre as sociedades economicas primitivas; as conferencias de Toynbee sobre a revolução industrial; as elucidações sobre a theoria do valôr de Jévons, os ensaios de critica de Marshall; as conclusões de Macleod sobre o credito e as de Toxwell sobre moeda e finanças; e ainda os trabalhos de Jones, Torrens, Edgeworth, Sidgwick Keynes, Cairnes e Bonar.

A' França a economia politica deve as contribuições de Colbert chefe da "escola mercantil", cujas theorias tiveram forte repercussão na Inglaterra e na Hollanda; de Quesnay, o fundador da "escola physiocratica" para cuja constituição contribuiu com a sua visão scientifica e seus habitos de meditação; de Turgot, que aos 22 annos de edade se celebrisara pelo seu luminoso parecer sobre a moeda e papel-moeda enviado ao abbade Cicé e ao qual a sciencia, segundo a critica contemporanea, pouca cousa teria hoje a addicionar; de Du Pont de Nemours, mentalidade superior, perceptor de principes, organisador da instrucção publica na Polonia e que no parlamento se celebrisara pela sua portentosa capacidade de trabalho, como membro que foi, ao mesmo tempo, de doze commissões, trabalhando em todas e exercendo preponderancia na maior parte dellas; de Condorcet, que patrocinou a abolição da escravidão dos negros em nome da moral e da economia politica; de Gournay que estudou a fundo as relações e interesses reciprocos entre o commercio e os governos; de João Baptista Say que apprehendeu — antes que outrem e com penetração ainda hoje não ultrapassada — o mecanismo dos mercados e o primeiro a dar á sciencia economica um cunho didactico; de Adolpho Blanqui, consagrado como o mais tenaz vulgarisador e o mais brilhante representante da escola franceza depois de J. B. Say; de Dunoyer que estudou a liberdade de trabalho em todas as suas faces; de Bastiat, o famoso autor das "Harmonias Economicas" que abordou todas as theses, sobretudo as ques-

tões agricolas e fiscaes, o proteccionismo e o livre-cambio; de Miguel Chevalier, o inspirador da politica economica de Napoleão; de Joseph Garnier, autor de um dos mais completos tratados de economia politica adoptado durante muitos annos em varias escolas da Europa, nas universidades da Hespanha e da Belgica e em varios institutos de ensino superior da America do Sul; de Eugenio Dair, cujas obras foram coroadas pela Academia Franceza de Sciencias Moraes e Politicas; de Horacio e Leão Say, de Le Play, autor de oitenta monographias consagradas exclusivamente á vida operaria na Europa; De Cauwès muito apreciado entre os publicistas sul-americanos; de Charles Gide, Leon Bourgeois, Cournot, Leroy Beaulieu, Paulo Beauregard, Colson e Yves Guyot.

Como se vê, a contribuição britannica não é nem mais vasta e nem mais valiosa que a franceza.

E' certo que Adam Smith foi cognominado "pae da economia politica" porque foi elle em verdade, que, segregando a sciencia economica das outras sciencias sociaes deu-lhe cunho de especialidade e caracter independente, mas. ella só se integrou com o concurso dos precursores francezes e após a cooperação de outros publicistas da época e posteriores. Referindo-se á sua obra affirma um tratadista de nossos dias (1) que "o seu principal merito foi o de desenvolver a noção economica do trabalho e de demonstrar que a actividade humana é a fonte principal da riqueza".

Animados de um accentuado espirito de justiça e reparação historica de certa época para cá, innumeros escriptores procuram esclarecer e criticar o demasiado culto que se dispensou á obra do notavel escossez, deixando-se no esquecimento o trabalho dos que o precederam.

Era uma injustiça clamorosa contra a qual protestavam todos os estudiosos da sciencia economica deixar-se no olvido o trabalho fecundo dos precursores. Os fundamentos da scien-

(1) RENÉ FOIGNET — *Economie Politique*, Paris, 1914.

cia estavam com os physiocratas. A elles devemos numerosas noções theoricas. A funcção da moeda, as vantagens da concorrencia mercantil, a theoria do imposto unico, são problemas que elles agitaram com grande elevação de vistas; a sua obra, alem disso, inspirava sympathia porque foi sempre impregnada de um alto idealismo e de um nobre sentimento humanitario.

Foi Quesnay, quem pôz em fóco a influencia que os capitaes exercem na producção e quem esclareceu a doutrina da balança mercantil. A' liberdade de commercio elle deu a força de um dogma. Foi em sua casa, frequentada pelos espiritos mais brilhantes da época, entre philosophos e economistas, em cujo meio figuravam Diderot, D'Alembert, Duclos, Helvetius, Marmontel, Buffon, o marquez de Mirabeau, La Rivière, Turgot, e Du Pont de Nemours, onde nasceu a celebre escola. E' mesmo bem possivel que Adam Smith que tambem a frequentou, ao contacto com aquelles espiritos e assistindo os debates que animavam as reuniões, tivesse alli recebido inspiração para a sua obra.

A principal obra de Turgot "Reflexões sobre a formação e distribuição das riquezas" — publicada dez annos antes do livro de Smith — demonstra os effeitos da cooperação pela partilha dos serviços, define o papel do capital na obra da producção, doutrina com admiravel clareza sobre a funcção da moeda, a importancia do credito e a natureza do juro.

Um dos seus biographos, assignalando o vasto saber de Turgot assim se manifesta: — "Pergunta-se, algumas vezes, não o que sabia Turgot de economia politica, mas, se elle ignorava alguma coisa do que della se sabe hoje" (2).

Quando o livro de Adam Smith appareceu, os economistas francezes estavam em evidencia entre todos os que na Europa estudavam a formação e distribuição das riquezas, mas, a obra teve um successo merecido, para a época, porque, deu

(2) CHARLES BENOIST — *Economie Politique*, artigo no Diccionario de Leon Say.

á sciencia economica uma forma nova, sem os exclusivismos dos physiocratas, corrigindo-lhes, ao mesmo tempo, os seus erros. Mas, a sciencia progrediu e alguns dos pontos defendidos pelo economista escossez tambem foram modificados e substituidos. Durante muito tempo não quizeram seus discipulos que se alterasse a doutrina do mestre; impugnavam as theorias novas que iam surgindo do proprio redomoinho dos interesses economicos e só no fim de muitos annos se renderam á evidencia dos factos. Dahi a asserção de Courcelle Seneuil de que "a superstição de que foi objecto a sua obra durante tres quartos de seculo foi um pouco prejudicial á sciencia".

A critica com relação á obra de João Baptista Say emittiu parecer diverso. "Seu tratado de economia politica", diz um autor contemporaneo (3) "é monumento consideravel que tem servido de fundamento á sciencia. Traduzido em todas as linguas da Europa, teve maior repercussão e exerceu uma influencia mais decisiva do que os escriptos pelos autores inglezes, cuja leitura é mais difficil e laboriosa".

Um outro critico disse (4): "que elle reuniu e coordenou, rectificando e completando todos os principios descobertos ou demonstrados pelos seus antecessores e elaborou o primeiro tratado de economia politica verdadeiramente digno deste nome".

A obra de João Baptista Say teve consagração em toda a Europa, ahi incluindo-se a propria Inglaterra que recebeu o seu autor com grandes honras. Say em vida viu o seu nome aureolado de celebridade atravessar os mares e attingir a outros continentes. Reconhecem-lhe o merito todas as raças e as Americas lhe tributam homenagens. O consul norte-americano Warden, ao chegar a Paris, hourava-se em visitar o economista de Lyão em desempenho especial de uma missão que

---

(3) RENÉ FOIGNET — *Economie Politique*, Paris, 1914, pg. 23.

(4) E. DUBOIS DE L'ESTANG — Diccionario de LEON SAY, Paris, 1900, pg. 783 e segs. (2.° vol.).

lhe fôra dada pelo presidente Jefferson e no Rio de Janeiro, na mesma época, mais ou menos, o principe D. Pedro, ao receber na côrte o sr. Mallet, encarregado dos negocios da França, interpella-o, com carinhoso interesse, pela saude do economista francez.

Na França, a sciencia economica estudada sob todos os seus aspectos creou varias escolas originando-se dahi polemicas apaixonadas que punham á prova o esforço de cada chefe e a convicção de cada adepto. O debate era franco. As disputas se succediam esclarecendo principios e opulentando a sciencia com novas descobertas ou novas demonstrações. Colbertistas, physiocratas, socialistas, communistas, são — simonistas, proteccionistas, livre-cambistas, — todas as escolas, desde a mercantil até a intervencionista, tiveram opportunidade de se manifestar, defendendo cada uma os seus pontos de vista e concorrendo quasi todas com as contribuições valiosas que constituem hoje, em grande parte, os fundamentos da sciencia.

Na Inglaterra na investigação economica os espiritos se orientavam por um demasiado apêgo á doutrina primitiva, obstinando-se quasi todos em não acceitar a revelação das novas theorias. E' certo que Stuart Mill, influenciado pelo utilitarismo de Bethan, pela sociologia de Augusto Comte e pelas idéas juridicas de Austin, rompeu ousadamente contra a orthodoxia da escola ingleza, mas, sob o ponto de vista da applicação de certos principios, ella quasi sempre, senão sempre, se manteve fiel á tradição como no caso do livre-cambio. Sob esse aspecto é ainda o pensamento da escola de Manchester que anima os seus economistas contemporaneos, não obstante a apostasia de alguns estadistas que collaboraram nas transformações politicas que tiveram lugar depois da conflagração. Dahi a circumstancia de alguns espiritos, diminuirem o merito dos economistas inglezes que, segundo elles, antes de soffrerem a influencia da escola alleman, sustentaram e propagaram doutrinas, unicas que convinham á Inglaterra manufactureira,

necessitando de todas as materias primas e só exportando productos manufacturados.

Assim evidenciadas as contribuições de ambos os paizes, não lobriguei a razão que levou o governo a preferir, uma missão ingleza á franceza. Deste inventario que venho de fazer do activo de cada um — expressão synthetica e real para um balanço exacto — resalta aos olhos de todos que o patrimonio francez não é menos opulento que o britannico.

Quer no campo da doutrina, quer no terreno pratico, a França não se encontra em situação inferior á Inglaterra quanto á cultura e applicação da sciencia economica. As grandes e fundamentaes leis que fazem o fundo da sciencia economica e servem de base á cultura dos economistas brasileiros foram aprendidas em livros francezes. A sciencia franceza foi a fonte original onde os economistas sul-americanos beberam os principios de sua cultura. Em todas, ou quasi todas as escolas dos paizes latino-americanos os compendios adoptados foram de economistas francezes; foi atravez delles, (provavelmente Garnier ou Leroy Beaulieu) que os srs. Cincinato Braga e Sampaio Vidal penetraram, em sua mocidade estudiosa, o limiar da economia politica.

As applicações que na França se fizeram das varias doutrinas, como por exemplo, ora com o triumpho do proteccionismo, ora com as victorias ephemeras do livre-cambio, seguidas de desastres, são ainda as que nos têm servido de paradigma em nossa evolução economica e em uma outra ordem de idéas, como a da politica financeira, ainda é na França que vamos aprender, como recentemente aprendemos, procurando o Banco de França como modelo, em parte, para as remodelações do Banco do Brasil. Não ha, pois, razão para desprezar a economia politica franceza. Porque, pois uma missão ingleza e não franceza?...

Por maior que seja, o prestigio dos banqueiros da City não póde offuscar a finança franceza. Antes da guerra era no Banco de França onde havia maior somma de ouro. Em 23

de Setembro de 1910 o Banco de Inglaterra tinha apenas o encaixe (ouro) de 977 milhões de francos, emquanto que o do Banco de França attingia a 3 bilhões e 380 milhões de francos (5). Em 1890 o Banco de Inglaterra para reforço do seu encaixe de ouro, solicitou um emprestimo do Banco de França de 75 milhões de francos e em 1907 de 80 milhões (6).

Actualmente, como se sabe, o maior encaixe de ouro amoedado do mundo é dos Estados Unidos.

Poder-se-ia allegar, entretanto, que é na Inglaterra onde temos ido buscar os recursos para activar as nossas riquezas, mas essa circumstancia, por si só, não bastaria para justificar uma preferencia. A opinião de uma missão composta de elementos preponderantes do mundo economico francez teria a mesma repercussão nas espheras financeiras que a de uma missão ingleza.

*
* *

A Missão veiu, estudou varios aspectos de nossa vida economica, a situação das nossas finanças e apresentou o seu relatorio. Não era o que se esperava.

Libello accusatorio contra os processos administrativos da politica dos ultimos annos, o relatorio, como assumpto principal expõe os erros do congresso e dos governos, faz suggestões para os corrigir, e só em plano muito secundario, quasi accidentalmente, se refere ao desenvolvimento do paiz, mais para indicar medidas de caracter geral referentes a facilidade de transportes e alteração de tarifas, do que propriamente para analysar o trabalho nacional em suas varias modalidades ou manifestar impressões sobre a fertilidade de nossas terras, o

---

(5) RENÉ FOIGNET — *Economie Politique,* Paris, 1914; 1.° vol. pgs. 324.
(6) RENÉ FOIGNET — Obr. cit. pgs. 324.

valor das nossas colheitas, a vastidão dos nossos campos, o numero dos nossos rebanhos, a producção das nossas usinas e a riqueza das nossas minas.

Uma missão scientifica extrangeira, qualquer que ella seja, tem sempre um duplo aspecto, o technico e o diplomatico. Presume-se sempre que ella leva de seu paiz não só as affirmações de sua cultura especialisada no ramo que representa, como tambem o desejo de tornar mais cordiaes as relações com a nação que visita.

Analysemos, pois, methodicamente, as duas faces do relatorio.

O lado technico

O relatorio, estudado com criterio exclusivamente economico e sob o ponto de vista technico não merece nem os louvores de que se fizeram echo os jornaes sympathicos ao governo e nem a lapidação promovida pelos jornaes de combate. Elle encerra lacunas e numerosas, mas é certo tambem que contém verdades economicas que-se não podem contestar; não emitte idéas novas, mas emitte idéas justas.

Reproduzindo as mesmas idéas que a duas dezenas de annos têm sido agitadas nos circulos do alto commercio (sempre), na imprensa (constantemente) e no congresso (uma ou outra vez), e demonstrando com isso harmonia de vistas entre os economistas inglezes e os nossos, o relatorio ganha prestigio para assegurar como faz, que o caminho seguido é errado, sendo de imperiosa necessidade que a nação modifique os seus processos de administrar.

Entretanto, se na fórma de corrigir certos erros, uns e outros se acham de accôrdo, em outros pontos a economia indigena discorda inteiramente da ingleza. Essa divergencia tem fundas raizes no patriotismo e na visão ou ante-visão do perigo que apresenta a medicação britannica para alguns casos.

O relatorio faz uma analyse dos actos dos governos e sob esse ponto de vista, aliás a parte mais desenvolvida, pode-se dizer que os conceitos emittidos, se não envolvem nenhum pensa-

mento novo, valem, no entanto, como enunciados dignos da meditação de nossos estadistas.

Assim, a falta de equilibrio nos orçamentos e de methodisação nas despesas, a sequencia ininterrupta dos *deficits*, a organisação defeituosa do nosso regimen fiscal ,o excessivo numero de funccionarios publicos, as más consequencias da intromissão da politica nas industrias exploradas pelo governo, principalmente no Lloyd, na Central e no Banco do Brasil, constituem assumptos que foram bem visados. O Relatorio foi severo mas, foi igualmente justo, ao referir-se ao credito do pais affectado pelas dividas dos Estados e municipios que não têm cumprido com as suas obrigações.

Em todos esses assumptos a Missão mostrou desejos de acertar e acertou, sendo disso demonstração o facto de ter tido ella como precursores em taes advertencias, quasi todos os economistas do paiz. Entretanto, ella ousou em alguns casos emittir affirmativas arrojadas que não foram acompanhadas de elementos que as justificassem.

Está nesse caso o parecer emittido sobre a nossa moeda em circulação, que se dá como sufficiente para as nossas necessidades. O erro é enorme. Os membros da Missão não tiveram tempo sufficiente de penetrarem o ambiente commercial do paiz e conhecerem os habitos do nosso povo. A circulação da moeda nos grandes agrupamentos humanos está em relação com as suas praxes, seus habitos commerciaes e seus costumes. A moeda circula em cada paiz em correspondencia com as suas conquistas commerciaes, seus apparelhos, seus institutos e em dependencia de suas vias de communicação e habitos dos seus habitantes. Um economista, por essas razões, só o será completo se fôr tambem sociologo; é necessario attender-se a todas essas circumstancias para se ousar a enunciação de uma proposição como a que fizeram os economistas britannicos. Eu não tenho receio algum em oppôr contestação formal á sua affirmativa. O meio circulante do paiz é insufficiente para attender as necessidades da producção que cres-

ceu e do commercio que se desenvolveu nestes ultimos annos em proporções extraordinarias.

Aferir as necessidades do meio circulante do Brasil tomando por padrão paizes europeus cortados por vias ferreas, com amplos serviços de communicação, com organisações bancarias instituidas de fórma a se irradiarem do centro para a peripheria e vice-versa, é agir contra as regras do criterio economico. O Brasil não é a França, onde o capitalista não guarda em sua casa senão o dinheiro sufficiente para as suas despesas da semana e onde o operario leva mensalmente as suas economias ás casas bancarias; não é a Allemanha, onde o povo, educado em actos de disciplina economica vae levar quinzenalmente o *superavit* dos seus orçamentos domesticos ás Caixas Raiffeisen; não é a Inglaterra, o paiz das *clearing-houses* onde os pagamentos todos se fazem por meio de cheques.

Entre nós, em regra geral, cada capitalista traz em sua carteira habitualmente cinco ou seis contos de réis; e os artifices, os trabalhadores agricolas, nacionaes ou extrangeiros, guardam em seu bahú, as suas reservas, em vez de as depositarem nos bancos ou caixas economicas. Ora esse dinheiro todo, deixando de circular, faz falta para a movimentação dos negocios. Ha ainda a attender a extensão do paiz, as difficuldades de transporte, a falta de meios de communicação. Em S. Paulo e Minas por occasião do pagamento de saldos aos colonos ficam no interior em mãos destes, quantias relativamente vultuosas, que permanecem fóra da circulação durante alguns mezes.

O mesmo phenomeno occorre em outros Estados na época das colheitas que lhes são proprias. Grande parte das compras de gado em Matto Grosso e Goyaz se fazem em moeda corrente e não por cheques, ficando retido esse dinheiro durante longo tempo nas mãos dos vendedores, em pequenas cidades distantes de estradas de ferro e onde não existem casas bancarias.

Attendendo-se a todas estas circumstancias desconhecidas dos membros da Missão, justifica-se o erro em que elles incindiram.

Como trabalho de especialistas, o relatorio deixa muito a desejar. Não preenche todas as condições para as quaes se o solicitou. E' cheio de lacunas, é incompleto. Ahi nada se diz dos surtos do nosso commercio nestes ultimos annos, de cujo desenvolvimento são demonstrações inequivocas os dividendos dos bancos e vias-ferreas inglezas; não ha uma referencia á capacidade de adaptação consciente revelada pelos brasileiros em seus emprehendimentos industriaes o que tem servido de thema a estudos de sociologos extrangeiros; não ha uma palavra de animo ou applauso ás manufacturas nacionaes sempre em expansão e cujo aperfeiçoamento foi reconhecido fóra das nossas fronteiras de fórma mais lisongeira nas exposições realisadas na Argentina e no Uruguay e que de peritos inglezes mereceu enthusiasticos louvores; e, não tem uma palavra de admiração á nossa cultura de café consagrada pela sociologia européa como a mais notavel realisação economica destes ultimos cem annos. Não são analysadas, mas, nem siquer passadas em revista, a fecundidade das nossas terras, a opulencia das nossas minas, a riqueza das nossas florestas, as energias ainda não aproveitadas das nossas cachoeiras.

Não foram apreciados os rebanhos do Rio Grande e Matto Grosso, a herva-mate e os pinheiraes do Paraná, as minas de carvão de Santa Catharina e as de ferro de Minas; nada se disse nem das nossas producções do Sul e nem das do Norte; não se faz menção das nossas exportações de algodão, assucar, cacau e carnes; não se menciona em summa nem as nossas riquezas em circulação e nem as nossas possibilidades futuras.

Meditando-se bem sobre o relatorio e sobre as lacunas que elle encerra e se não tivessem a subscrevel-o nomes de reputação, chegar-se-ia á conclusão de que elle é, nada menos nada mais que o resultado de um trabalho de contadores. Pois será por ventura admissivel perante a sciencia economica que uma

missão technica visitando um paiz, que fornece ao mundo elle só, mais da metade de um producto de grande consumo, e que baseado nessa situação privilegiada promoveu a sua defeza, abrindo novos horizontes á economia politica — deixe de julgar esse ousado emprehendimento, analysado já em tratados technicos em varias linguas e tomado como ensinamento por outros povos?!

Pois, foi o que fez a Missão. Ella referiu-se ao café, apenas para aconselhar o governo a não continuar com a sua defeza que, no parecer della, devia ser transferida para os proprios productores.

A Missão, porem, por mais illustres que sejam os seus membros, e justamente por se tratar de uma missão technica com as responsabilidades scientificas de sua funcção, não podia, como não pode condemnar uma politica economica sem justificar o seu parecer.

Condemnar ou louvar era uma faculdade que lhe foi dada e de que ella devia fazer uso; mas; condemnando ou louvando ella tinha o dever — o dever de technicos — de fundamentar a condemnação ou o louvor demonstrando no primeiro caso os defeitos da politica defensora, as suas imperfeições, as suas lacunas, as suas inconveniencias, os seus perigos. Entretanto, isso, ella não o fez, e, não só não o fez, como tambem não suggeriu uma idéa, não lembrou um alvitre, não opinou por uma nova fórma de protecção ou defeza que substituissse a que se estava fazendo.

A Missão silenciou, mas os factos muito mais eloquentes que as palavras e que o silencio falaram por ella.

Ella achou perigosa a industria do café e no entanto, mezes depois organisam-se fortes syndicatos inglezes para applicação de capitaes em café. Um adquire por vinte mil contos a fazenda do sr. Carlos Leoncio de Magalhães e outro, por doze mil contos compra as propriedades da Companhia Agricola de Ribeirão Preto, operações essas realisadas á dinheiro.

A Missão se desinteressa por outras culturas do paiz e no entanto, um dos seus membros, Lord Lovat organisa um syndicato e adquire terras na Sorocabana para explorar a cultura do algodão...

O lado diplomatico

A diplomacia tem evoluido com o correr dos tempos. Desigual em sua applicação e em seus propositos, ella age conforme o meio onde se desenvolve e o espirito racial da nação que a dirige. Assim, na America do Sul, entre paizes americanos, ella se caracterisa pela lealdade, pela franqueza e pela discussão ampla. E' uma diplomacia de portas abertas, que nada tem de "arte enganadora" e onde não poderiam medrar as doutrinas de Methernich e Tayllerand e nem as que vigoravam na Europa nas vesperas da conflagração. Na diplomacia sul-americana, como a historia o demonstra, ha fé nos tratados e se concebe ainda a palavra como meio de transmittir o pensamento e não de occultal-o.

A diplomacia européa tambem soffreu transformações, mas, lá, cada nação a desenvolve a seu modo e a sua evolução se opera de fórma desigual. A Inglaterra é talvez o paiz onde a transformação tem sido mais lenta e demorada, podendo explicar-se o phenomeno pelo espirito conservador do povo e pelo apêgo á tradição. Ha na diplomacia ingleza varios erros. A conducta dos seus representantes no exterior é em muitos casos de molde a não captar sympathias ou de só captal-as do mundo official. Nos attrictos e querellas entre os seus representantes e filhos do paiz onde elles se acham acreditados, ella com uma errada concepção do principio de autoridade incompativel com o espirito moderno, systematicamente os mantem no seu posto, negando invariavelmente attender ás reclamações que se lhe apresentam, nesse sentido, mantendo o preconceito de que os seus representantes é que têm sempre razão. Nos poucos casos que a Inglaterra se resolve a reconhecer a inepcia ou incompetencia dos seus agentes, ella não demitte o funccionario de fórma a dar uma satisfação plena e cabal ao governo ou á so-

ciedade em cujo paiz o seu representante teve mau proceder, remove-o apenas para outro lugar ou simplesmente o chama á Inglaterra.

Essa actuação julgada errada por todas as chancellarias do mundo, só tem occasionado á Inglaterra desgôstos e despertado odiosidades, que nem sempre as cortezias de governo a governo podem disfarçar ou encobrir.

Os acontecimentos occorridos no Egypto em começos de Dezembro do anno passado, são um eloquente testemunho do que vimos affirmando, pois, no proprio parlamento inglez houve vozes que se fizeram ouvir condemnando a politica do "Foreing Office" nessa questão.

Entretanto, facto muito mais eloquente, mais grave e mais sensacional e que teve uma repercussão ruidosa tanto na America do Norte, como nos paizes sul-americanos e que apaixonou vivamente os espiritos, dando ensejo a que na imprensa latino-americana surgissem vibrantes artigos stygmatisando a conducta da politica exterior da Inglaterra, foi o caso do consul Cannings no Mexico, em Junho do anno passado.

Factos mais ou menos identicos se presenciaram no Brasil durante a guerra, em que a attitude de varios consules inglezes deu lugar a que a nossa chancellaria, por varias vezes, chamasse para o facto a attenção do ministro inglez.

Em Santos havia um, que agindo de accôrdo com o de S. Paulo, perseguiu firmas brasileiras que não figuravam na "black-list" e nem em listas suspeitas e fechou os olhos para que uma grande firma ingleza mantivesse durante a guerra relações continuas com o inimigo. E' essse um facto conhecido de toda a praça de Santos. Inflingiu humilhações a varias firmas brasileiras de conceito inatacavel e agiu com tal falta de criterio que em pleno consulado foi advertido por membros da colonia ingleza pela inepcia e fórma indecorosa com que procedia provocando odiosidades contra a Inglaterra. Do escriptorio de uma grande firma commissaria foi expulso em virtude da sua arrogancia e má educação. Esses factos todos foram.

na época, levados ao conhecimento do ministro inglez, ora pelo governo, ora pelos proprios prejudicados, mas, o representante da Inglaterra, empregando o velho processo da diplomacia ingleza "cansou" os reclamantes e encontrou tangentes para não attender as reclamações do Itamaraty. O consul de S. Paulo foi chamado á Inglaterra e o de Santos foi ainda por algum tempo mantido no lugar.

Mas, factos dessa natureza se repetiram e se generalisaram em outros paizes, de fórma a demonstrar com evidencia que a diplomacia ingleza na actualidade se resente de falhas ao tratar com povos de outras raças, sobretudo com os latinos-americanos, cujas sympathias ella nem sempre consegue captar.

Essa falta de tacto da diplomacia ingleza está confirmada por factos historicos e repetidos. (1). Ha internacionalistas que attribuem essa circumstancia como resultante da negação do inglez em aprender linguas, allegando que um pôvo que só lê, só fala e só pensa em sua lingua não terá capacidade integral para comprehender a alma de outros povos. Será exaggero dar esse como unico motivo para explicar a fraca psychologia ingleza ao tratar com outras raças, mas, acredito, com razões pessoaes ser essa uma das causas. (2)

---

(1) E' sabido que o presidente Irigoyen habilitado pelo congresso argentino para declarar a guerra a Allemanha, não o fez, só e só pela inhabilidade do ministro inglez, em cujas *démarches* se mostrou impertinente.

O povo argentino que no começo desejava a guerra, em virtude da actuação do ministro inglez, acabou por apoiar a resolução do governo em desharmonia com a opinião do congresso. Nos paizes em que a actuação diplomatica foi franceza não se verificaram insuccessos dessa natureza.

(2) Durante a minha estadia em Londres, quiz um amigo, grande industrial do York-shire, orgulhoso da grandeza de seu paiz, mostrar-me todas as grandes instituições que fazem honra a Gran-Bretanha. Em uma dellas, no Loyds Register, fui apresentado a dois dos seus directores com os quaes palestrei e, tendo um delles, manifestado desejos de ter commigo uma conferencia para uma conversação mais longa sobre o commercio brasileiro, o meu amigo referiu-se ás difficuldades para essa conferencia pela falta de um interprete, pois, elle, que graciosamente desempenhava essa funcção por intermedio da lingua franceza, ia viajar no dia seguinte. Eu disse, entretanto, ao meu amigo, que qualquer funccionario da empreza, — e se contam ás centenas — que falasse o francez ou o castelhano

Os membros da Missão, perfeitos cavalheiros tiveram por certo, como se devia esperar de personagens tão cultas, uma conducta irreprehensivel para com todas as pessôas com as quaes estiveram em contacto, e deixaram do seu convivio a mais agradavel impressão, mas, ainda assim cumpre assignalar que lhes faltaram dons de diplomacia ao tocar em assumptos que attingem á susceptibilidade nacional.

E' o que se deduz de certas passagens do relatorio, quando surgem as observações sobre funccionarios publicos que se deixam subornar e a insistencia com que se aconselha o governo a se desfazer das industrias exploradas pelo Estado, alienando-as a organisações extrangeiras. No primeiro caso as referencias foram infelicissimas, porque subôrno ha em todos os paizes; em uns mais e em outros menos. Não se conhece, na actualidade, uma unica nação que não tenha sido attingida por essa praga. O relatorio foi chocante tocando nesse ponto tão delicado, porque as conclusões a esse respeito, nos moldes porque se as fizeram, implicam em uma generalisação profundamente injusta. Seria preferivel que a Missão silenciasse a esse respeito.

No segundo caso é a propria Missão a primeira a reconhecer que o sentimento nacional se opporia a passagem da Estrada de Ferro Central e do Lloyd Brasileiro á mãos extrangeiras e por isso opina a transferencia desses bens a emprezas onde se verifique associação de capital extrangeiro ao nacional. A Missão olvidou fazer distincção entre administração publica e privada. Os economistas brasileiros reconhecem e proclamam como desastrada e inepta a administração daquellas emprezas — em virtude da intervenção politica que nellas existe, mas, pensam, que transferidas a organisações brasileiras e uma vez desligadas do governo e da politica, ellas prosperariam, como estão pros-

---

poderia servir para o caso. Respondeu-me elle com um sorriso que parecia gaulez, dizendo-me que no numeroso pessoal daquelles vastos escriptorios não havia uma só pessôa, director ou funccionario, que falasse qaulquer outra lingua alem da ingleza...

perando emprezas semelhantes sem o concurso de direcção extrangeira.

Na esplanação de certas idéas assim como em certas suggestões lembradas, os membros da Missão não enunciaram o seu pensamento como economistas, como technicos, mas, sim como inglezes, sob o ponto de vista das conveniencias e interesses inglezes. Essa preoccupação anima as paginas do relatorio de tal fórma que se chega a crel-o como feito *ad usum Britanniae*. Aliás para fugirem a uma posição dubia, elles proprios confessaram que se dedicaram "ao estudo das condições geraes do paiz no sentido de facilitar que continue a cooperação entre a Inglaterra e o Brasil para o desenvolvimento deste".

Mal não ha em que houvesse a preocupação de servir a interesses inglezes quando elles coincidam com as conveniencias nacionaes, mas, nesse caso não está a critica que o relatorio faz ao Banco Hypothecario por operar a taxa menor que a corrente no mercado. Aqui, o interesse inglez está em antagonismo com os mais elevados interesses da nação e os membros da Missão, falaram, neste caso como inglezes, mas não como economistas, pois, em qualquer ponto do globo o juro modico para amparar e favorecer as forças productoras é ponto pacifico que não admitte mais controversia.

Resulta do expôsto que os membros da Missão, falaram ora como economistas, ora como economistas inglezes, e ora exclusivamente como inglezes. Lamenta-se que tendo confessado, elles proprios, as illimitadas possibilidades do paiz, não déssem dessa impressão um estudo longo e minucioso como se esperava, com ensinamentos apropriados para encorajar novas iniciativas. A sua vinda, não obstante os designios patrioticos que levaram o governo a solicital-a, foi contraproducente aos interesses da nacionalidade. Em vez de proclamar as nossas riquezas ella pôz em relevo a inepcia administrativa dos ultimos governos e deu lugar a que soffressemos a humilhação que encerra o seguinte telegramma expedido de Londres, pla U. P., m 2 de Outubro:

"Sir Pilditch interpellou, hoje, na Camara dos Communs, o ministro do Thesouro, para saber se o governo tinha qualquer informação a respeito da execução, por parte do Brasil, das recommendações contidas no relatorio Montagu.

O ministro respondeu negativamente.

Tendo varios membros da Camara dos Communs salientado o interesse que os commerciantes inglezes têm no fortalecimento das finanças brasileiras, o ministro prometteu procurar informações sobre o assumpto".

Felizmente grandes economistas de outros paizes, não encaram os problemas brasileiros pelo mesmo prisma pessimista que se originou da publicidade do relatorio da Missão, pois, nos dias 3 e 4 daquelle mesmo mez, a mesma agencia servia á imprensa mundial fornecendo as seguintes noticias:

"O PROGRESSO ECONOMICO DO BRASIL

WASHINGTON, 3 — O sr. Julio Klein, entrevistado pela "United Press", affirmou que o desenvolvimento do commercio no Brasil indica o augmento da sua força economica.

Nos primeiros oito mezes de 1924, o commermercio brasileiro-americano, de exportação e importação, augmentou de maneira auspiciosissima.

Nesse periodo as cifras correspondentes a esse commercio equivalem ás de todo o anno de 1923.

E' bem conhecido que o Brasil está fazendo grandes progressos e constróe rapidamente as proprias industrias.

As acquisições de carvão nos Estados Unidos mostram quanto trabalham as fabricas e usinas brasileiras — UP".

"OS RECURSOS DO BRASIL

BERLIM, 4 — O professor Albrecht Franck, analysando os recursos de que dispõe o Brasil para sustento de sua população, diz que elles são grandes, acreditando que esse paiz possa manter um bilhão de habitantes com os seus proprios recursos — UP".

A vinda da Missão não trouxe para o paiz as vantagens que se esperavam.

*

* *

A acção do governo federal desinteressando-se da defeza do café, ter-se-á dado em virtude das suggestões da Missão ou terá outras causas?...

Uma resposta segura só poderá ser dade daqui a algum tempo. E' mistér aguardar o desenrolar de acontecimentos politicos annunciados para breve.

CAPITULO VII

AS GRANDES HERESIAS ECONOMICAS

including my own

As operações a termo constituem um dos maiores triumphos do commercio moderno e é principalmente devido a ellas que as bolsas são, hoje, em todos os paizes de commercio organisado, consideradas como esteios fundamentaes de sua riqueza movel. Não seria mesmo exagero dizer-se que foi por ellas e devido a ellas que alguns paizes, dentro de um espaço relativamente curto, se transformaram em authenticas potencias economicas.

A historia da expansão economica da Allemanha, Inglaterra, Belgica, França e Hollanda, não poderia ser narrada se houvesse o proposito de se apagar a influencia preponderante que nella desempenharam as suas bolsas. O viajante sul-americano que percorrer esses paizes, ao penetrar nas suas bolsas, estudando a sua organisação e ouvindo a sua historia, tem a convicção de que esses institutos são em verdade a alma do commercio e que reside nelles o segredo do crescimento economico de muitas nações.

A Argentina, que, em quasi todas as conquistas economicas nos antecede, bem cedo comprehendeu essas verdades e pode-se hoje dizer, sem medo de errar, que foi nas suas bolsas que se forjou a riqueza da nação.

A adopção, entre nós, dessa creação européa tem sido feita lentamente. Possuimos apenas tres e isso devido a golpes de audacia de espiritos emprehendedores que tiveram a visão das vantagens que, por meio desses institutos nos advirão em fu-

turo não distante, e cujos primeiros fructos a nação já colhe abundantemente.

Infelizmente não ha ainda entre nós um perfeito conhecimento da instituição, sendo muito commum ouvir-se, mesmo de homens de certa cultura, que as bolsas são, nada mais e nada menos, que casas de jogo. Esses conceitos repetidos e apregoados influem no ambiente commercial do paiz de fórma perniciosa e servem de motivo para desprestigio do instituto. E' mistér não deixar que tome vulto tão errada concepção.

Como em todas as grandes praças que possuem bolsas, existem em Santos as duas correntes antagonicas que fazem as fluctuações dos preços, a baixista e a altista, e quando succede que uma dellas exerce preponderancia ou dominio sobre o mercado, commerciantes da parte adversa clamam logo que o mal é a "especulação", e fornecem notas tendenciosas para os jornaes, e escrevem-se a respeito conceitos disparatados, que são, ás vezes, commentados por homens de prestigio social de fórma laudativa e apreciados como juizos ponderados e justos.

Estão nesse caso as opiniões emittidas a proposito de restricções nas operações da Bolsa.

Para alguns espiritos as operações naquelle instituto deveriam ser permittidas exclusivamente aos commerciantes de café, para operações legitimas e coberturas reaes; outros ainda mais intransigentes opinam para que seja obrigatoria a entrega da mercadoria em especie e abolidas as liquidações por differenças.

Tudo isso não passa de heresias, puras heresias economicas, creadas pela imaginação de espiritos aterrorisados com o phantasma do que elles chamam "especulação desenfreada".

Em bolsas bem organisadas não ha, não pode haver especulação "desenfreada "porque a funcção dellas — em qualquer parte do mundo — é justamente "refrear" *os excessos* da "especulação".

Especulação "desenfreada" é a que se faz sem medida, desabaladamente, sem as necessarias garantias das partes con-

tractantes. E' uma impropriedade e um erro dar ás especulações regulares de bolsa aquella denominação.

Entretanto, a "especulação" tão mal vista, tão hostilisada, tão calumniada nos meios commerciaes onde os institutos do commercio moderno não foram ainda inteiramente comprehendidos, é um bem e não um mal nos mercados bem organisados. E' por isso um dever que se impõe a todos aquelles que no commercio possuam uma particula de prestigio procurar desfazer as prevenções existentes, contra ella.

Para Sayous, ella "apparece como um estimulante, como uma força egualitaria no tempo e como uma auxiliar inteiramente séria para a repartição exacta no espaço". (1) E' tambem a opinião de Otto Michaelis e Lexis de Goettingen". (2)

"O papel social da especulação — diz ainda o mesmo tratadista — é de não deixar estabelecer uma relação absoluta e immediata entre uma offerta baseada sobre os stocks disponiveis e uma procura baseada sobre as necessidades actuaes, de dar ao presente um grande lugar ao futuro, de subverter as relações originaes para produzir uma egualdade das cotações atravez do tempo. Poderiamos quasi dizer sob uma fórma paradoxal que nos permittiria responder indirectamente aos ataques dirigidos contra a especulação, que esta desempenha seu papel economico falseando as leis naturaes; porém, o fim em mira é um equilibrio que as leis da naturesa não podem assegurar. (3)

---

(1) André E. Sayous — *Etude economique et juridique sur les bourses allemandes*, Paris, ed. Rousseau, pg. 58.

(2) André E. Sayous — obr. cit. fls. 59.

(3) André E. Sayous — obr. cit. fls. 63.

Leroy Beaulieu, com a sua autoridade, a define como "uma força reguladora que sagaz e lealmente dirigida é a maravilhosa obreira que regularisa os mercados, que proporciona a offerta á procura e á procura a offerta e que pelas oscillações variadas restabelece o equilibrio. Queixam-se dos males que ella occasiona, mas os que ella evita são muitissimos maiores do que os que ella causa".

*
* *

Na Bolsa de Café de Santos occorriam tres graves irregularidades incompativeis com o adeantamento commercial já attingido pela praça:

a) A fórma iniqua com que durante mezes seguidos eram feitas as classificações para entrega de mercadoria;

b) A falta em seu organismo de um tribunal, a que se recorresse como instancia superior, como existe em todas as bolsas, que corrigisse os males decorrentes das classificações erradas ou injustas;

c) A omissão em seus regulamentos, de um limite maximo para a oscillação das cotações, de pregão a pregão.

A primeira das citadas irregularidades foi um tributo injusto imposto á praça, e que a prejudicou não só material como tambem moralmente. Commentou-se que os classificadores agiam systematicamente negando classificação real por ordem do governo. A Bolsa com essa conducta, em vez de ser o apparelho regulador, o instituto por excellencia moralisador do commercio, constituia-se em instrumento defensor de interesses que não eram os da collectividade, collocando-se em serviço de uma corrente interessada em altas ficticias ,em proveito de grupos e contrarias ás conveniencias do commercio, altas ficticias aquellas

sempre prejudiciaes, porque liquidados os negocios em jogo, determinariam, como succedeu, a reacção do mercado, ora violenta occasionando panico, ora gradativa, mas prejudicando sempre os negocios feitos em bôa fé, ambientando a praça de desconfianças e inquietando todos os que têm ligações com o café.

Esses factos constituindo uma tão grave irregularidade na vida commercial daquella praça, occasionaram uma representação ao presidente do Estado feita por 25 firmas commerciaes importantissimas, solicitando a instituição do tribunal arbitral ou, na falta deste o fechamento da Bolsa. Com repercussão em todo o Estado, aquelles factos impressionaram vivamente a lavoura, tendo sido levado a debate no seio das associações agricolas.

Na Liga Agricola, em analyse ponderada, delles disse o dr. Henrique de Souza Queiroz:

> " . . . .
>
> Devo, antes de tudo, reconhecer que na praça de Santos se verifica uma anormalidade que offerece o flanco á critica, e essa está na maneira injustificavel do funccionamento da Bolsa Official de Café de Santos, que tem seu regulamento e norma traçada, para reger a vida commercial da primeira praça de café do mundo.
>
> A Bolsa Official de Café, em virtude de seu regulamento é obrigada a acceitar cafés, média typo 4 sem outras exigencias que não sejam as estabelecidas na classificação americana, com exclusão do typo Rio.
>
> De certo tempo a esta parte, é certo que a Bolsa Official de Café se tem recusado a preencher as suas funcções e o faz em virtude da orientação que lhe é dada pelo seu presidente. Não sendo meu intuito fazer criticas pessoaes, pois sou avesso a isso, devo entretanto accrescentar que o presidente da Bolsa é nomeado pelo presidente do Estado e está adstricto á orientação do governo. As anormalidades da Bolsa cada vez são maiores, bastando para exemplo o seguinte facto: Ha poucos dias registou-se o disponivel. cotado a 39$000 com o termo presente a 44$500 e até 45$000.

Desta anormalidade em flagrante conflicto com o seu regulamento, a Bolsa desvirtua os seus fins.

A praça de Santos precisa de prestigio, sendo certo que o artificio levará ao seu desprestigio, nas relações internas e externas, nada aproveitando á producção, dando logar a que a sua sombra se especule de fórma irregular.

Funccionando por essa fórma tem-se a impressão de que só por meio de um artificio podemos manter as altas cotações, artificios esses que a posição actual do café dispensa ".

A intervenção do governo nesse caso foi prejudicial, como demonstraram os factos. Aliás os publicistas que se especialisaram no assumpto, são accórdes em condemnar essa fórma de intervenção nos mercados. A. Patoux doutrina:

"De resto o proprio principio da vigilancia directa dos mercados pelo Estado é detestavel. A administração, nesse caso, não tem acção ou a tem demasiada e não pode proceder senão por medidas mesquinhas e insufficientes ou brutaes e oppressivas. Ella não tem influencia senão pela ameaça da suppressão; é um notavel instrumento de desorganisação. E' perigosissimo pôr esta arma formidavel nas mãos de homens, muito honrados, sem duvida, mas que são guiados por considerações extranhas aos negocios, que são incapazes de apprehender, mesmo approximadamente as consequencias de actos irreparaveis, que estão sob a dependencia directa de preconceitos e movimentos irreflectidos da opinião. Um tal remedio é arriscado e peior que o mal, porque o effeito moralisador da intervenção do governo no mundo dos negocios permanece muito problematico, sendo certo, entretanto, que a intervenção expõe os detentores dos poderes arbitrarios que ella implica, a tentações perigosas como tambem os expõe

> a uma continua suspeição tanto mais perniciosa para o espirito publico quanto mais vagas e menos justificadas forem as suspeitas" (4)

Todos aquelles lamentaveis factos occorreram, no entanto, como consequencia de um erro, de uma lacuna na regulamentação daquelle instituto. Se, a exemplo de outras bolsas, existisse em regular funccionamento na Bolsa de Café de Santos o tribunal arbitral, corrigindo as classificações erradas e iniquas, não teriamos visto os commerciantes daquella praça divididos em dois campos oppostos, hostis entre si, enfraquecendo o prestigio da praça e dando azo a que se perturbasse ou se tentasse perturbar o andamento da valorisação.

O espirito de justiça que deve sempre acompanhar os ensaios de critica, manda que se diga de que lado estava a razão. A razão, indiscutivelmente estava com a directoria da Associação Commercial de Santos; a bôa doutrina era a sustentada pelo snr. dr. José Martiniano Rodrigues Alves e seus companheiros que advogavam o immediato funccionamento do tribunal arbitral para cercear as classificações irregulares.

Na assembléa geral extraordinaria daquella prestigiosa Associação, realisada em 11 de Agosto, foi o assumpto exposto com notavel clareza pelo snr. dr. Jovino de Faria. Historiando os factos disse elle, dirigindo-se aos seus consocios:

> "Acabastes de ver, pela leitura do officio do Exmo. Sr. Dr. Secretario da Fazenda, que a medida lembrada por esta Associação, em officio de 14 de Maio de 1923, isto é, um recurso das classificações dos peritos da Bolsa Official de Café, e consubstanciada, afinal, depois de demorado estudo, no decreto lavrado pelo Exmo. Sr. Dr. Washington Luis, em 14 de Março do corrente anno, encontra agora o ultimo obstaculo para a sua realização.

---

(4) A. Patoux — *Marchés en Spéculation sur Marchandises*, Paris, 1899; fls. 287 e 288.

Em assembléa geral de 18 de Janeiro, tambem deste anno, ficou averiguado que a citada medida representava uma antiga e geral aspiração da praça de Santos, no sentido do mais regular funccionamento da Bolsa. A idéa aventada por esta directoria e já exposta em officio mencionado de 14 de Maio de 1923, ao então Secretario da Fazenda, foi corroborada por uma indicação do illustre consocio Sr. Thadeu Nogueira, que a fundamentou e approvada, unanimemente, pela assembléa, sem um voto discrepante. O ponto unico em que houve divergencia foi o de saber-se se a medida deveria ser solicitada para entrar em execução immediatamente ou dentro de um prazo razoavel. Entendiam alguns associados, entre os quaes varios membros da actual directoria, que tal providencia devia ser decretada mas sómente posta em vigor alguns mezes mais tarde, afim de não haver surpreza e perturbação nos negocios realizados. Venceu, aliás por grande maioria de votos a opinião de que a medida era urgente e que devia ter immediata applicação. "O de que se trata é de restabelecer a verdade (disse um dos associados), e para o restabelecimento da verdade não é preciso prazo."

O então Presidente do Estado, Sr. Dr Washington Luis, entendeu que era mais prudente fixar um prazo para applicar-se a medida, e foi promulgado o decreto n. 3.694, de 14 de Março ultimo, que, pelo que dispunha, devia entrar em vigor em 15 de Julho proximo passado.

Nas vesperas desta data, houve um forte empenho junto ao actual Presidente do Estado, para que fosse revogado esse decreto, ou, pelo menos, prorogada a sua execução. Esta directoria foi, por mais de uma vez, procurada, afim de transigir nesse sentido. Respondemos que só poderiamos fazel-o mediante a convocação de uma assembléa geral dos nossos associados, pois que a medida havia sido lembrada e approvada em assembléa geral unanime, e que só outra assembléa geral teria poderes pàra annullar o que ficara resolvido. Em todo o caso, fizemos sentir aos emissarios que não achavamos conveniencia na revogação do decreto ou na sua prorogação, desde que continuasse o regimen instituido na Bolsa de Café, queremos dizer, a falta de criterio uniforme nas suas classificações. Allegavam que, para a defesa official do mercado, havia necessidade de transigirmos; que estavam em jogo "interesses relevantes do paiz"; que, do

contrario, o governo seria obrigado a abandonar a defesa do café, etc., etc. Respondemos que, em primeiro lugar, o que mais nos preoccupava era a tradicional moralidade da praça de Santos, cujo renome vinha sendo affectado pela inverdade que siginificavam as cotações officiaes da nossa Bolsa, e que entendiamos que nenhum interesse poderia sobrepôr-se ao da moralidade — base e condição de qualquer organisação estavel. Em segundo lugar, entendiamos que o facto de se elevarem, exaggerada e ficticiamente, as cotações dos negocios a termo, de nenhum modo influiria no disponivel, porque, com a falta quasi absoluta, de classificações (o que é um facto que ninguem desta praça terá a coragem de negar) o termo poderia elevar-se a alturas vertiginosas (50$000 ou mais por 10 kilos), e o café disponivel continuar nos preços em que estava e talvez abaixo. Esse era o nosso modo de pensar, como directores da Associação Commercial, mas que, em ultima analyse, se quizessem expôr o caso a uma assembléa e verificar o desejo da praça, nada mais teriamos a fazer do que nos submettermos ao que fosse então deliberado. Os referidos emissarios, porém, oppunham-se vivamente ao alvitre de uma assembléa geral para resolver o assumpto, em vista do que não pudémos transigir.

Chegou, então, ao nosso conhecimento que corria a praça uma representação, pedindo a prorogação do decreto, e que essa rpreesentação havia conseguido avultado numero de assignaturas.

Era (perdoai a nossa franqueza) um processo positivamente desleal para com a directoria. Mas, como fôra innocuo ,pois não tivemos noticia de nenhum resultado dahi proveniente, continuámos a cumprir o nosso dever, executando, dentro das forças de cada um de nós, o mandato que por vós nos foi outorgado.

Em conferencia com o Dr. Carlos de Campos, dignissimo Presidente do Estado, narrou-nos S. Ex. o que havia a respeito e propoz-nos que transigissemos, porquanto, em occasião opportuna, S .Ex. nos officiaria pedindo que concordassemos com a prorogação do decreto e promettendo que faria com que fosse cumprido o regulamento da Bolsa, ou por outra, que se classificasse café, com rigor, mas que se classificasse, e que esse instituto preenchesse os fins para que

fôra creado. (O que aqui se praticava nada mais era do que burlar os referidos fins)".

O snr. Samuel Baccarat abordando ainda a questão sob o ponto de vista de doutrina, expendeu os seguintes conceitos:

"O Governo do Estado, ao crear o nosso instituto official, que o fez por solicitação do commercio e da lavoura, não teve outro intuito que não fosse a moralização dos negocios e a manutenção do prestigio e respeito que sempre gozou a praça de Santos.

Não deixou de produzir e de fazer sentir, nos primeiros tempos, os seus beneficos effeitos. mas de tal fórma tem elle sido desvirtuado dos fins para que foi creado, que aberra de todos os principios da legalidade.

Esse instituto, cujo fim, quando creado, foi a defesa da lavoura e do commercio contra as manobras especulativas, tornou-se o proprio instrumento da especulação, e ninguem, de boa fé, poderá contestar que, com o seu criterio absurdo, não se tenha tornado uma poderosissima arma contra o commercio legitimo.

A situação de illegalidade adoptada pela Bolsa Official de Café não é necessaria para a estabilidade dos preços, ao contrario, senão vejamos:

Depois de séria perturbação havida no mercado, em Junho do anno passado, veio elle sempre em alta, com algumas oscillações, até o mez de Maio, em que tivemos nova perturbação, cahindo as cotações, mais ou menos (termo), de 33$ para 26$500.

Em todo esse periodo não primou a Bolsa pelo escrupulo das classiifcações, muito ao contrario: estou seguramente informado que as necessidades, que se apresentaram para differentes intervenções extra officiaes, foram fundamentadas com allegações de que a quantidade de "canudos" em circulação era de cafés indesejaveis! Ainda ultimamente se verificou nova intervenção para a retirada do mercado de 23.000 saccas de pessima qualidade, inapplicaveis, e que produziu a quéda das cotações de 33$000 para 26$500!

Até Março vinha a Bolsa, mais ou menos, classificando café, e as cotações se mantinham, sendo que, quando o termo

era cotado a 31$000 com calssificações, se vendia francamente café para o estrangeiro e o disponivel aqui era vendido a preços superiores aos que se obtinham com as cotações do termo a 34$500!

Qual o elemento perturbador do mercado, senão a propria Bolsa? Qual a vantagem obtida para o mercado legitimo com a puxação das cotações do termo de 31$ até 34$500?

Por que nos oppormos a uma medida que, além de trazer o restabelecimento da legalidade, nos põe ao abrigo de surprezas desagradaveis?

Com a maior sympathia tenho encarado tudo quanto se tem feito em beneficio da lavoura, depois de ter ella atravessado a crise mais grave que regista a nossa historia economica.

Nada mais justo que os seus interesses sejam defendidos e respeitados, sendo elles os proprios interesses do paiz.

Na medida das minhas forças tenho estado e estarei sempre ao lado dos seus legitimos defensores.

Na qualidade, porém, de negociante, e investido do honroso cargo para o qual fui immerecidamente eleito, não poderia (sem nenhum proveito para a lavoura) emprestar o meu apoio ao que se vem passando na nossa praça, orgulho e tradição da nossa historia commercial."

Em bôa hora comprehendeu o governo estadoal que não podia ser retardada por mais tempo a medida solicitada pelo commercio de Santos e ordenou a execução do decreto que creara o tribunal arbitral. Com esse acto desapparecia a scisão naquella praça e os negocios passaram a ser realisados com observancia aos bons principios que regem as bolsas regularmen organisadas.

Para evitar os males muitas vezes decorrentes dos mercados violentos com grandes oscillações bruscas, as bolsas estabelecem geralmente nos seus regulamentos como medidas acauteladoras dos interesses da collectividade, um limite maximo para ascenção ou quéda das cotações, de pregão a pregão.

Esta medida tem sobretudo duas vantagens relevantes: difficulta "corners" e outros lances de bolsa inconvenientes e

dão tempo aos operadores, tanto nas altas excessivas com progressão inesperada como nas derrocadas do mercado, para tomarem novas posições e attenderem, sem maiores difficuldades, as chamadas de reforço das caixas registradoras.

E' lamentavel que os regulamentos da Bolsa de Café de Santos não estabelecessem tão util e conveniente medida, existente em quasi todas as bolsas, e que, bem perto, na Bolsa de Mercadorias de S. Paulo, está dando optimos resultados.

Se a Bolsa de Santos estivesse armada com esse poder moderador e tivesse estabelecido, por exemplo, o limite maximo, para alta ou baixa, de 500 réis em 10 kilos, de pregão a pregão, a praça não teria passado pelas aperturas que experimentou nos mercados nervosos de certos dias de Novembro e Dezembro, em que se deram altas e baixas bruscas e elevadas, nas cotações, determinando as fulminantes chamadas de reforço da Caixa de Liquidação, que attingiam a sommas vultuosas, e que deveriam ter pôstò em embaraços muitos operadores. A conveniencia de uma tal medida é indiscutivel, e a sua falta poderá determinar um dia um funesto "krach". Porque, pois, não aproveitar o ensinamento que nos é proporcionado pela experiencia de outras bolsas do paiz e do exterior?

Com a passagem para o Estado de S. Paulo dos serviços de defeza do café, o problema da valorisação entra em nova phase e tomará por certo novos aspectos.

Não é tempo ainda de se fazer referencias ao abandono de taes encargos pelo governo federal, resolução essa em desharmonia com promessas formaes asseguradas antes da ultima campanha presidencial em que a politica de S. Paulo tomara parte saliente e exercera posição de preponderancia. Entretanto, cumpre assignalar desde já, que sob varios aspectos o problema em si só tem a ganhar com a mudança do campo de acção onde será solucionado. Em S. Paulo trabalha-se com

denodo e é aqui onde o espirito de organisação tem se evidenciado de uma forma mais activa e disciplinada que tem causado admiração aos extrangeiros illustres que têm visitado o paiz.

Para o governo estadoal é um ponto de honra a defeza do café e todos aquelles que estudam o problema seriamente, acreditam que elle será solucionado com sabedoria.

Desharmonias entre o governo e os productores, poderão haver, e é mesmo natural que existam quando se trata de assumpto tão complexo, que envolve pesadas responsabilidades de um lado e interesses avultados de outro; mas, essas desharmonias são de caracter ephemero e cessarão desde que a acção dos poderes publicos seja discreta e acertada.

Da obra até agora realisada pelo governo federal já se conhece aquillo que está direito e em cuja tarefa se deve perseverar e o que está tortuoso e deve ser modificado. Os erros foram apontados e as suggestões destinadas a corrigil-os foram feitas por homens da lavoura e por homens do commercio. Resta que o govreno as medite e as estude.

Dê o governo de S. Paulo ao Instituto da Defeza do Café uma organisação de feitio e funccionamento commercial, autonoma, e sem que a politica ahi possa intervir e acertará em toda a linha. São estas as organisações que mais confiança inspiram ao publico e as que são mais fecundas e em seus resultados.

Conhecem-se as linhas fundamentaes do Instituto, mas não se conhece ainda o programma detalhado da acção que elle pretende exercer na economia nacional e que dependerá dos homens que forem chamados a dirigil-o. Ha, entretanto, um ponto de importancia maxima que naturalmente não será olvidado: — o da propaganda do café no exterior. Intensifical-a é necessario, é imprescindivel, pois disso depende o nosso futuro, entretanto, exceptuando-se o que se fez e está se fazendo nos Estados Unidos, o problema tem sido negligenciado.

O Brasil na propaganda de seus productos na Europa tem agido improficuamente. Nunca se fez alli uma propaganda efficiente e proveitosa a exemplo do que succede com a Argentina, Colombia e outros paizes, que têm adoptado para isso processos exclusivamente commerciaes. Nas tentativas emprehendidas pelo nosso paiz, houve fracasso sobretudo para o café, porque os processos eram inteiramente errados, porque não se ouviam as nossas praças exportadoras e nem eram consultadas a respeito as associações commerciaes. O resultado foi sempre negativo e algumas vezes contraproducente porque os mensageiros do governo, ao estabelecerem a base de sua acção em uma cidade o faziam de fórma a ferir interesses e perturbando o commercio organisado, estabelecendo uma concorrencia odiosa, sem resultados apreciaveis e que determinava hostilidades contra o nosso paiz.

Se o Instituto tiver em mira fazer obra proficua para a propaganda do café no exterior, porque não ouvir a respeito a Associação Commercial de Santos, ou então porque não solicitar de commerciantes daquella praça que foram estabelecidos na Europa ou alli possuem succursaes, um plano de acção harmonica, convenientemente estudado, com séde em uma grande capital, mas com irradiação em todos os paizes onde se verifique probabilidade de augmentar o consummo de café ou a necessidade de combater os succedaneos?

Em materia de propaganda de café ha uma infinidade de suggestões, muitas das quaes merecem ser aproveitadas.

INDICE